

**A Nação**  
JORNAL INDEPENDENTE



São Vicente  
**Esgotos infernizam Cortiço**

Págs. 10 e 11

# Hotel de **15 andares** na Quebra Canela gera indignação

Págs. 2 e 4



## Futebol: Santiago vence Taça Independência

Págs. 12 e 13

Parte integrante da edição nº932 do A Nação de 10 de Julho de 2025. Não pode ser vendido separadamente.

**A Nação**  
MUNICÍPIO EM DESTAQUE  
**BOA VISTA**

CADERNO DO JORNAL A NAÇÃO | EDIÇÃO Nº932 | 10/07/2025

Cláudio Mendonça, Presidente da Câmara Municipal da Boa Vista

**Falta de transportes e de investimento público são os principais problemas**

Pág. 02 e 03

Não há desenvolvimento deixando o ambiente de fora

500 anos de História e ponte de cultura e tradições

Jovens boa-vienses investem em turismo e saúde para promover o desenvolvimento

Terra de sabores, música e património cultural

**EDEC** a energia que nos une

Empresa de Distribuição de Electricidade do Cabo Verde

800 51 11 | livro.branco.online@edec.cv | EDECSA1 | edecsa1

### Memórias

**A Razão Futura de Silvino da Luz**

Págs. 2 e 3 in ETC

### Germano Almeida

**O 5 de Julho do nosso (des)contentamento**

Pág. 20

**Marlene brilha em Avignon**

Págs. 6 e 7 in ETC

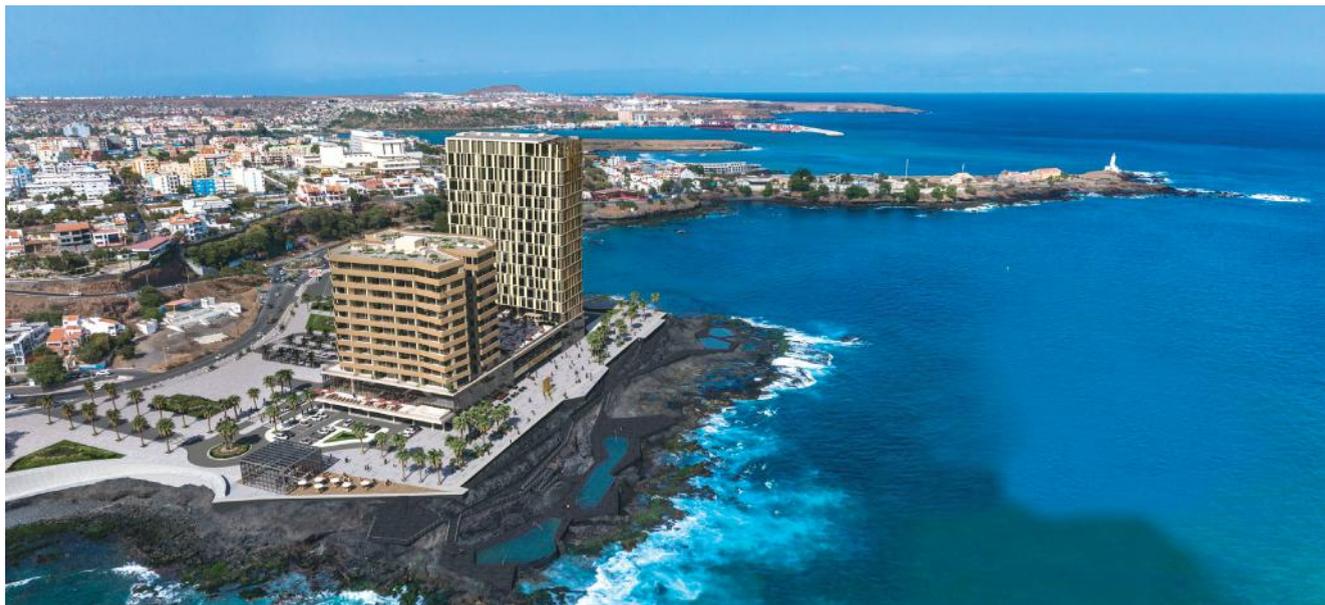


### “Indipendência”



Pág. 21

# Hotel de 15 andares na Quebra Canela gera indignação



A notícia avançada na edição anterior deste Jornal, que dá conta da construção de um hotel de luxo de 15 andares, na zona da Quebra Canela, na cidade da Praia, tem gerado indignação nas redes sociais. O presidente da Pró-Praia defende que não se deveria permitir a construção desse hotel na orla marítima, enquanto o Provedor da Praia considera que o projecto é uma “aberração”. Os promotores do empreendimento remeteram-se ao silêncio.

Daniel Almeida

Como avançamos na semana passada, em 2013, a JS-CV Construções, do empresário angolano de origem cabo-verdiana José Semedo, assinou com a Câmara Municipal da Praia (CMP), na altura presidida por Ulisses Correia e Silva, um contrato que atribuía a essa empresa o direito de um trato de terreno na Quebra Canela, com a área de 5 mil metros quadrados, para construir um hotel de cinco estrelas com salas de conferência e um aparthotel. Na altura esse empreendimento estava projectado para oito pisos.

Tudo isso, a troco do investimento de mais de 426 mil contos feito pela JS-CV para a infra-estruturação e todo o Plano Director da Quebra Canela, com a definição dos parâmetros urbanísticos de todos os lotes, incluindo o uso e volumetrias, tendo inclusive financiado a requalificação da urbanização da zona com redes de colecta de esgotos, rede eléc-

trica e de abastecimento de água, definição da malha viária e de estacionamento. Requalificação esta que chegou a ser inaugurada, em Dezembro de 2015, pelo primeiro-ministro Ulisses Correia e Silva, no meio de grande festa popular.

Porém, em 2017, de acordo com os dados recolhidos pelo A NAÇÃO, já no tempo de Óscar Santos, a JS-CV assinou, com a CMP, uma adenda ao contrato, mediante o pagamento de mais de 106 mil contos. Esse novo contrato permitiria à empresa promotora deste hotel de luxo aumentar a volumetria deste projecto de oito andares para um empreendimento com rés-do-chão e mais 15 pisos.

Da mesma adenda, resulta que a JS-CV se obrigava à requalificação das zonas envolventes ao projecto e da zona costeira com piscinas naturais, com despesas mínimas estimadas em 50 mil contos.

A NAÇÃO ficou sem saber se as piscinas naturais seriam abertas ao público, porquanto os responsáveis da JS-CV não responderam às nossas questões, apesar da forma prestativa como colaboraram com este jornal para o artigo da semana passada.

Contudo, conforme escrevemos na edição anterior, o investimento do projecto, que deverá arrancar ainda este ano, é estimado em 64 milhões de euros financia-

dos pela Qatar Investment Authority.

## Uma “aberração”

Logo após a publicação da referida notícia do A NAÇÃO surgiram vários comentários nas redes sociais a contestar a possibilidade de se construir um hotel de 15 andares na orla marítima da Quebra Canela. Dessas reacções destacamos a preocupação de Lúcia Cardoso, conhecida cantora e activista cabo-verdiana, para quem a construção desse hotel na Quebra Canela “não é vantajoso em nenhum sentido”.

E critica: “A orla da Quebra Canela já está toda tapada por construções, quem cami-

nha já não vê o mar. Além de não se pensar no ambiente e na justiça social, na população, ainda sufoca a cidade e mata o turismo. Mata o activo que é aquela orla marítima”.

Reagindo ao comentário de Cardoso, a municipal Irene Cruz lembra que não é somente a Quebra Canela que está comprometida com a onda de construções que tapa a vista ao mar, uma prática de vários anos, apesar da lei estipular que não se pode construir a menos de 80 metros do mar.

“A tendência é de certas empresas, em zonas que não deveriam ser construídas, estarem a privatizar o mar, com projectos que são autênticas aberrações. Nesta onda de vale tudo na corrida imobiliária muito já se perdeu nesta cidade; a orla tem sido entregue a interesses privados e imediatistas, e o bem comum tem ficado para trás. Mas ainda não é tarde demais”, realça.

Irene Cruz considera, no entanto, que ainda há espaços por proteger, “pedaços de terra que resistem à especulação e podem ser salvos”. E, para concluir, lança este apelo:

“Se houver vontade coletiva e coragem política, ainda podemos recuperar parte do que é de todos. Não é ética a lógica do ‘um mal justifica outros’ pois aí não estaríamos numa República mas numa bancada onde cada qual defende o seu erro como se fosse virtude”.

Continua na página A4

www.bancobai.cv



# Um país vencedor.

A independência celebra-se com vitórias. As vitórias conquistam-se no Banco BAI Cabo Verde.

Finalmente chegou a surpresa que preparámos especialmente para si!

## Depósito 5.0 Especial Independência

**Taxa 5.0% a.a.**

Depósito a prazo

- > Constituição de 1 a 15 de julho
- > Prazo 6 meses
- > (Montantes de constituição) de 50.000 a 15.000.000 CVE
- > Exclusivo para fundos frescos depositados a partir de 20 de junho e limitado ao stock disponível

**ESGOTADO**

 **BAI**  
CABO VERDE  
CONFIANÇA NO FUTURO

# Praieenses exigem orla marítima



**P**ara o Provedor da Praia, contactado pelo A NAÇÃO, construir um hotel de 15 andares na Quebra Canela “é uma aberração”. João Benício considera que os restaurantes e bares que já foram construídos na orla marítima dessa zona “já é uma situação muito grave, imaginem agora a construção de um hotel de 15 andares”.

José Jorge Pina, presidente da Pró-Praia, disse ao A NAÇÃO que, quando estava no activo como quadro técnico do Instituto Marítimo e Portuário (IMP), integrou um grupo de trabalho junto com a CMP para analisar esse projecto de construção de um hotel de luxo na Quebra Canela.

Informa que, na altura, se posicionou contra a “volumetria” de oito andares, que tapava a vista à Cruz de Papa, e que também defendeu a construção de uma estrada entre a orla marítima e o hotel, por forma a per-

mitir que os munícipes pudessem continuar a ter vista para o mar.

José Jorge Pina diz que agora foi surpreendido com a informação de que, de oito andares, o hotel, a ser construído, na Quebra Canela, passará a ter rés-de-chão e mais 15 pisos. Porém, com as diversas construções na orla marítima dessa zona nobre da cidade, é “utópico”, neste momento, pedir a construção de uma marginal no local em que o hotel será erguido.

“É mais um projecto que vai ao encontro dos interesses do investidor do que para a cidade, propriamente”, realça aquele activista que diz defender “coisas boas e sustentáveis e que

respeitem as boas práticas para a orla marítima” na cidade da Praia.

A obra licenciada pela CMP na Quebra Canela e que já foi embargada pelo Tribunal Judicial da Comarca da Praia, segundo uma publicação do Provedor da Praia, de 09 de Abril, não dispõe de qualquer placa informativa, situação que continua ainda hoje. Mas “o estranho é que os preparativos para esta obra foram feitos ontem (08 de Abril), na calada da noite”.

“De uma coisa estamos certos: é mais um panorama do litoral que os praienses perderão e, mais uma vez, o interesse privado sobrepõe-se ao público”, realçou o Provedor da Praia.

## Outros investimentos de José Semedo

Além do hotel que pretende erguer na Quebra Canela, o mesmo empresário, José Semedo, tem em curso, no bairro da Prainha, a construção de um aparthotel de luxo de vários andares que se encontra paralisada há já bastante tempo.

Isto sem falar na construção do muro que ensaiou realizar, em 2023, na “rampa do Poeta”, na Achada de Santo António, obra esta que a CMP, presidida por Francisco Carvalho, mandou demolir depois de várias reclamações dos cidadãos.

Uma das vezes que na altura se fez ouvir contra o referido muro foi a da ex-Primeira Dama Lúcia Fonseca, que pediu que é tempo de se pôr limite à acção de pessoas que se acham no direito de tapar uma vista que é de todos, acrescentando, também, que a Praia está a ficar uma cidade horrível em benefício de uns privilegiados. Outra internauta, Maria Cristina Fontes Lima, ex-ministra, também se indignou com o facto de se estar a tapar a excelente vista da descida do Poeta.

### Ficha Técnica

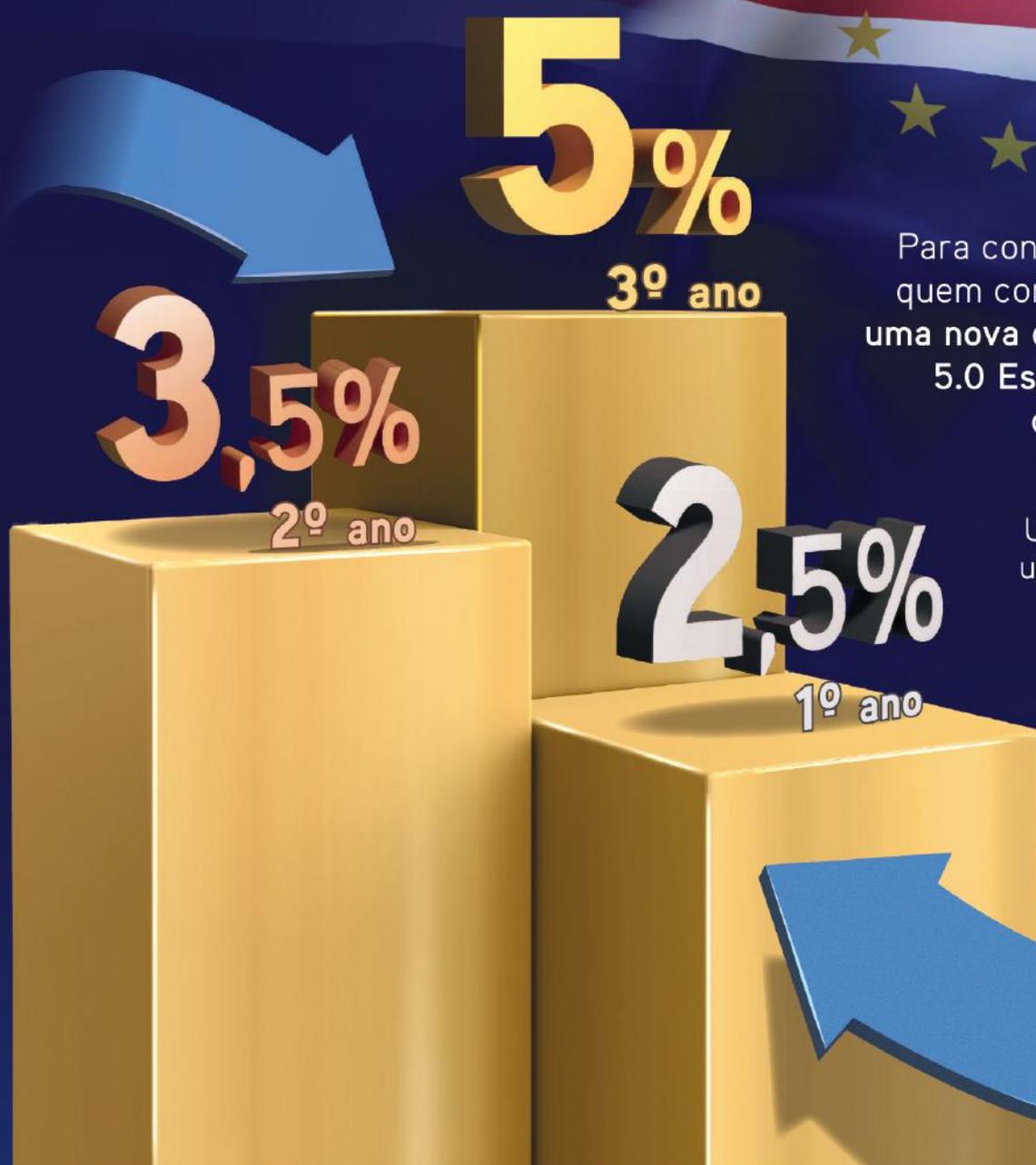
**A Nação** Semanário | Ano XVIII | N°932 | 10 de Julho de 2025 | **Registo DGCS:** N°3/2007 | **Registo ARC:** N°3/2016 | **Propriedade:** Sociedade A Nação Cabo Verde, Lda.  
**Director-Geral:** Fernando Rui Tavares Ortet | **Endereço:** Caixa Postal: 690 – Cidadela – Praia – Cabo Verde | **Telefone:** (+238) 260.26.90 (PBX) | **Director:** José Augusto Sanches | **Editor-Executivo:** José Vicente Lopes | **Editores:** Daniel Almeida e Gisela Coelho | **Jornalistas:** Natalina Andrade (Fogo), Geremias S. Furtado, João A. Rosário | **Jornalistas Estagiários:** Leliane Semedo | **Colaboradores e Colunistas:** Adriano Miranda Lima, Amadeu Oliveira, Ângela Coutinho, António Carlos Gomes, António Chantre Neves, António Correia e Silva, Carlos Carvalho, Carlos Santos, Carlos Araújo, Cipriano Fernandes, Filinto Elísio, Francisco Mendes, José Manuel Araújo, José Maria Neves, José Pedro Oliveira, José Valdemiro Lopes, Luís Kandjimbo, Marciano Moreira, Paulo Mendes, Pedro Moreira, Pedro Pires Ribeiro, Natacha Magalhães, Nataniel Vicente Barbosa e Silva, Ricardino Neves e Wladimir Brito. | **Designers:** Edson Spencer e Carmem Freire | **Comercial & Marketing:** Verónica Rocha | Edmira Correia (Facturação e Cobranças) e Hélder Afonso | **Telefones:** (+238) 260.26.90 (PBX) – (+238) 260.26.93 (Redacção) | **E-mail:** jornalanaoacov@gmail.com (Redacção) – comercial.grupoalfav@gmail.com (Comercial) | **Impressão:** Impressral Center | **Tiragem:** 3.500 Exemplares.



www.anacao.cv

# Depósito crescente

## 5.0 Especial Independência



Para continuar a celebrar com quem confia em nós, lançamos uma nova campanha, o Depósito 5.0 Especial Independência, com taxas crescentes até 5% a.a.

Um depósito a prazo com uma taxa progressiva que cresce com o tempo — tal como o país que celebramos.

Constituição: 09 de julho a 31 de agosto | Prazo: 3 anos  
| Montantes: de 50.000 a 15.000.000 CVE | Exclusivo para fundos frescos e limitado ao stock disponível.

**BAI Cabo Verde** A independência celebra-se com vitórias. As vitórias conquistam-se aqui.

    [www.bancobai.cv](http://www.bancobai.cv)

Austelino deu o mote ao 5 de Julho

# Independência é “conquista” do povo cabo-verdiano

Um momento alto das comemorações oficiais dos 50 anos da Independência de Cabo Verde, que tiveram lugar no último sábado na Assembleia Nacional, foi protagonizado pelo próprio presidente da AN que deu o mote à data que assinala formalmente o nascimento de um novo país e de um Estado soberano, transformando “sonhos em realidade” de um povo “cansado da condição de subjugação colonial”. Austelino Correia fez um discurso agregador, transmitindo confiança no futuro do país.

António Alte Pinho

O Presidente da Assembleia Nacional de Cabo Verde (AN), Austelino Correia, deslocou-se da tendência em ideologizar a efeméride e partidizar o 5 de Julho, que tem sido responsável por criar divisões, as mais das vezes artificiais, entre os cabo-verdianos.

Segundo Austelino, a Independência de Cabo Verde foi uma “conquista do nosso povo que, cansado da condição de subjugação colonial”, deu de si “tudo o que pôde na firme esperança de transformar sonhos em realidade de um amanhã mais auspicioso”, e sublinhou que em 1975, num dia como aquele do último sábado, “a Assembleia Nacional de Cabo Verde, pela voz do seu primeiro presidente [Abílio Duarte], proclamava a independência nacional, um dos momentos mais altos da história da nação cabo-verdiana” e considerando que não se tratou de “uma dádiva” a independência do país.

## Amílcar Cabral, principal protagonista

Destacando Amílcar Cabral como o “principal” protagonista entre os homens e mulheres que estiveram na luta de libertação nacional, Austelino Correia reiterou que, sendo “verdade que a independência é obra do povo cabo-verdiano”, obriga a “honestidade intelectual e a paz com a nossa história aceitar que ela luziu, nestas ilhas vertidas no Atlântico, porque houve quem acreditasse, houve quem lutasse agarrado às armas ou no campo das ideias, da cultura e da educação”.

Fazendo o balanço dos 50 anos de independência, Correia considerou ser um caminho com “ganhos respeitáveis”, em termos de transformações sociais, económicas e culturais, mas também no sector-chave da educação, bem como na saúde e na justiça, e alertou para os “enormes desafios” que, entretanto, foram “agravados pelo contexto internacional

de muita imprevisibilidade e incerteza”, numa alusão à nova arrumação política internacional.

## UCID: Democracia precisa de renovação constante

Por sua vez, o líder da União Cabo-verdiana Independente e Democrática (UCID), João Santos Luís, alertou para a necessidade de garantir que nenhum jovem seja obrigado a emigrar por falta de oportunidades no país, e lembrou que este é o ano em que se assinalam 34 anos de democracia pluralista, sublinhando que esta não é uma conquista adquirida, antes “um processo vivo, que precisa de renovação constante”. E preveniu para “sinais preocupantes” com que, actualmente, o país se debate.

## PAICV: Uma experiência política singular

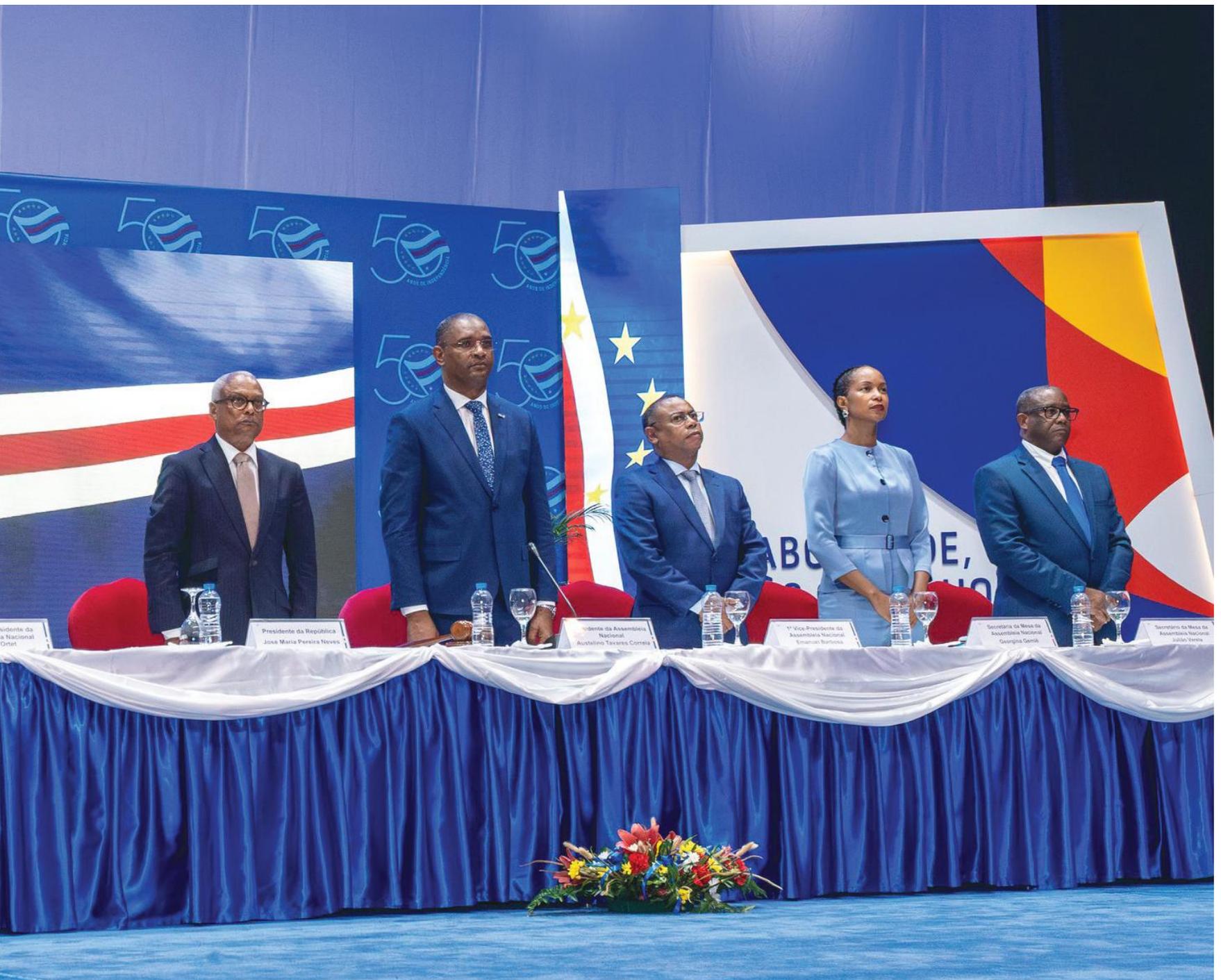
Já o líder parlamentar do Partido Africano da Independência de Cabo Verde



(PAICV), João Baptista Pereira, considerou que, nestes 50 anos de independência, o país acumulou uma experiência política “singular”, percorrendo o período do partido único, que, “pesem os excessos e limitações” apuradas, permitiu afirmar a “soberania nacional, preservar a unidade interna e lançar as bases essenciais do Estado” de Cabo Verde que, mais adiante, abraçou a democracia e o pluralismo, garantindo as liberdades fundamentais e a alternância política, embora persistam “desafios relevantes” que continuam a questionar a qualidade e maturidade do regime democrático.

## MpD: Descolonização devia ter sido melhor

Falando em nome do Grupo Parlamentar do Movimento para a Democracia (MpD), Celso Ribeiro considerou a independência como conquista “sonhada por gerações de cabo-verdianos”, mas salientou que não houve luta armada nas ilhas, o que “por si só, aconselhava que a descolonização fosse melhor, envolvendo todos os partidos e actores políticos”, o que não atendeu aos “verdadeiros e supremos interesses do povo cabo-verdiano”. De todo o modo, Ribeiro fez balanço “positivo” dos 50 anos percorridos.



## “Sentimento de nação, forjado na desgraça e na incerteza”

Intervindo também na sessão especial da Assembleia Nacional, o Presidente da República disse que “o sentimento de nação, forjado na desgraça e na incerteza, foi determinante na luta contra a pobreza, pela dignidade e pela independência”, e que as fomes que flagelaram Cabo Verde, ao longo da sua história, germinaram a revolta dos cabo-verdianos.

“Cabo Verde é, hoje, um país independente, democrático, de rendimento médio e com ambição de ser moderno, próspero e justo”, disse José Maria Neves, considerando que estes 50 anos foram um “percurso resiliente e inspirador de “incomensuráveis” ganhos, e que os cabo-verdianos fizeram história.

Aludindo à insubmissão de várias gerações do povo das ilhas ao longo da história, o presidente da República acentuou: “Desde que nos conhecemos como cabo-verdianos, fomos reivindicando das

autoridades, em todas as épocas, igualdade perante a lei e dignidade”, e lembrou que o primeiro acto de rebeldia aconteceu em 1546, quando uma petição exigiu igualdade no acesso a cargos públicos.

José Maria Neves referiu-se, ainda, às revoltas, aos movimentos literários e às manifestações culturais como o teatro, a música, a dança e as artes plásticas, enquanto “referências de descontentamento e de busca de caminhos para a liberdade e a dignidade”. E fez uma alusão particular aos “nativistas” e “claridosos”, que marcaram a literatura e a produção de ideias de matriz cabo-verdiana.

O presidente da República salientou, ainda, que este sonho de independência foi realizado pela geração de Amílcar Cabral, o líder que protagonizou esse papel histórico, recorrendo às armas como último recurso “para a conquista desse objectivo há muito almejado”.

## O Dia da Independência

Corria o dia 04 de Julho de 1975, quando 56 deputados eleitos a 30 de Junho, em representação dos então vinte e quatro círculos eleitorais do arquipélago, reuniram-se pela primeira vez no Salão Nobre da Câmara Municipal da Praia, para todos os efeitos sede transitória da Assembleia Nacional Popular.

Passavam poucos minutos das 16:30 quando começaram os trabalhos da primeira sessão plenária, tendo como ordem do dia a aprovação do

texto da Proclamação da República de Cabo Verde, aprovado por unanimidade, mas, também, a Lei da Organização Política do Estado (LOPE), atribuindo a Amílcar Cabral o título de Fundador da Nacionalidade.

O acto público de Proclamação da Independência aconteceu, porém, no dia seguinte, no Estádio da Várzea, pela voz de Abílio Duarte, o primeiro presidente da Assembleia Nacional Popular.





Uni-Mindelo

# Pires, “honoris causa”

A cerimónia de homenagem a Pedro Pires começou com um desfile de académicos e estudantes da Universidade do Mindelo (Uni-Mindelo), acompanhados de representantes de instituições universitárias de Cabo Verde, de Portugal e de outros países, destacando-se o reitor da Universidade de Lisboa, Luís Ferreira, mas também o próprio Pedro Pires e o seu padrinho na cerimónia de doutoramento, o escritor e jurista Germano Almeida.

## Uma vida e uma história que mudou dois países

Sampaio da Nóvoa começou por expressar a sua admiração por Pedro Pires, “a nossa comum admiração, por uma vida e uma história que mudou Cabo Verde e Portugal, e muito para além dos nossos dois países”.

Aludindo directamente à distinção, Sampaio da Nóvoa explicou o seu significado e traduziu o latim de Honoris Causa para a língua portugue-

Assinalando os 50 anos da Independência de Cabo Verde, a Universidade do Mindelo promoveu uma homenagem a Pedro Pires, outorgando-lhe a distinção de Doutor Honoris Causa (Por Causa Honrada) pelos “mais de 70 anos de entrega a Cabo Verde”, conforme referiu o presidente da República. Mas o elogio académico esteve a cargo de António Sampaio da Nóvoa, professor Catedrático do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, da qual foi reitor, que expressou a sua admiração pelo homenageado e considerou a luta de libertação “grande parte” da origem do 25 de Abril.

António Alte Pinho

sa: “Por causa de honra, por causa honrada”.

O académico, fazendo referência aos tempos em que foi reitor da Universidade de Lisboa – e dirigindo-se ao homenageado dizendo “a sua universidade, comandante Pedro Pires” –, altura em que participou em várias cerimónias de doutoramento Honoris Causa a “personalidades extraordinárias”, destacou os ex-presidentes da República Portuguesa Ramalho Eanes, Mário Soares e Jorge Sampaio.

Fazendo uma analogia entre os três primeiros chefes de

Estado portugueses, após o 25 de Abril, e Pedro Pires, Nóvoa enfatizou: “idêntico gesto se cumpre aqui hoje, por ocasião dos 50 anos da Independência de Cabo Verde, com a outorga deste título a Pedro Pires”. Nesta parte da intervenção, Sampaio da Nóvoa, dirigindo-se ao homenageado disse abrir um parêntese para, da parte do general Ramalho Eanes, apresentar uma saudação.

## Sob o olhar da esperança

Referindo-se à luta de libertação nacional, Sampaio

da Nóvoa considerou que ela “foi, também, decisiva para nós, portugueses, pois nela está grande parte da origem da revolução dos cravos, desse dia maior da nossa liberdade, o 25 de Abril”.

“O comandante Pedro Pires é o rosto da luta contra o colonialismo, é a voz da Independência de Cabo Verde”, disse ainda Sampaio da Nóvoa, sublinhando “a importância do seu papel no meu próprio país” e manifestando-lhe reconhecimento e gratidão.

Por sua vez, José Maria Neves destacou a “grandeza da

obra” de Pedro Pires “nos mais de 70 anos de entrega a Cabo Verde”, referindo que a atribuição do título Honoris Causa é uma “justa homenagem” e que “passados os 50 anos, temos de prestar homenagem, sim, àqueles homens e mulheres que se dedicaram ‘de corpo e alma’ à causa da independência, à causa da libertação do povo de Cape Verde da subjugação colonial”, salientando que “dentre eles, eleva-se com certeza a figura de Pedro Pires”.

Por fim, o homenageado, Pedro Pires, afirmou-se honrado com a distinção da Uni-Mindelo: “Considero cumprido o nosso compromisso político e ético com o povo cabo-verdiano. Do meu ponto de vista, Cabo Verde independente tem vindo a registar resultados muito dignos. Cresceu, desenvolveu-se em todas as esferas da vida pública e social, atingiu um índice de desenvolvimento humano extraordinário, tendo em conta a sua dimensão e as parcas riquezas materiais de que dispunha e dispõe”.

## Técnicos de receitas

# Colaboradores da DNRE contestam concurso para preenchimento de vagas

Os colaboradores da Direcção Nacional de Receitas do Estado (DNRE), em carta dirigida ao ministro das Finanças e ao ministro da Modernização do Estado e da Administração Pública pedem a suspensão do concurso de recrutamento de técnicos de receitas para o preenchimento de 10 vagas neste serviço.

De acordo com a carta a que A NAÇÃO teve acesso, os funcionários da DNRE dizem que “torna-se imperativo” suspender a tramitação dos referidos concursos e respectivos efeitos, “até que sejam regularizadas as injustiças e pendências anteriores à aprovação do Estatuto do Pessoal Técnico de Receitas da DNRE, que subsistem desde a sua entrada em vigor em 2021”.

Aliadas às alegadas injustiças e pendências, os colaboradores da DNRE falam em enquadramento “desigual” entre funcionários da mesma categoria e da “concretização de passos ainda em falta para o encerramento do dossiê relativo a suplementos regulatórios”, previstos na lei.

## Confiança e lealdade

Dizem, ainda, que a “ausência” de regularização prévia das obrigações estatutárias da instituição “fragiliza os princípios da justiça funcional, da boa-fé, da confiança legítima e da lealdade institucional, assim como influencia, sobremaneira, a implementação e

Repartição de emolumentos leva os colaboradores da DNRE a pedir a intervenção do Governo no sentido de travar o concurso de recrutamento de 10 técnicos de receitas. A directora Nacional de Receitas do Estado, Lisa Vaz, diz que “uma coisa não tem nada a ver com outra”.

Daniel Almeida

institucionalização da Autoridade Tributária”.

Consideram que os concursos “não especificam” a afetação funcional dos postos de trabalho a prover, “omissão esta que compromete a transparência e a previsibilidade organizacional, em desconformidade com o princípio da boa administração”.

“Sem esta informação, não é possível aferir o im-

pacto que a integração de novos técnicos poderá ter na distribuição interna dos serviços, nomeadamente na DGCI e na DGA, nem antecipar os efeitos sobre a redistribuição dos suplementos remuneratórios (multas e coimas) de forma igualitária, conforme previsto no artigo 51º do Estatuto do Pessoal Técnico de Receitas da DNRE”, alegam.

Alertam, ainda, que caso

a afetação recaia, eventualmente, sobre a DGCI, “sem a clarificação prévia de repartição de emolumentos poderá verificar-se uma diminuição dos rendimentos líquidos dos funcionários em exercício, situação que se tem vindo a repetir em cada nova entrada de pessoal”.

Os colaboradores da DNRE fazem questão de vincar que a sua solicitação “não visa obstar a entrada

de novos recursos humanos – cuja necessidade reconhecemos – mas, sim, assegurar que a sua integração se concretize em condições de justiça organizacional, por forma a não comprometer a coesão interna, a motivação profissional e o equilíbrio funcional da DNRE”.

## Resposta da DNRE

Contactada pelo A NAÇÃO, a DNRE, Lisa Vaz, começou por dizer que desconhece o teor da carta. Confrontada, no entanto, com a solicitação dos colaboradores da DNRE, junto de membros do Governo, a mesma limitou-se a garantir que “uma coisa não tem nada a ver com outra”. 



São Vicente

# Universidade em risco de não iniciar aulas por falta de ligação à rede de esgotos

A Faculdade de Educação e Desporto (FAED), pertencente à Uni-CV, em São Vicente, localizada na zona do Cortiço, permanece há vários anos sem ligação à rede pública de esgotos. A ausência deste equipamento tem provocado a acumulação de águas residuais na cave do edifício, localizada por debaixo da biblioteca, tornando insalubre a vida dos alunos, professores e demais funcionários.

João A. do Rosário

Inaugurado em 2019, o novo edifício construído no Cortiço, como parte da FAED, funcionou estes anos todos sem rede de esgotos. O volume das águas residuais no local, segundo as fontes ouvidas pelo A NAÇÃO, chega a atingir dois metros de altura, tornando o espaço impróprio para qualquer tipo de utilização e colocando em risco a própria estrutura do edifício. De acordo com Albertino Martins, responsável pela FAED em São Vicente, a situação afecta directamente cerca de 600 pessoas, entre estudantes, docentes e funcionários. Residências vizinhas e edifícios como o Bispado do Mindelo e a Escola Técnica também são atingidos pela insalubridade provocada pela acumulação de águas de esgoto.

A direcção da FAED relata que, após vários alertas emiti-

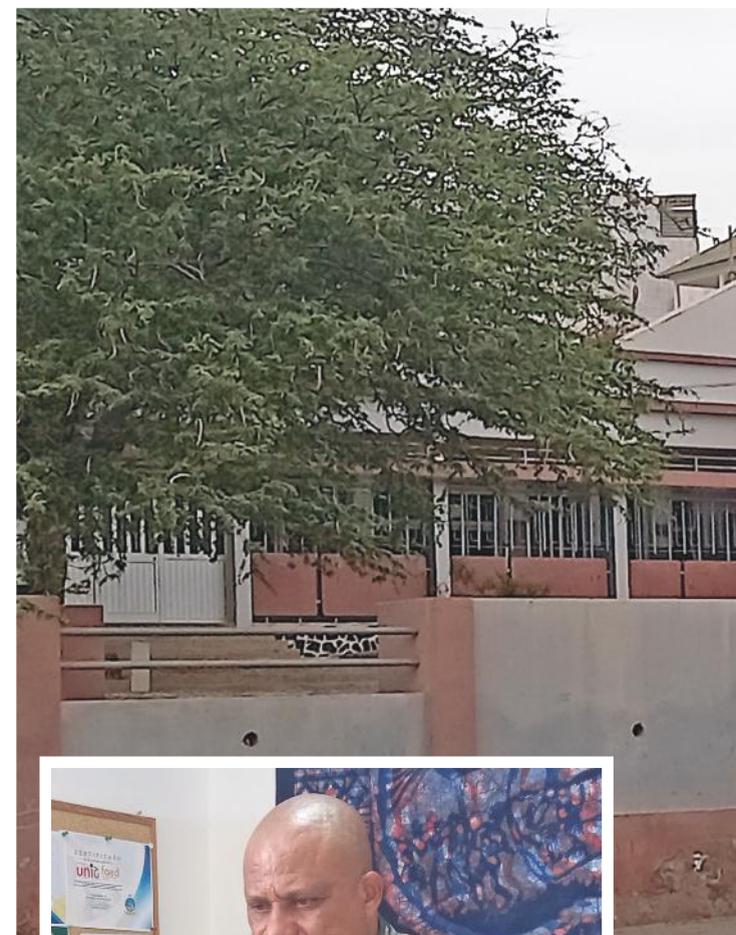
dos pela Delegacia de Saúde e tentativas de diálogo com a Câmara Municipal, em desespero, optou por avançar com obras de ligação à rede pública de esgotos por iniciativa própria. “A intervenção envolveu cortes no passeio e instalação de tubagem, mas foi travada na fase final, já junto à boca de ligação, com a aplicação de uma coima no valor de um milhão de escudos, alegadamente por falta de autorização”, explicou Albertino Martins ao A NAÇÃO.

## Calor e chuvas

O ambiente de insalubridade agrava-se com o calor e a aproximação da época das chuvas, criando condições ideais para a proliferação de mosquitos e outras pragas urbanas. A Uni-CV, que até agora escoava os resíduos para uma fossa séptica já sobrecarregada, vê os custos de sanea-

mento aumentarem, recorrendo a uma empresa privada para realizar sucções periódicas, com valores que já ultrapassam os 100 contos. “A incerteza quanto à resolução da situação levanta preocupações sérias sobre a capacidade da FAED iniciar o próximo ano académico, em Outubro, com condições mínimas de salubridade e segurança”, disse Albertino Martins.

“A comunidade universitária aguarda uma resposta eficaz que permita restabelecer as condições básicas para o funcionamento da instituição». Wesley Fonseca, licenciando em Educação Física e Desportos, diz que “é difícil estudar num local onde o chão da biblioteca pode colapsar” a qualquer momento. “Tenho medo de adoecer. Os mosquitos estão por todo o lado.” “Temos aulas com o cheiro



Albertino Martins, vice-presidente da FAED

de esgoto ao lado. Há dias em que é impossível concentrar-se”, disse-nos um professor.

A funcionária da biblioteca, que fica mesmo ao lado do subterrâneo que se enche de água residual até aos dois metros de altura, afirmou-se saturada da situação e teme pela sua saúde. “Também os alunos sofrem muito com o mau cheiro e a proliferação de mosquitos”, salientou. Marco Bento, proprietário de um restaurante a uns cerca de 300 metros do local onde se situa o FAED, disse que por vezes sente-se o mau cheiro que prolifera do vazamento da fossa séptica. “Sim, apesar de tomarmos as nossas precauções não descoramos da possibilidade do mau cheiro invadir a zona que é de lazer para o público que procura o Miradouro e praça da Laginha que

fica junto à entrada do Porto Grande”.

## PAICV e Câmara tomam posição

Na segunda-feira, os eleitos municipais do PAICV despole-taram o problema destacando a gravidade da situação da rede de esgotos na FAED. Esse partido apelou a uma intervenção urgente por parte das autoridades competentes, enfatizando a necessidade de soluções estruturais e não apenas medidas paliativas.

Em resposta, a Câmara Municipal, através do vereador José Carlos da Luz, esclareceu, na terça-feira, que nunca se opôs ao ramal de drenagem, tendo enviado técnicos ao local para identificar a melhor solução sem danificar o asfalto urbano.



José Carlos da Luz explicou que o edifício da FAED, erguido no âmbito da cooperação chinesa, foi recepcionado pela própria entidade, Uni-CV, sem a ligação formal à rede de esgotos, contrariando expressamente o caderno de encargos.

“Apesar de não recair sobre a Câmara a responsabilidade directa pela manutenção, o Serviço de Saneamento prestou assistência recorrente com o camião de desobstrução, até confirmar que a

causa das falhas era a ausência de ramal ligado”, disse. Segundo esse responsável, a tentativa de obra sem autorização, ocorrida a 28 de Junho, por parte da FAED, foi travada pela Polícia Municipal e resultou na aplicação de uma coima de um milhão de escudos a essa instituição por tentativa de ligação ilegal.

O vereador acusou, por outro lado, o PAICV de incoerência política; primeiro, por criticar os buracos no asfal-

to e, dias depois, por apoiar a abertura ilegal de valas, qualificando o comportamento desse partido como motivado por “interesses pessoais”. “A Câmara reafirma a sua total disponibilidade para concluir a ligação com a empresa legalmente habilitada, repor o pavimento afectado e garantir transparência, rigor institucional e respeito mútuo na defesa dos interesses coletivos da ilha”, concluiu José Carlos da Luz



## Rectificação

No anterior número do A NAÇÃO, na reportagem “São Vicente aos 50 anos de independência...”, infelizmente, na parte relativa à presidente da Assembleia Municipal de São Vicente, Helena Fortes, erradamente escrevemos:

“O desemprego, que entre os jovens gira em torno de 25% na ilha, e a falta de transporte inter-ilhas também preocupam Helena Fortes, lembrando que muitos cabo-verdianos ganham experiência em outras ilhas e regressam com novas competências. ‘Ser protagonista exige sair da zona de conforto, aprender num contexto di-

ferente e voltar para transformar’, frisa.”

Na verdade, na sua entrevista, Helena Fortes não mencionou as estatísticas, que apenas derivaram da nossa investigação e esforço de síntese. A bem da verdade, a questão foi colocada e respondida nos seguintes termos:

– Que medidas estão a ser pensadas para enfrentar os problemas estruturais da ilha, como o desemprego jovem, a mobilidade inter-ilhas e a habitação?

– A juventude cabo-verdiana é, por natureza, inquieta e ambiciosa — sempre quis explorar, co-

nhecer, ir além. O desafio de hoje é que, com famílias mais pequenas e menos redes de apoio, a pressão para “ficar” é maior. Mas é preciso manter viva essa coragem de sair da zona de conforto.

Digo muitas vezes que o trabalho existe — talvez não exatamente onde se espera, mas existe. No setor da hotelaria, por exemplo, jovens de São Vicente e de outras ilhas foram trabalhar para o Sal e para a Boa Vista, ganhando experiência valiosa. Agora, com novos investimentos previstos para São Vicente, há oportunidade de regressar à base com novas compe-

tências.

A mobilidade inter-ilhas, sim, continua a ser um entrave — mas não deve ser motivo para a inércia. É preciso estimular uma mentalidade de conquista: não esperar que tudo esteja pronto à porta de casa, mas estar disposto a sair, aprender e depois contribuir para o desenvolvimento da ilha”.

Admitindo que a nossa síntese não terá sido a mais adequada, reparamos aqui os factos a bem da verdade, lamentando os transtornos causados à visada, Helena Fortes, e aos nossos leitores.

JAR

## Taça Independência

# Bicampeonato cimenta Santiago como maior vencedor da competição



A selecção de Santiago venceu a sua congénere de São Vicente por 1-0, no prolongamento, em final disputada no passado domingo, 06, no Estádio Nacional. Santiago sagrou-se bicampeão da Taça Independência, conhecida também por Torneio Inter-ilhas, e soma seis títulos em 13 edições da competição.

Tiago Ribeiro



Foi pelos pés de Chibinho, no último lance do último minuto do prolongamento, que Santiago venceu a 13ª edição da Taça Independência em futebol. O jogador do Boavista da Praia aproveitou uma defesa incompleta de Patrick, guardião da equipa sanvicentina, para escrever seu nome na história da competição.

O jogo foi digno de uma final, intenso e muito equilibrado, com chances repartidas pelas duas equipas. Já na segunda parte a selecção de Santiago assumiu mais as rédeas do jogo e dominou até o final dos 120 minutos, com a “machadada final” de Chibi-

nho, quando já todos se preparavam para os pontapés da marca dos onze metros.

Sendo assim, e feitas as contas, Santiago é agora líder isolado do palmarés da competição, com seis títulos (1989; 1999; 2009; 2010; 2019 e 2025), São Vicente tem cinco (1985; 1986; 1992; 2007 e 2015), as ilhas do Sal e do Fogo têm uma Taça Independência cada, 1997 e 2013, respectivamente.

Os jogadores e o quarteto de árbitros receberam as suas medalhas pelas mãos do Presidente da República, José Maria Neves.

Para chegar à final São Vicente eliminou a congéne-

re de Santo Antão por 3-1 nas grandes penalidades após um empate sem golos durante o tempo regulamentar. Já Santiago venceu a Boa Vista por 2-1, com bis de Gato e um golo do Argel.

## FCF quer que a competição seja feita de dois em dois anos

A Taça Independência é organizada pela Federação Cabo-verdiana de Futebol (FCF) desde 1986, ano em que a prova foi instituída através de uma portaria do Governo, no entanto a prova tem conhecido longos períodos de interregno.

Por exemplo, antes de 2025, a última edição remontava a 2019, onde Santiago venceu Santo Antão por 2-1, em final disputada no Estádio Orlando Rodrigues, na cidade do Tarrafal de São Nicolau.

Mário Semedo, presidente da FCF, reconhece que a prova é da FCF mas defende a necessidade de um “esforço conjunto” para garantir a sua continuidade e regularidade, na medida em que é mais do que um torneio, “é um momento de convivência nacional”.

Contudo, tendo em conta os seus custos, num país com várias dificuldades de transportes entre as ilhas, aquele líder federativo apontou que

“o ideal” seria a realização da competição de dois em dois anos. Quanto à edição deste ano, Semedo fez um balanço positivo e destacou a inexistência de constrangimentos relacionados com o transporte.

## Símbolo de coesão nacional – Presidente da República

José Maria Neves disse, em jeito de balanço do torneio, que a Taça Independência é “um símbolo de coesão nacional e combate às assimetrias” e exaltou que ter Taça “nas comemorações dos 50 anos da Independência é algo de extraordinário”.

## Desistência da selecção da ilha Brava e reorganização dos Grupos causou “mal-estar” entre adeptos

Um dos pontos negativos desta edição da Taça Independência foi a desistência, à última hora, da selecção da ilha Brava. Este facto obrigou a FCF a introduzir alterações na organização do torneio, o que não foi do agrado de todos.

Recorde-se igualmente que a ilha Brava não teve um campeonato regional nesta época desportiva e, sendo assim,

também não teve representação no campeonato nacional de futebol, vencido pela equipa da Palmeira (Sal).

O Grupo A, sediado no Sal, contou com as selecções do Sal, São Vicente, Fogo, São Nicolau e Boa Vista enquanto a poule B, sediada em Santo Antão, contou com a equipa da casa (Santo Antão), Maio e Santiago.



## Destaques da Taça Independência



Melhor Jogador: Henry Lopes (Boa Vista)



Melhor Marcador: Willy Monteiro (Boa Vista)



Guarda-redes menos batido: Patrick da Graça (São Vicente)



Treinador Campeão: José Pedro Tavares “Loloty” (Santiago)



MVP da final: Evandro Monteiro “Chibinho” (Santiago)



Fair Play: Santo Antão.

## Seleccção nacional de basquetebol já iniciou o estágio com vista ao Afrobasket 2025

Os comandados de Emanuel Trovoada encontram-se em Paris, França, desde domingo, 06, a principiar o estágio com vista ao Afrobasket 2025 que se realiza em Angola entre 12 e 24 de Agosto próximo.

Até ao momento, segundo a Federação Cabo-verdiana de Basquetebol (FCBB), Trovoada tem à sua disposição os atletas Joel Almeida, Patrick Mendes, Sander Delgado, Evandro Delgado, Anim Delgado, Hugo Silva, João Gomes e Roesley Mendes. Os treinos decorrem no pavilhão Gymnase Angelo Parisi, na

capital francesa.

Ainda segundo a FCBB, os restantes atletas convocados deverão juntar-se à equipa nos próximos dias.

### Os 17 convocados

Edy Tavares, Ivan Almeida, João Gomes, Kenneti Mendes, Will Tavares, Anim Delgado, Shane da Rosa, Joel Almeida, Anderson Correia, Patrick Lima, Keven Gomes, Evandro Delgado, Roesley Mendes, Patrick Spencer, Hugo Silva, Leandro Monteiro, Sander Tavares.



## Ténis cabo-verdiano

## Uma história de persistência

**C**elestino Almeida, 89 anos, antigo jogador e treinador de ténis, na cidade da Praia, recorda que a modalidade, tal como o futebol, chegou e estabeleceu-se em Cabo Verde, mais concretamente em São Vicente, através dos ingleses. Já nos anos 1930, com a criação do Grémio Desportivo Castilho, o ténis foi conquistando praticantes cabo-verdianos.

“A curiosidade dos cabo-verdianos que iam buscar bolas, abriu portas para a descoberta de talentos, vendo o nosso interesse, os ingleses deixavam-nos jogar”, recorda Almeida.

Nas décadas seguintes, a prática foi-se consolidando. Nos anos 1950, já entre as gerações mais novas, Didi Almeida, como também é conhecido, estreou-se aos 17 anos e conquistou vários títulos regionais. Por volta de 1970, já radicado na Praia, trouxe consigo a sua paixão pelo ténis, e tudo fez para a criação do primeiro campo polivalente de

Neste ano que se celebra o 50º aniversário da independência de Cabo Verde, o ténis ocupa um lugar de relativo destaque, bem longe do período áureo que chegou a ter. Introduzido no século XX em São Vicente pelos britânicos, transformou-se numa prática entre os jovens do nosso arquipélago.

Cláudia da Cruz-Estagiária



ténis na capital.

### Celestino, “O rei da Várzea”

Após a Independência, em 1975, com a construção

do campo de ténis na zona da Várzea, conhecido como “Clube Golfo da Praia”, Celestino Almeida empenhou-se em provar que a modalidade não era exclusiva às

elites, como se pensava em certos meios. Organizou sessões com crianças “de pés descalços”, um gesto que atraiu mais de uma centena de candidatos a alunos nas

semanas seguintes.

“Queria desmentir o mito de que o ténis era só para a elite, para aqueles que tinham altos cargos, e sim mostrar que o ténis era aberto para quem quisesse praticar”, refere Almeida, ainda saudado, na rua, como o “Rei da Várzea”.

Na década de 1980, intensificaram-se os duelos entre os clubes de São Vicente e da Praia, e, com a fundação da Federação Cabo-verdiana de Ténis, surgiram também desafios internacionais com equipas africanas, experiências que Celestino considerou “enriquecedoras”.

“Dei tudo de mim pelo ténis”, desabafa Celestino Almeida, que se orgulha por ter formado gerações que ainda hoje lhe demonstram gratidão. Contudo, lamenta o fraco investimento na expansão da modalidade noutras ilhas: “Temos potencial, só que nem todos têm a coragem de investir”.

### Santo Antão

## Associação mantém ténis vivo apesar de inactividade da Federação

Em Santo Antão, na década de 1980, um grupo de cooperantes holandeses construíram um piso para a prática do ténis, acabando, em 1988, por surgir o Clube de Ténis da Ribeira Grande, posteriormente transformado em Associação em 1995.

O presidente da Associação do Ténis da Ribeira Grande, António Miranda, lamenta a situação do Ténis a nível nacional actualmente, frisando que as competições inter-ilhas estão suspensas desde pandemia da covid-19.

“Desde 2019 a Federação Cabo-verdiana deixou de funcionar, trazendo impacto directo no ténis praticado nas ilhas. Sem o campeonato nacional, a motivação dos atletas é praticamente nula. Porém, a nossa Asso-

ciação, aqui na Ribeira Grande, nunca parou. Continuamos a promover a modalidade apostando na formação de torneios internos e nacionais, além da participação em eventos internacionais”, descreve Miranda.

Este dirigente sublima ainda que anos após anos, permanece a expectativa da retoma do campeonato nacional, considerando que o ténis é a única modalidade desportiva em Cabo Verde cujas competições encontram-se congeladas. “Temos de retomar as nossas actividades”, apela.

### Apostas locais garantem continuidade

Em 2016, numa forte aposta no desenvolvimento da modalidade

na ilha de Santo Antão, a Associação, em parceria com as autoridades locais, inaugurou duas quadras construídas de raiz, com melhores condições técnicas, posteriormente em 2024, esses campos foram dotados com iluminação, permitindo realização do torneio a noite.

“Temos parcerias com algumas empresas nacionais, como a SITA e a Garantia, bem como apoios contínuos de pessoas residentes tanto no país como na diáspora. Destaco o antigo atleta José Maurício que podemos considerar o embaixador do ténis de Santo Antão em Luxemburgo”, acentua.

António Miranda revelou ainda que tem recebido visitas frequen-

tes do presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, Armin-do Luz, com quem reforçou compromisso de mobilizar recursos para viabilizar projectos desportivos e infraestruturas.

“É preciso melhorar mais a organização interna, mas acima de tudo é essencial reactivar a Federação Cabo-verdiana de Ténis. Os custos dos transportes e dos pertences é inacessível aos recursos financeiros da Associação. Muitos amigos no exterior tentam nos ajudar, mas quando a carga chega às alfândegas, torna-se um desafio arranjar verbas para o seu despacho”, conclui António Miranda.





bcn.cv

INTERNATIONAL  
Banker



# MELHOR BANCO COMERCIAL

O BCN foi reconhecido pela International Banker como o **Melhor Banco Comercial em Cabo Verde**. Este prémio reflete a confiança dos nossos Clientes e reafirma o nosso compromisso com a excelência, a inovação e o desenvolvimento sustentável.

**O reconhecimento é internacional, mas o mérito é 100% cabo-verdiano.**



Cabo Verde, bu banco.





Fidel Tavares\*

# Da luta pela propina ao direito à esperança: um país chamado Educação Superior

*“Dá instrução ao sábio e ele se fará mais sábio; ensina ao justo e ele crescerá em entendimento” (Provérbios 9:9). A Bíblia já apontava o caminho: educação é multiplicação, é justiça, é libertação. Francisco Carvalho já entendeu isso.*

*Francisco está a colocar em cima da mesa a evidência científica de que o ensino superior gera externalidades, com ganhos para as famílias e para Cabo Verde: um técnico superior é mais produtivo, contribui mais para o PIB, tem um salário mais elevado e, por isso, paga mais impostos.*

Eu, particularmente, sempre preferi viajar – e os turistas também – a bordo de um taxista licenciado do que ao lado de um taxista habilitado apenas com o 10º ano. De igual modo, uma vendedeira licenciada é preferível a uma que apenas concluiu o 12º ano; um guarda municipal licenciado a um guarda municipal analfabeto. O que pretendo dizer é que a ideia de massificar o ensino superior através da gratuitidade de acesso e permanência não é apenas ousada – é revolucionária, é um exercício de cidadania, de igualdade e de democracia. E mais: é inteligente. Tem norte. Tem fé no país. E, conforme dizia Paulo Freire, “não é um favor do Estado mas um direito da sociedade e um dever da civilização”.

Francisco está a colocar em cima da mesa a evidência científica de que o ensino superior gera externalidades, com ganhos para as famílias e para Cabo Verde: um técnico superior é mais produtivo, contribui mais para o PIB, tem um salário mais elevado e, por isso, paga mais impostos. Ele tende a adoecer menos, adere a estilos de vida mais saudáveis, respeita os serviços públicos e planeia melhor a sua família, oferecendo mais atenção aos filhos e

garantindo-lhes uma educação mais sólida. Como nos lembra Provérbios 22:6: “Instrui o menino no caminho em que deve andar, e até quando envelhecer não se desviará dele”.

Para além disso, técnicos superiores estão mais envolvidos em práticas cívicas, na vida política e na construção de uma sociedade mais crítica, mais informada, mais livre. Uma sociedade onde a mobilidade intergeracional se torna possível – onde o filho do vendedor de peixe pode ser médico e a filha da empregada doméstica, assim como a da vendedeira ambulante, pode ser engenheira.

Em rigor, está em perspectiva um novo paradigma. Francisco quer abraçar a concretização desse sonho. O sonho da mãe de balaio na cabeça, que todos os dias anda quilómetros, de sol a sol, para conseguir os 10, 12 ou 15 mil escudos da propina mensal. O sonho que tantas vezes morre antes do final do ano letivo. O sonho do jovem que entra no primeiro avião, não para explorar o mundo, mas para fugir do salário indigno que a sua desqualificação lhe impõe.

A gratuitidade de acesso e permanência no Ensino Superior não é nenhuma heresia. De res-

to, se percorrermos a Europa, verificamos variações importantes que oscilam entre a gratuitidade total, parcial ou com taxas simbólicas. Na Alemanha e na Noruega, por exemplo, é gratuito, inclusive para estudantes internacionais nas universidades públicas; na Islândia as taxas são baixíssimas; em França, varia entre cerca 1.500\$00 de 5.000\$00 anuais; na República Tcheca é gratuito, se o curso for em tcheco. Mas poderia ainda citar Brasil, Argentina, México e Cuba onde o ensino superior é totalmente gratuito.

A economia precisa de uma força qualificada para prosperar. E um jovem com o ES tem menor probabilidade de enfrentar o desemprego, justamente porque a sua qualificação confere-lhe mais mobilidade, ele poderá procurar emprego e salário digno em qualquer país do mundo. Na OCDE por exemplo, não há muito tempo, a vantagem económica, a longo prazo, em possuir o grau universitário ao invés de um grau de segundo ciclo do ensino secundário era superior a uma média de 185.284 USD para os homens e 129.198 para as mulheres; Portugal era de 195.937 USD para os homens contra 173.893 para as mulheres; no Reino Unido, 248.322

contra 209.506. Claramente um retorno e prémio salarial elevados. Um incentivo para que Francisco avance corajosa e descomplexadamente com esta proposta. Uma proposta que, mais do que uma política pública, é um ato de justiça social. É devolver a esperança a milhares de famílias cabo-verdianas. É um passo firme para um país mais igual, mais moderno, mais humano. Como escreveu o apóstolo Tiago: “A sabedoria que vem do alto é primeiramente pura; depois, pacífica, moderada, tratável, cheia de misericórdia e de bons frutos” (Tiago 3:17).

Afinal, não se trata apenas de garantir diplomas. Trata-se de gerar dignidade. Trata-se de romper o ciclo de pobreza através de um ciclo de conhecimento. Trata-se de governar para todos. Trata-se, enfim, de dar razão à Bíblia e ao bom senso: instruir é libertar.

**\*Psicólogo Clínico e Gestor de Empresas nos EUA.**

**Licenciado em Psicologia pela Universidade de Coimbra.**

**Mestre em Aconselhamento em Saúde Mental e**

**Mestre em Gestão de Empresas pela Cambridge College, Massachusetts, EUA.**

PUB



**Navegue sem intermediários**

**www.anacao.cv**





**José Mário Correia**  
Jornalista



**Aquiles Almada**  
Analista Político



**José A. Dos Reis**  
Psicólogo  
Analista Político



**Nardi Sousa**  
Sociólogo  
Docente Universitário

# MpD/PAICV - Continuidade ou mudança: O que estará em jogo em 2026?

**12 Julho 2025**  
**10:00 às 12:00**

**Contacte-nos através:**

 9709595 / 9303005

 Rádio Alfa - CV

 9709595

 **Live radioalfacv** 

**FM**

89.9 e 94.4 na Praia

94.4 e 99.6 em Santiago Norte e Sul, Fogo e Maio

96.7 em São Vicente, S. Antão e São Nicolau

**Web Rádio**

[www.radioalfacv.com](http://www.radioalfacv.com)



João Serra\*

# Burocracia insana e “cultura de quintal” na Administração Pública cabo-verdiana

*A Administração Pública em Cabo Verde transformou-se, ao longo de décadas, num intrincado labirinto kafkiano de formalidades, carimbos (assinaturas) e prazos aparentemente infinitos, alimentado por uma “cultura de quintal” em que o amiguismo, o clientelismo e o favor pesam mais do que o mérito e a eficiência.*

Há mais de três meses que estou à espera da emissão, por parte da DGPOG do Ministério das Finanças, de uma simples declaração do tempo de serviço relativo à minha passagem por esse departamento, onde exerci funções governativas. Não há nada em falta, na medida em que anexeí cópias de Boletim Oficial com as respetivas datas de nomeação e exoneração. Mesmo assim, já lá fui uma dezena de vezes e a resposta tem sido ou que se está à espera de despacho superior, ou de assinatura.

Trata-se de um caso pessoal, e eu tenho a possibilidade e, sobretudo, a coragem de o denunciar. Mas, há vários outros, de pessoas anónimas, ou nem por isso, que, por diversas razões, não os denunciam. Então, pergunto: porquê que eu e os outros cidadãos somos obrigados a passar por este calvário, quando o Governo vem alardeando uma Administração Pública (AP) cada vez mais moderna, eficaz e célere ao serviço dos cabo-verdianos?

Embora se tenham registado avanços importantes, como a digitalização de alguns serviços, a AP em Cabo Verde transformouse, ao longo de décadas, num intrincado labirinto kafkiano de formalidades, carimbos (assinaturas) e prazos aparentemente infinitos, alimentado por uma “cultura de quintal” em que o amiguismo, o clientelismo e o favor pessoal pesam mais do que o mérito e a eficiência. O descaso e a multiplicação de exigências, muitas vezes desnecessárias ou redundantes, contribuem para a sensação de que a burocracia existe para dificultar em vez de facilitar. Na verdade, a complexidade e a lentidão dos processos burocráticos têm um custo elevado para os cidadãos – cujos projetos de vida e atividades económicas ficam atrasados ou mesmo inviabilizados – e para o país como um todo, que perde competitividade e potencial de crescimento.

A “cultura de quintal” na nossa AP é, em grande medida, herdeira

das práticas da administração colonial portuguesa, marcada por hierarquias rígidas e forte centralização de decisões. No momento da Independência Nacional, esperavase uma revisão radical desses procedimentos, que tornasse o serviço público mais ágil e transparente. Porém, em vez de se simplificar, a máquina pública herdou e preservou rotinas obsoletas. Com o decorrer do tempo, ela tornou-se cada vez mais inchada e consumidora dos recursos orçamentais, enquanto as várias reformas administrativas anunciadas, visando reduzir significativamente a burocracia, permanecem, em grande parte, no papel.

Um dos aspetos mais nefastos dessa cultura de ineficiência é a prevalência de nomeações para cargos de chefia baseadas em critérios de afinidade política, amiguismo ou laços familiares. Essa prática nepotista, que ignora o mérito e a competência técnica, perpetua uma lógica de “quintal” em que as relações pessoais e a lealdade partidária se sobrepõem ao profissionalismo e à capacidade de gestão. As consequências são evidentes: chefias despreparadas para liderar equipas e implementar políticas eficazes, perpetuando a má gestão e o mau desempenho. Esse sistema clientelista mina a meritocracia, desmotiva os funcionários competentes e mantém um círculo vicioso de qualidade deficiente nos serviços públicos.

Por outro lado, convém destacar outro dos grandes males da AP: a sua captura partidária. Não há como manter a motivação dos funcionários quando, à sua volta, se cruzam chefes incompetentes e assistem a colegas injustamente penalizados ou beneficiados em função da sua sensibilidade político-partidária. Quando os partidos aproveitam cada mudança governativa para alocar uma vasta rede de “amigos”, militantes ou simpatizantes na estrutura do Estado, demonstram profundo desrespeito pela AP.

Pior ainda, impedem o progresso institucional e desmotivam aqueles que se esforçam unicamente por desempenhar bem a sua função em benefício de toda a sociedade.

Assim, embora, em teoria, o Estado se apresente como garante de processos céleres e transparentes, na prática reinam procedimentos arcaicos e subjetivos, que consomem tempo e recursos, tanto da administração como dos utentes, impactando negativamente a qualidade dos serviços prestados e minando a confiança dos cidadãos nas instituições. A ineficiência endémica manifesta-se na morosidade exasperante de processos que deveriam ser simples e céleres. Obter um documento, licença ou aprovação transformase frequentemente numa saga que exige paciência infinita, múltiplas deslocações e, por vezes, o recurso a expedientes menos lícitos que penalizam cidadãos e empresas.

Para o cidadão, as consequências traduzem-se em perda de tempo e de recursos financeiros, desgaste psicológico e sensação de impotência perante um sistema que parece improdutivo. Quando, por exemplo, a emissão de um documento fundamental se converte numa odisséia, a confiança nas instituições democráticas erode-se, tornando a participação cívica e o sentido de pertença à nação cada vez mais frágeis. Efetivamente, a imposição de exigências redundantes – designadamente carimbos em documentos já validados e pedidos de anexos que já constam nos sistemas eletrónicos – traduz-se, por vezes, em horas de espera, gastos imprevistos de transporte e oportunidades de negócio perdidas.

Os impactos económicos são igualmente avassaladores. A criação de uma sociedade – procedimento que deveria demorar até 15 dias úteis – prolongase em média por 60 dias, conforme o inquérito de janeiro de 2025 da Associação Comercial de Cabo Verde (ACCV),

pág. 18. Esse lapso compromete a geração de receitas, a contratação de pessoal e atrasa pagamentos a fornecedores, reduzindo a competitividade das pequenas e médias empresas. Investidores estrangeiros, cientes da imprevisibilidade dos prazos, preferem destinos mais céleres, o que poderá explicar a queda de 12% no investimento direto estrangeiro entre 2022 e 2024, segundo o Banco de Cabo Verde.

Romper com essa cultura enraizada exige vontade política firme e a implementação de reformas estruturais ambiciosas. É imperativo investir na qualificação dos recursos humanos da AP, através de processos de recrutamento transparentes e baseados no mérito, e de programas de formação contínua que garantam a atualização de competências. A modernização e a digitalização dos processos administrativos são igualmente urgentes, visando simplificar procedimentos, reduzir a burocracia e aumentar a eficiência. A adoção de critérios rigorosos e transparentes na nomeação de cargos de chefia, privilegiando a competência técnica e a experiência profissional, é fundamental para promover uma gestão pública mais eficaz e meritocrática. Adicionalmente, é necessário rever a baixa remuneração e introduzir flexibilidade nos mecanismos de recompensa e progressão, penalização de comportamentos negligentes e valorização genuína dos muitos funcionários públicos que, diariamente, dignificam o serviço público com competência e dedicação.

Urge transformar a AP num verdadeiro motor de progresso, assente na competência, na transparência e na orientação para o serviço público, abandonando as práticas burocráticas insanas e clientelistas que tanto prejudicam o país e o seu futuro.

Praia, 28 de junho de 2025

\*Doutorado em Economia

# Independência de Cabo Verde: dádiva, conquista ou discurso?



Milton Monteiro\*

Em seu discurso na sessão solene do 49.º aniversário do 25 de Abril, o presidente Marcelo Rebelo de Sousa afirmou: “O 25 de Abril começou por existir por causa da descolonização”.

Por isso, enquanto eu ouvia o magnífico discurso que afirmava que a independência de Cabo Verde começou por existir por causa do 25 de Abril, fiquei imaginando se não seria melhor que o senhor Marcelo, presente na Assembleia Nacional, fizesse o discurso da bancada parlamentar, ou permanecesse em Cabo Verde para estudar História com alguns democratas, ou ainda pedisse desculpas pela sua afirmação sobre as lutas pela independência.

Até aqui do Brasil dá para saber que a Revolução dos Cravos teve suas raízes no coração da luta anticolonial africana, que minou o regime português por dentro e tornou inevitável o seu fim. No seu livro “Na Diplomacia, o Traçado Todo da Vida”, o chanceler Mário Gibson Barboza - considerado o pai da abertura da política externa brasileira para a África Negra - relata a conversa tida com o major Melo Antunes, figura central da Revolução dos Cravos, sobre o momento em que este mudou seu ponto de vista em relação ao governo português:

“Mudei precisamente lá [referindo-se à Guiné]. Aquilo era uma guerra dura e violenta, mas ao mesmo tempo com intervalos longos, muito calor, mosquitos e bastante tempo ocioso. Conversávamos extensamente com os prisioneiros, muitos deles bem preparados, alguns com formação superior na União Soviética. Acima de tudo, estavam visceralmente envolvidos na libertação do seu povo. Nessas conversas com os prisioneiros, eu e ou-

tros oficiais portugueses acabamos por compreender a posição deles e, assim, começamos a divergir do governo português. Em seguida, passamos a conspirar para derrubá-lo.”

Gibson conclui: “Instrutiva ironia da História. O governo português manda seus oficiais e soldados para a África, num esforço cruento, exaustivo e dispendioso, para manter suas colônias. Mas esses mesmos combatentes passam a dar razão ao inimigo e, mais que isso, voltam as armas contra o seu próprio governo.”

Ano passado, enquanto Portugal reconheceu oficialmente o papel de Amílcar Cabral e da luta anticolonial na libertação do jugo fascista, integrando o nome de Cabral às comemorações dos 50 anos da Revolução dos Cravos, o MpD boicotou a comemoração do centenário de Cabral.

Enquanto Maria Inácia Rezola, comissária executiva para as comemorações do 50.º aniversário do 25 de Abril, reconheceu que “as lutas de libertação desenvolvidas em África contra o então império português foram determinantes para a queda da ditadura do Estado Novo. Amílcar Cabral é uma figura essencial nesse contexto, pelo papel de liderança que desempenhou e pelo legado que perdura até hoje, com uma dimensão internacional muito significativa”, o então líder parlamentar, ao comentar o chumbo, preferiu evocar a Revolução dos Cravos em vez de aproveitar a chance de reconhecer Cabral como a maior figura cabo-verdiana de todos os tempos.

Agora mesmo, diante da ampla desaprovação do discurso por parte dos cidadãos, ele foi às redes sociais para solidarizar-se com seu homólogo, afirmando que este foi “sereno e honesto com a nossa

história”.

Não por acaso, o início oficial das comemorações dos 50 anos da independência de Cabo Verde também foi marcado para o dia 25 de abril de 2025, e mais uma vez reaparece a sombra.

Ou seja, o discurso proferido na sessão solene não foi inédito nem um caso isolado. Ele reflete uma relação de desfalque histórico ainda não resolvido por muitos do MpD.

Tudo isso em relação à memória da independência teve gênese no partidarismo, negacionismo, aniquilacionismo e revisionismo lá de trás. Em um país onde a História não é ensinada, os jovens desconhecem, por exemplo, outros motivos que levaram à substituição do hino nacional, à mudança da bandeira e à instituição do ‘Dia da Liberdade’, em 13 de janeiro. Também não sabem que a estátua de Diogo Gomes, associada ao passado colonial, foi recolocada com cerimônia oficial, na presença do então presidente português Mário Soares.

Falando em Soares, pelo que sabemos, ele não concedeu a independência da Guiné e de Cabo Verde ao encontrar-se com Aristides Pereira logo após o 25 de Abril. Tampouco o comandante Pedro Pires a recebeu nas negociações realizadas em Londres e Argel.

Ao liderar os difíceis diálogos com o novo governo português, Pires mesmo sabia que o general Spínola, então presidente de Portugal, era contrário à independência das colônias, apesar de defender no “Portugal e o Futuro” que a resolução dos conflitos era política, e não militar.

“As negociações com os portugueses foram árduas” - deixou claro o “Comandante Pedro Pires em Memórias da luta anticolonial em Gui-

né-Bissau e da construção da República de Cabo Verde” (p. 121). E reforça: “Se não fosse o PAIGC [não os capitães de Abril, Spínola, Soares, nem a UDC, a UPIC ou o MpD], Cabo Verde não seria livre” (p. 131). Guiné-Bissau proclamou unilateralmente a sua independência em 1973, reconhecida por mais de 85 países antes mesmo do 25 de Abril. E foi com esse espírito de conquista e soberania que se iniciaram as negociações também para a independência de Cabo Verde.

Junto com o líder da bancada da oposição, que evitou a habitual pancadaria parlamentar que tantas vezes presenciámos naquela casa, o Presidente da Assembleia Nacional mandou bem no seu discurso, minimizando, ainda que parcialmente, os danos do seu próprio líder parlamentar. Ao afirmar que “a independência não foi uma dádiva”, demonstrou ter feito o dever de casa e lido o livro do comandante Pedro Pires: “a independência foi uma conquista árdua e não uma dádiva ‘democrática’” p. 141).

Num momento solene como a celebração do meio século da Independência, o que se espera é grandeza, memória e gratidão, reconhecimento do caminho percorrido, dos sacrifícios feitos e dos nomes que moldaram a nossa liberdade, honrando aqueles que deram a vida para que hoje possamos falar livremente num parlamento cabo-verdiano.

Ninguém duvida que a Revolução dos Cravos teve seu quinhão de importância na fase final da independência de Cabo Verde. Porém, quem esteve à frente da luta foram os cabo-verdianos e guineenses, guiados sob a liderança visionária, ainda não superada por nenhum deputado, de Amílcar Cabral, a quem foi negada

a menção devida no referido discurso.

A única referência, fria e desprovida de consideração e gratidão - “eram três as forças políticas no terreno: o PAIGC de Amílcar Cabral [...]” - contrasta com os elogios calorosos dirigidos a Carlos Veiga, que estava sentado exatamente atrás do comandante Pedro Pires. A este, maior figura viva da independência, restou apenas ouvir a redução dos primeiros 15 anos do incansável esforço a uma ditadura, pela qual se exige, pela segunda vez, um pedido de desculpas.

Quando criança, eu ouvia no Fogo: “dia de benefício é véspera da ingratidão”, um ditado que o comandante, filho de Djarfogu, talvez tenha lembrado naquele discurso desprovido, que também equiparou UDC e UPIC ao PAIGC; falou da existência da liberdade e democracia antes do 13 de janeiro; incorreu no anacronismo de querer democracia antes da independência; ignorou completamente as particularidades do contexto do partido único; desconsiderou que foi justamente nesse período que o país lançou suas bases a partir do zero; reservou elogios gloriosos apenas ao MpD e esqueceu que esse partido não surgiu do nada.

“Um povo que não conhece sua História está fadado a repetir-la” (Edmund Burke).

\*cabo-verdiano radicado no Brasil, é professor na Universidade Federal do Tocantins.



Germano Almeida

# O dia seguinte

*E o MpD até considera que um pedido de desculpas por parte do Estado aos cabo-verdianos, até que cairia bem. Pessoalmente não tenho nada contra, pelo contrário, adoraria ver os altos dirigentes do MpD de braços dados com os dirigentes do PAIGC/CV, todos unidos, irmanados e em lágrimas num imenso pedido de desculpas a nós outros cabo-verdianos pelos 15 anos de partido único que juntos alegremente edificaram.*

Os muitos festejos e discursos pelos 50 anos da independência nacional trouxe, pelo menos até agora, duas novidades, infelizmente nenhuma delas simpática. A primeira foi no início dessas comemorações a 25 de abril, quando o primeiro ministro de Cabo Verde teve a suprema habilidade de glorificar a independência nacional com rasgados elogios, sem contudo nunca referir os seus fautores, sequer Amílcar Cabral, alguém de que nenhum cabo-verdiano consegue esquecer-se; a segunda foi na noite de quatro de julho, quando o presidente da República de Cabo Verde fez uma alocução, disse que dirigida à nação cabo-verdiana, porém exclusivamente dirigida à glorificação da diáspora, “a nossa verdadeira décima primeira ilha afetiva”: louvou a diáspora das artes e da música, também a diáspora das remessas financeiras, a diáspora da cultura e dos saberes, enfim, uma diáspora sem a qual, segundo ele, Cabo Verde seria nada, ZERO!

Eu pessoalmente enquanto ouvia ia pensando, antes de ser diáspora já éramos nós, portanto Cabo Verde não é só diáspora, nós outros que estamos na Tapadinha também temos algum valor, por pequeno que seja, certamente que ele vai também falar de nós, vai ter uma palavrinha para nós outros que fomos resistindo e ficando na terra para que ela não se despovoasse... Porém inutilmente! Quando achei que ele finalmente ia entrar em nós, despediu-se e foi-se embora. Fiquei a pensar, Terá sido um propositado cálculo eleitoral?

Seja o que for, foi sem dúvida uma frustração. É que nós também gostamos de ser mimados e bem merecemos, desde o tempo da monarquia

do século XVII que os ilhéus já diziam ao rei que não havia maior militância que viver nas ilhas.

Mas pronto, já passou! Mesmo aqueles que se foram manifestando algo insatisfeitos com as celebrações do 5 de julho praticamente só com gente ligada ao partido da independência, pretextando de que essa é também a data do início do governo do partido único em Cabo Verde. E o MpD até considera que um pedido de desculpas por parte do Estado aos cabo-verdianos, até que cairia bem. Pessoalmente não tenho nada contra, pelo contrário, adoraria ver os altos dirigentes do MpD de braços dados com os dirigentes do PAIGC/CV, todos unidos, irmanados e em lágrimas num imenso pedido de desculpas a nós outros cabo-verdianos pelos 15 anos de partido único que juntos alegremente edificaram.

Ainda que eu não tenha qualquer dívida em afirmar que, não obstante as loas que se continua cantando sobre estado de direito e democracia e afins, desde 1975 até agora temos sempre vivido em regime de partido único, muitas vezes até com mais mazelas do que antigamente, quando ainda até que havia um certo recato.

Certamente que não ignoro as eleições, têm sido livres e sem fraudes capazes de as pôr em causa. Portanto, em termos eleitorais, os dois partidos que até agora se têm revezado no poder, têm-no feito legitimamente.

O drama tem vindo a seguir, durante o exercício do poder. A terra é pequena, os tachos não abundam, e todos querem ser pagos pelas humilhações que aceitam sofrer ao longo dos dias de campanha eleitoral, e por isso todos ostensivamente ignoram que

a vitória eleitoral não deveria ser encarada como um ato de conquista, pelo que não deveria justificar-se a desavergonhada distribuição dos despojos pelos militantes em guerra pelo seu quinhão.

E na busca do pedaço de cada um, não há regras nem leis, todos os golpes baixos são admissíveis, basta ver a azáfama que tem sido a invenção de tachos para os vencidos das autárquicas.

A tão proclamada liberdade de expressão, particularmente com o MpD no poder, tem tido limites apertadíssimos, sobretudo porque muito parece que esse partido tem tido mais facilidade em manipular os órgãos judiciais. Foi com ele no poder que dia sim dia não alguns jornais e jornalistas eram chamados aos tribunais. Lembro-me de um que foi acusado de crime de abuso de liberdade de imprensa por ter noticiado o caso de um deputado da situação que viajou daqui com destino a Paris, teve que pernoitar em Lisboa e perdeu o avião para o destino. O jornal foi processado por ter escrito que o deputado se tinha perdido na noite de Lisboa. Mas foi durante os governos MpD que os maiores absurdos jurídicos aconteceram. Lembro-me do caso do deputado Júlio Correia que foi acusado e julgado pelo crime de ter escrito um texto irónico, no qual afirmava que O SUPREMO É SUPER!

Júlio Correia era deputado da oposição e o Supremo considerou-se ofendido na sua honra. Foi-lhe levantada a imunidade parlamentar para ser levado a julgamento. A acusação não tinha pés nem cabeça, era apenas uma manobra de grosseira intimidação e humilhação. Eu era deputado na altura e então sugeri a alguns colegas que fizéssemos republicar no

mesmo jornal o mesmo texto, mas agora assinado por nós. Muitos concordaram e assim se fez. Já não me lembro como o processo acabou, mas sei que o deputado não foi condenado. Mas bem vistas as coisas, sorte extraordinária teve ele por não se terem lembrado de acusá-lo de crime de atentado ao estado de direito democrático, caso esse em que teríamos tido uma primeira edição do escândalo judiciário que é a condenação do Amadeu Oliveira, a maior violação do direito que devia envergonhar todos os juristas. Mas viria ainda a ser durante o consulado do MpD no poder que seríamos distinguidos com a bizantina e aberrante paródia de termos dois primeiros ministros, um efetivo, outro suplente. O que por si só não seria grave, se tal aberração não tivesse tido o expresso beneplácito do Supremo Tribunal de Justiça que não teve dúvidas em declarar tal absurdo rigorosamente dentro do exato cumprimento das leis. E são esses mesmos que declaram que os anos de 75 a 90 foram anos perdidos para Cabo Verde, e são também eles que o atual presidente da República erigiu como os Champions da democracia. Faz-me lembrar um fulano que protestava contra os franceses: que chamem ao pão de pain e ao vinho de vin, até pode fazer sentido e ser aceitável, agora, chamar ao queijo de fromage quando se está claramente a ver que é queijo, não tem sentido algum e é claramente abusivo.

Não se pode negar que, a partir de 1990, democracia, estado de direito democrático e outras expressões afins ganharam soberania na nossa ordem jurídico-política, e são certamente os mantras mais repetidos, repetidos até à exaustão. Porém, na mesma proporção em que são ignorados.



## “Indipendência”

Com tanta baboseira que se ouviu por altura dos 50 anos da INDEPENDÊNCIA de Cabo Verde, alguém ficou com a cabeça embaralhada, que nem Xiku ficou com os números, e acabou se atrapalhando na ortografia da placa que nomeia a avenida principal da Cidadela. De “indipendência”, numa primeira versão, passou a “DeIndependência” e depois lá ficou “Avenida Da Independência”. E, mesmo assim, com um pequeno problema: a preposição “De” em maiúscula em vez de minúscula (de).



## Saga

Diante de tanto esforço para corrigir a “indipendência”, e mesmo assim com a preposição “de” grafada com maiúscula, ZIG ouviu o seguinte comentário de um cabo-verdiano cheio de orgulho cinquentenário: “Depois de todos estes anos a dizer que português ‘ka é nos lingua’ agora nem com a INDEPENDÊNCIA conseguem acertar”.

## Festas e festinhas

Em São Vicente cumpriu-se o 5 de Julho com uma festinha “mei frakin”, na noite de 4 para 5 de Julho, na Praça Dom Luiz, com Kings, Constantino Cardoso, Naná... Um fogo de artifício também “frakin”... Segundo um festeiro, o dinheiro foi quase todo para a festa do 25 de Abril, cumprindo-se a estratégia do Tober & Cia de valorizar a Revolução dos Cravos, em vez da Independência dos Escravos. Para mostrar como se festeja o 5 de Julho a malta Estrela Negra realizou, no dia 5, um baile no Castilho, abrilhantado pelos Kings. Houve quem tenha dado pela ausência do Dany.

## A vida continua

Acabou a festa do 5 de Julho, os discursos, as marchas... E agora, com as chuvas, vai começar a guerra contra os mosquitos, de quem é a culpa das poças de água, do lixo, quem ama mais a capital... O importante, está-se mesmo a ver, é manter a malta animada porque os “desanimados”, estes, desde que aprenderam o caminho do Aeroporto, não param de sair... à procura “d’um vida amdjor”, como dizia uma canção dos primeiros anos da Independência.

## Desespero

Nos últimos dias, um grupo de pessoas que estava retido na ilha do Maio devido a falta de barcos, precisou recorrer a uma pequena embarcação de pesca para sair da ilha, rumo a Cidade da Praia. Perante o desespero, foi a solução encontrada para contornar a actual situação dos transportes inter-ilhas, que muitos dizem estar tão bem como nunca antes. Apesar do risco, os aventureiros chegaram de boa saúde à capital. Quanto à embarcação, esta já não pode dizer o mesmo: assim que tocou na terra, viu a sua documentação apreendida pelas autoridades. Caso para dizer: “Podemos não ter barco mas lei temos”.



## ICCA canino

Ao se deparar, no Mindelo, com três cães, menores de idade, ao que tudo indica, em situação de abandono, o Sokols ficou tão comovido que apelou a quem de direito, no céu e na terra, para acudir os pobres coitados, incluindo o próprio ICCA. ZIG se compadece com os animais e acredita que o seu bem estar deve ser uma luta de todos nós, mas se é para ter instituto, que tenha o próprio, de foro canino, pois não se pode agora andar a misturar cão com criança.



## Humor sionista

O primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, o exterminador de Gaza, informou esta semana o presidente Donald Trump que já propôs o seu nome para o Nobel da Paz. Em Oslo, na Academia, a notícia foi recebida com frio na espinha. Os “quem de direito” receiam ser duramente taxados por Trump caso o Nobel da Paz for entregue a outro habitante deste Planeta cada vez mais louco.



# APN

ÁGUAS DE PORTO NOVO

# 20

# ANOS

2005 ~ 2025

EM JULHO DE 2005, FOI  
CONSTITUÍDA A APN,  
PRIMEIRA PARCERIA  
PÚBLICO PRIVADA DO PAÍS,  
PARA CONSTRUIR E OPERAR  
UMA INFRAESTRUTURA  
HIDRÁULICA DESTINADA A  
GARANTIR O SERVIÇO  
BÁSICO DE ABASTECIMENTO  
DE ÁGUA POTÁVEL À CIDADE  
DO PORTO NOVO.



**APP**  
ÁGUAS DE PONTA PRETA



[@AguasPontaPreta](https://www.instagram.com/AguasPontaPreta)  
[aguaspontapreta.cv/apn](https://aguaspontapreta.cv/apn)

# Etc.



# Marlene

Biografia, factos e documentos

# A Razão Futura de Silvino da Luz



**D**e acordo com o editor Flinto Elísio, da Rosa de Porcelana, o livro de Silvino da Luz (que será lançado na próxima segunda-feira, 14), nasce da vontade do seu autor em querer fazer um retrato que coincidissem com o seu próprio percurso histórico. Os marcos iniciais foram a celebração de dois centenários do nascimento: o de Agostinho Neto (2023) e o de Amílcar Cabral (2024). Mas a opção por fazer não uma narrativa puramente histórica ou política, leva a uma abordagem da vida pessoal de Silvino da Luz. Uma vida paralela ao seu trajecto político e que é ao mesmo tempo um tributo à sua ilha de São Vicente, o espaço físico que o vai moldar, desde cedo.

Silvino da Luz decide, então, contar o ambiente vivido

Numa das obras memorialísticas mais esperadas dos últimos anos, o antigo comandante e governante do PAIGC/CV traz à luz o seu testemunho da luta armada e da ‘conquista’ de Cabo Verde pelo partido, 50 anos depois. Um retrato em jeito de ‘radiografia’ da sua vida e trajectória política, do menino da Rua de Côco, ao governante poderoso. O único, segundo os seus próprios colegas de governo, ‘capaz de promover um golpe de Estado em Cabo Verde’.

Joaquim Arena

na ilha, na cidade de Mindelo, a chegada de Abílio Duarte, em 1959, para mobilizar quadros para a luta. “Silvino da Luz está já num estado de mobilizável antes mesmo de ser mobilizado. Mas o seu trajecto, quando comparado com outros camaradas, vai ser diferente, depois de mobilizado para o exército português e enviado para o norte de Angola, para a zona de conflito, como miliciano. Aqui começa

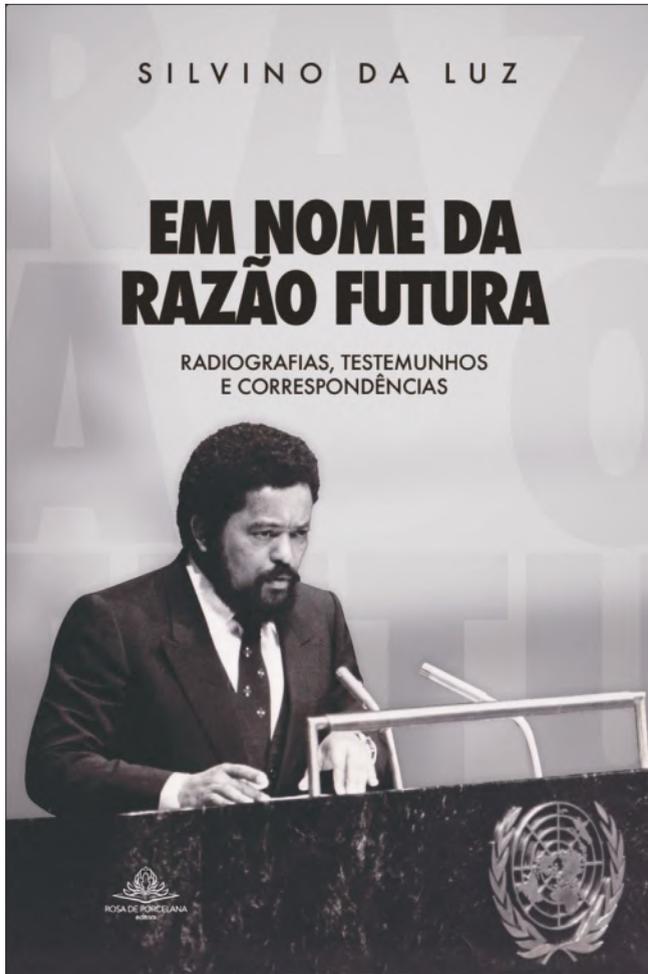
a delinear o seu projecto de deserção para aderir à causa da libertação nacional.” O livro revela que o primeiro objectivo do jovem Silvino é juntar-se ao MPLA (Movimento para a Libertação de Angola), depois de consumir a sua deserção, durante uma passagem pela Nigéria.

Daqui viaja para o Congo, para Leopoldville, indo juntar-se ao movimento de libertação de Angola, o MPLA. Da-

qui, Silvino é convocado por Amílcar Cabral para estar em Conacry, na Guiné, para participar no primeiro encontro de quadros cabo-verdianos reunidos para desenharem a luta. E em 1963, já em Dacar, no Senegal, ele é um dos responsáveis na elaboração de um plano de desembarque em Cabo Verde, que antecipa o projecto de 1966, que tem o mesmo fim, com o Grupo de Cuba.

Outras das abordagens importantes do livro, segundo Filinto Elísio, é a revelação do importante papel dos guerrilheiros cabo-verdianos na luta. “O destaque vai para a participação directa, nas batalhas dos três Gês (Guilage, Guilege e Gadamael), mas também no papel activo para a independência da Guiné-Bissau, em 1973, que levou ao acelerar do 25 de Abril de 1974.”

Outro aspecto que o editor salienta é o período de transição do final de 1974 e o ano de 1975, que ainda é motivo de muita polémica e debate na sociedade cabo-verdiana. “Aqui vamos ver como o PAIGC teve de se impor nas ilhas, num clima de grande pressão dos americanos, que aceitavam a descolonização das outras colónias portuguesas em África, mas não a de Cabo Ver-



de, num quadro de poder do PAIGC”.

### Camarada Silvino, o homem forte das ilhas

Documentos revelam a troca de mensagens entre Henry Kissinger (secretário de Estado americano), Almeida Santos e Mário Soares. Mas com a ajuda da inteligência cubana e russa, o PAIGC tem acesso a estes dados e faz pressão, contrariando o argumento em como não tendo havido luta armada nas ilhas de Cabo Verde, o PAIGC era apenas mais uma das forças políticas no terreno.” E aqui, outro aspecto abordado é a forte cumplicidade entre o PAIGC e o MFA, nas ilhas, que vai facilitar as pretensões do PAIGC.

Através de documentos e anexos remissivos, o leitor é remetido para provas que corroboram as revelações de Silvino da Luz. “Estas servem para explicar a intensidade e o ritmo das negociações com o governo português, entre 1974 e 1975, para sentar à mesa e calendarizar o cami-

nho para a independência.” Mas também naquilo que o editor da Rosa de Porcelana designa como uma “segunda luta”, a luta por Cabo Verde. “E é aqui que o comandante Silvino da Luz se vai destacar ao ganhar um enorme capital político. Quando os restantes quadros regressam da Guiné é um outro camarada Silvino da Luz que eles vão encontrar. Ele torna-se responsável do partido nas ilhas, depois de Pedro Pires.”

E quando passa a ministro da Defesa, e responsável directo pela milícia e pela polícia, no primeiro Governo, toda a força coerciva do Estado fica nas suas mãos, isto cria alguma tensão entre os restantes governantes, que o livro vai revelando. “Há um capítulo que fala de ‘golpe de Estado’ ou ‘intentona’, uma questão que ficou tabu na sociedade cabo-verdiana, inclusive algumas forças internas diziam que se alguém poder dar um golpe de Estado em Cabo Verde, objectivamente será o comandante Silvino”, diz Filinto Elísio.

Para o editor, é natural e

esperado que o livro venha a atizar o debate sobre a questão da transição para a independência e a primeira república, que nos últimos tempos tem estado na ordem do dia. O livro tem o condão de “desmistificar muitas histórias e mostrar, com dados, que muita coisa não deveria ter sido feita, dos excessos ocorridos, mas o autor tem hoje uma relação muito aberta em relação às críticas, embora chamando a atenção para os contextos históricos e os dados que os sujeitos, na altura, tinham.

Assim como a relação actual com os então futuros ‘trotskistas’, que Silvino da Luz enfrentou enquanto ministro da Defesa Nacional e parte do sistema.” O livro conta, ainda, com testemunhos do embaixador José Luís Fernandes ‘Djidjê’. Aos 86 anos, Silvino da Luz - que por razões de saúde não esteve disponível para um depoimento para o A NAÇÃO - decide ‘radiografar’ as suas memórias, num livro muito aguardado, em mais uma publicação da Rosa de Porcelana. Um documento “para análise futura”, nas palavras do editor Filinto Elísio.

### Pré-publicação

“Talvez não tenha vivido em mim mesmo, talvez tenha vivido a vida dos outros.

Do que deixei escrito nestas páginas se desprenderão sempre - como os arvoredos de outono - e como no tempo das vinhas - as folhas amarelas que vão morrer e as uvas que reviverão no vinho sagrado.

Minha vida é uma vida feita de todas as vidas: as vidas do poeta.

### (PABLO NERUDA. Confesso que vivi) “

“Nos momentos especiais, quer do meu percurso histórico, quer do meu percurso existencial, sou interpelado pela ideia de que nada

acontece por acaso e que, em essência, nada é absolutamente insólito. As coisas, como as causas e as consequências, nas suas complexidades e nos seus múltiplos desdobramentos, aportam sentido ulterior, originam-se e destinam-se de e para algo.

Em tais momentos - e eles têm sido alguns na minha vida -, sinto-me comungar da filosofia de quem encara o existencialismo como passível de emanar factos sociológicos e políticos, o existencialismo consubstanciado na possibilidade do eu-coletivo, mesmo, como no caso deste livro, e que me interpela por vezes sobre acontecimentos vivenciados na primeira pessoa do singular e a mediador soberano das minhas versões dos processos vivenciados, mas procurando, com cuidado e prudência, acrescentar ao que tenda para o autobiográfico, uma narração de várias vozes, que são minhas, umas omniscientes e outras racionalizadas, sem descurar outros apelos em que o passado, o presente e o futuro possam coexistir.

Pessoalmente, em muitos papéis e em diferentes estatutos, despertou se-me sempre uma pulsão pela luta dialética em relação às injustiças, às desigualdades e às vicissitudes da vida, algo que conheci desde muito cedo e que me marcou pela vida fora de forma irreversível, não só como um sujeito de valores e princípios, mas também coerente com as práticas e, se quisermos num jargão mais marxista, com a práxis, numa tentativa de harmonizar, na medida do possível, um pensamento coerente com a ação, nos muitos tempos e nos diversos espaços que vivi... e que vou vivendo.

O fluir do tempo é para mim um claro fenómeno de complexidade, por ser causa e consequência de escolhas para a construção de um futuro diferente (leia-se, inovado) e subscrevo a palavra es-

clarecida do economista austríaco Joseph Alois Schumpeter na abordagem do tempo como um ativo estrutural para a inovação e na medida em que nos desafia ao “escorrer-se no futuro olhando pelo retrovisor.

Olhando pelo retrovisor pude percorrer estradas e trilhos, assim como atalhos, imprimindo velocidades com risco calculado, mesmo que a outros olhos elas parecessem temerárias, e ousando ultrapassagens para um futuro que fui sonhando e quis vivenciado. Reconheço que processos históricos estruturantes se entrecruzaram com a minha existência - os de afirmação da identidade cabo-verdiana e, mais tarde, da identidade africana, de consciencialização anticolonial e de luta para a libertação nacional, assim como posteriormente de governante, de parlamentar e de diplomata, sempre consubstanciados nas convicções de um humilde, mas necessário, intérprete das inquietações que me interpelaram em cada tempo histórico, com os seus vários cronogramas e interstícios.

Para a melhor compreensão do leitor, não me apresento neste livro, que intitulei EM NOME DA RAZÃO FUTURA: Radiografias, Testemunhos e Correspondências, como um narrador autobiográfico, mas ao estilo de “Confesso que vivi”, poema de Pablo Neruda, cujo trecho serve de epígrafe no abrir destas notas de abertura, prestando-me a narrar e a analisar o todo vivenciado por mim no tempo-espaço, e fazê-lo pelo prisma radiográfico, corroborando, em jeito de ressalva, que nada acontece por acaso e que, em nome de uma memória futura, no meu caso tem sido enorme a floração da ideia da liberdade como o ápice do Humanismo. Uma ideia inicialmente profusa, senão mesmo confusa, caldeada em situações-limite e percursos de decisões difí-

Livro de Jorge Tolentino

# Uma amnésia fértil ou interacção amiga com o esquecimento

O livro *O Arquipélago das Amnésias*, de Jorge Tolentino, apresentado ao público na última edição do Festival Literatura-Mundo, no Sal, e a ser lançado na Praia no dia 17, divide-se em três partes, a que o autor chamou de Segmentos: textos de apresentação de livros por ele, intervenções na área da diplomacia e uma outra que poderemos chamar de textos mais avulsos, versando diversos temas.

O *Arquipélago das Amnésias* é, pois, mais um dos vários livros que, levados pela efemeridade dos 50 anos da independência de Cabo Verde, os seus autores - actores, de uma forma ou de outra, deste processo - pretendem publicar, como testemunho deste período. Recorde-se os livros publicados recentemente por Carlos Reis (*Da luta pela independência de Cabo Verde às saudades do futuro*), de José Tomás Veiga (*Cabo Verde na encruzilhada da independência*) e o próximo de Silvino da Luz (*Em nome da razão futura, radiografias, testemunhos e correspondências*), a sair dia 14 deste mês.

No caso de Jorge Tolentino, os testemunhos são textos, no campo literário, de apresentação de obras literárias, de escritores cabo-verdianos. E foram diversos os autores que solicitaram esta função ao antigo governante, de Vera Duarte a Mário Lúcio, Filinto Elísio, Eurídice Monteiro. Mas também ensaios sobre artistas, como Manuel Figueira, Jaime de Figueiredo, Vadú, notas críticas sobre a literatura cabo-verdiana ou mesmo apontamentos sobre o escritor português Augusto Abelaira, de que Jorge Tolentino se confessa grande leitor.

Textos de conferências e de apresentação de obras literárias compõem o livro *O Arquipélago das Amnésias*, revelando o olhar incisivo de Jorge Tolentino sobre os seus vários tempos: de amante da literatura, do diplomata e do político. Tudo no sentido de melhor compreender Cabo Verde e o mundo.

Joaquim Arena

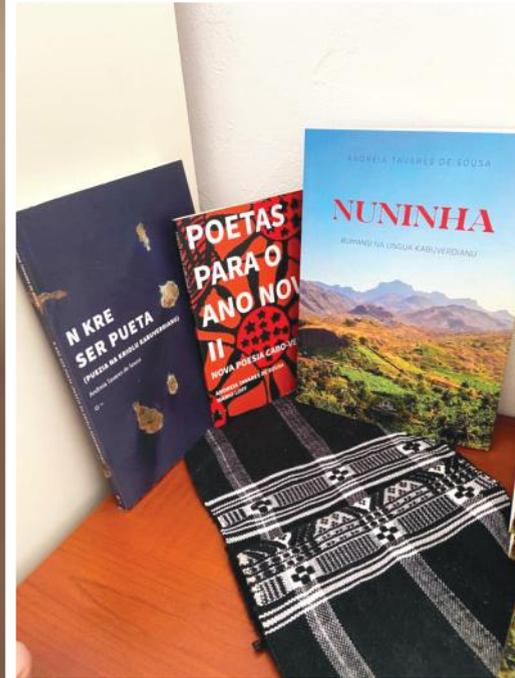


No segundo Segmento do livro vemos surgir o Jorge Tolentino diplomata e político, com a recuperação de intervenções enquanto membro dos governos de José Maria Neves. São diversas preocupações reveladas, sobre a CPLP, a Língua Portuguesa, conferências ministeriais em que tomou parte, mas também sobre a segurança, o direito internacional e a Defesa nacional, entre vários outros. O último Segmento é mais uma miscelânea e variada de temas, despídos da 'solemnidade' ou densidade daqueles contidos dos dois primeiros. Mas não menos incisivos: reflexões, homenagens, apontamentos: 25 de Abril, liberdade de imprensa, a primeira bandeira, uma nódoa na morte de Onésimo Silveira, obituário e notas de larga abrangência temática.

Na sua "Breve, brevíssima advertência", o autor fala da obra como "um exercício de amiga interacção com o esquecimento (...) a procura de fixação de factos, de memórias, de preocupações, sentimentos e valores que não deveriam ter prazo (...)". Uma obra que Jorge Tolentino diz ser a "reafirmação de uma forma de estar na nossa Ágora e de procurar contribuir para a vitalidade dela." E os textos do livro, pequenos e aparentes fragmentos, "traduzem, na verdade, uma busca de compreensão do meu país e do mundo."

Autor de vários outros livros, com a chancela da Rosa de Porcelana, *O Arquipélago das Amnésias* será lançado na Praia, no dia 17, no auditório do Banco Interatlântico/Garantia, na Chã de Areia, às 18 horas. Os apresentadores serão Carlos Reis e Domingos Mascarenhas.

# Com “Nuninha”, Andreia Tavares aposta na língua cabo-verdiana como expressão literária



“É poucas do liceu, épocas da adolescência, essas são as épocas em que as paixões começam a arder e começam as trocas de poemas entre colegas. Foi aí que tudo começou, com os meus 14 anos, comecei a gostar de poemas e a dedicar-me à poesia. Lembro-me, como referência e modelo, o poema de Luís de Camões, ‘Amor é fogo que arde sem se ver’, na altura, nem sabia quem era o autor”, recorda Andreia ao A NAÇÃO, a propósito de como é que a literatura entrou na sua vida.

A nossa entrevistada conta que se destacou como poetisa, ainda no liceu, na Assomada, participando em antologias e obtendo reconhecimento com a colecção premiada “Poetas para

Natural de Santa Catarina, na ilha de Santiago, Andreia Sofia Tavares de Sousa, 38 anos, traduz em verso a alma de Cabo Verde. Licenciada em estudos de Literatura Cabo-verdiana, Andreia vive em França desde 2005, onde construiu um projecto literário que ultrapassa fronteiras linguísticas e culturais. Escrito em crioulo, “Nuninha” é o seu primeiro romance.

Cláudia Cruz - estagiária

o Ano Novo II (2019)”. Em 2020, lançou “N kre ser puenta”, uma colectânea de poemas em crioulo.

## Romance: Nuninha

Este ano, 2025, representa uma nova fase na carreira literária de Andreia Tavares com o lançamento do seu primeiro romance, “Nuninha”, que narra a história de uma jovem que emigrou para França. Vivendo há

quase 20 anos nesse país, a autora admite que escrever em crioulo, por vezes, representa um desafio, sobretudo quando surgem palavras praticamente idênticas “rifleti” e “refléte”, por exemplo.

Para Andreia, lançar um livro é como “dar vida a um filho”. Embora ame todas as suas obras, reconhece que “Nuninha”, seu primeiro romance, transpõe a sua própria história e a alma cabo-

verdiana, orgulhando-se de preservar a língua e a identidade cultural em meio às várias diversidades.

“Escrevi Nuninha em crioulo porque é a língua em que melhor me consigo expressar. É uma língua que me devolve a saudade em meio a tantas adversidades. Quando comecei a estudar o crioulo, senti que era o meu dever ligar-me à minha cultura através da nossa língua materna”.

Sendo bilingue, Andreia confessa que se sente por vezes limitada, tendo de escolher a língua de escrita e de expressão consoante o concurso ou o público-alvo, de modo a evitar traduções que alterem o contexto original. “É no crioulo que me sinto mais à vontade”.

Andreia Tavares procedeu este mês ao lançamento de “Nuninha” na ilha do Sal e em Santiago, com resultados que considera surpreendentes. “A cada apresentação, os livros esgotam-se. É muito satisfatório, porque a minha maior felicidade é saber que estou a ter envolvimento e reconhecimento no país”.

## Sonho

Na ilha do Sal Andreia participou no último Festival Literatura Mundo, onde diz se sentiu acolhida, no meio de vários outros veteranos, alguns de outros países e culturas. Aliás, por falar em Literatura Mundo, Andreia Tavares sonha vir a viver um dia exclusivamente da literatura, promovendo a língua materna nas escolas e a preservação cultural na diáspora, trabalhando incansavelmente nesse sentido. “É um sonho que espero poder realizar um dia”, conclui.

# ‘Nôt’ de Marlene Freitas leva Mil e Uma Noites a Avignon

A coreógrafa cabo-verdiana Marlene Freitas abriu, no passado dia 5 de Julho, o Festival d’Avignon, em França, onde são esperados mais de quarenta espectáculos de teatro, dança, ópera e multidisciplinares. A decorrer até ao dia 26 deste mês, Marlene Freitas invoca a mais emblemática obra da literatura clássica árabe, *As Mil e Uma Noites*, como ponto de partida na busca pela sobrevivência e os mistérios da condição humana.

Joaquim Arena

**M**arlene Freitas inaugurou a programação desta edição do Festival d’Avignon com o espectáculo ‘Nôt’ - inspirado em “*As Mil e Uma Noites*”, clássico da literatura árabe, língua convidada desta edição - no Pátio de Honra do Palácio dos Papas, que ficará em cena até ao dia 11. Todo o espectáculo aborda o acto de sobrevivência, que também está contido nessa obra da literatura em língua árabe. O folheto de apresentação da obra, recupera a odisséia de Scherazade: “Depois de traído, o sultão promete matar toda a nova esposa na manhã seguinte.”

Para contrariar este ciclo, Sherazade casa com ele e conta uma história todas as noites, mantendo em aberto o seu final, na manhã, para adiar o seu destino. Marlene

de Freitas vê esta obra-prima da literatura árabe como um acto de sobrevivência. Enraizados na tradição oral, estes contos conservam a energia de histórias que circulam constantemente e são sempre reinventadas. A coreógrafa cabo-verdiana traduz este fluxo e palavras - entrelaçadas, contraditórias, incessantes - em movimento, transformando o palco num espaço onde o vício e a virtude, o grande e o pequeno, o desejo e a sua sombra se entrecrocaram. (...) ‘Nôt’ acrescenta mais uma noite ao infinito.”

Em declarações à imprensa, Marlene Freitas disse ter logo pensado em *As Mil e Uma Noite* - que ela leu entre os 13 e os 14 anos - assim que soube que o árabe seria a língua homenageada na edição deste ano deste festival. Na altura, contou,

pensou que o livro não seria apropriado para a sua idade. Mas terá ficado impressionada com tudo o que colheu da leitura, dos persas, indianos, árabes, e a tradição oral de contar histórias. “Estou particularmente interessada nesta tensão entre a oralidade e a palavra escrita, entre aquilo que é imóvel e o que está em movimento.”

‘Nôt’ (o espectáculo) é também um mergulho no escuro, na noite, no mais abrangente sentido metafórico do mundo, que esbate a nossa percepção e onde ficção e realidade se tornam um só. O espectáculo foi inspirado em vários aspectos de *As Mil e Um Noites*, como revela Marlene, em especial na sua opção para o enquadrar e dar o pontapé de saída. E aqui, diz, recorreu “ao conto inicial que dá início ao conjunto das his-



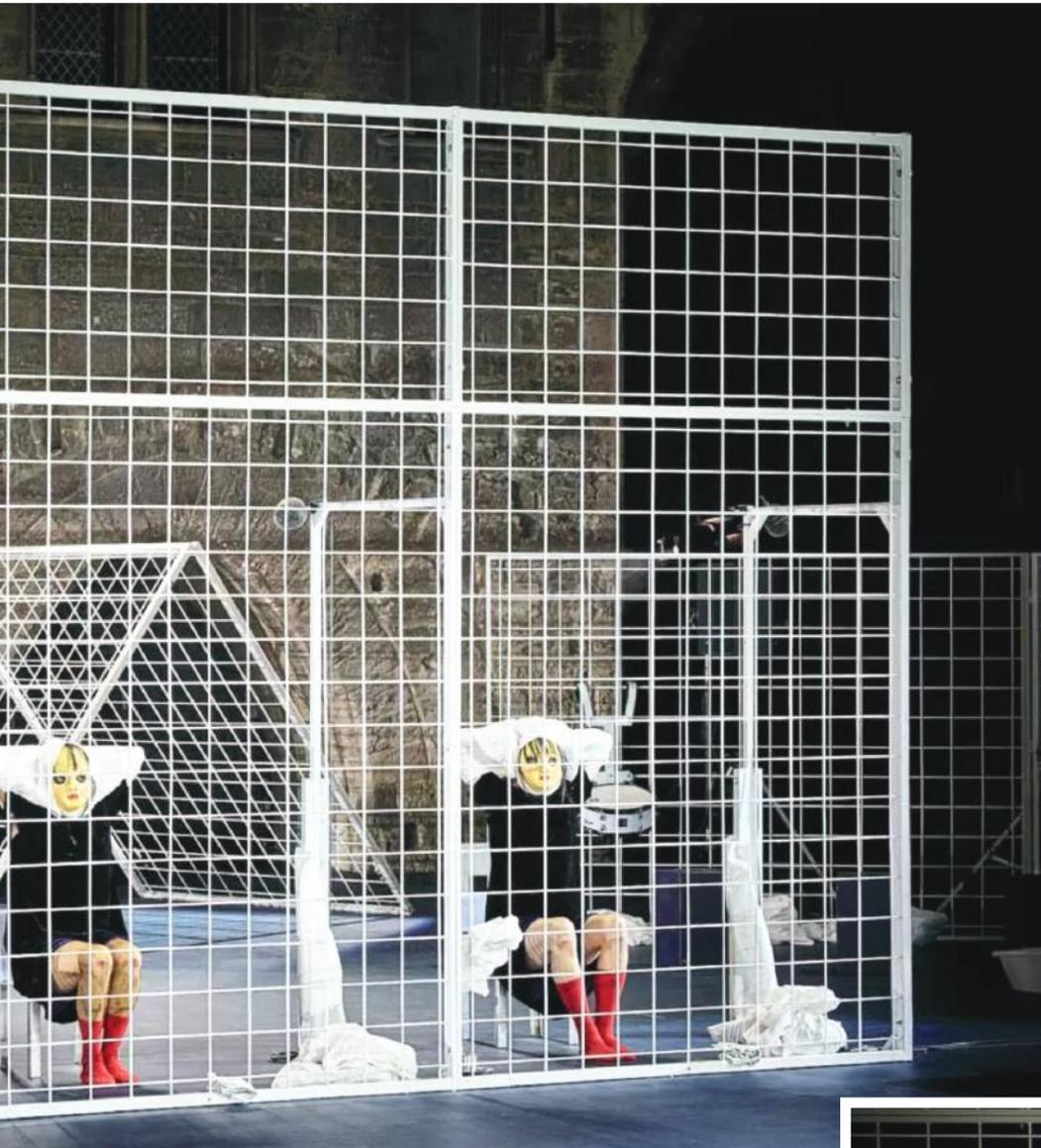
tórias, como uma ‘torneira’ de histórias da qual a água nunca pára de correr. Esta primeira narrativa fala do confronto com a morte, do instinto de sobrevivência, o apego à vida e ao poder da criatividade.

## Coreografar uma obra literária

“Para além de se autorecriar, a história tem o poder de fazer chegar a um novo dia. E foi isto que mais me tocou.” A designação do espectáculo como ‘Nôt’, pala-

vra em crioulo para Noite, explica a coreógrafa sanvicentina, revela igualmente o seu interesse nas representações da cama e do quarto de dormir na Idade Média, pela simples razão de que a história decorre num quarto, durante a noite.

O primeiro grande desafio, confessa, foi “como extrair uma coreografia a partir de uma obra literária desta magnitude.” Histórias que falam de vidas suspensas, por um lado, um rei preso à sua decisão de matar, para além de outra pessoa



## De São Vicente para os palcos do mundo

Natural de São Vicente, Marlene Freitas tem já uma carreira de sucesso, primeiro como bailarina e depois como coreógrafa, nos palcos internacionais. Recebeu várias distinções, como o Leão de Prata de Carreira, na 12ª Bienal de Veneza de Dança, em 2018. Começou por praticar ginástica rítmica tendo mudado aos 13 anos para a dança, entrando para o grupo Compass, em Mindelo.

Depois de se mudar para Portugal, foi co-fundadora da estrutura cultural P.O.R.K, tendo assinado coreografias como Paraíso-colecção privada (2012/13) e Marfim e carne - as estátuas também sofrem (2014). Trabalhou com coreógrafos internacionais como Emmanuelle Hyunn, loic Touzé, Tânia carvalho, Boris Charmatz, entre outros.

É considerada uma das mais talentosas artistas e coreógrafas da sua geração, com trabalhos que combinam o drama e a comédia, o burlesco, muito elogiados pela crítica internacional, sobretudo pela sua expressividade e criatividade.

### Reconhecimentos e Prémios

2017 - Galardoada com a Medalha de Mérito do Governo de Cabo Verde.

2018 - Recebeu o Leão de Prata após a apresentação do espetáculo Bacantes - Prelúdio para uma purga durante a 12ª Bienal de Dança de Veneza, Itália.

2020 - Prémio de Melhor Espetáculo Internacional de Les Prémis de la Critica d'Arts Escéniques de Barcelona

2021 - Prémio Chanel Next

prisioneira e exigindo justiça. “A primeira questão era, quem poderia ser esta Schezazade, esta contadora de histórias, no nosso tempo? Quem é o prisioneiro ou o cativo hoje? Qual o interesse em contar uma história de sobrevivência nos dias de hoje?” Marlene revela como a presença de forças opostas, tanto nos relatos como nos nossos sonhos, mexem profundamente com ela.

“Tentei focar-me naquilo que estes relatos têm em comum: o cativo, mas também o desejo, as histórias de amor, assim como relatos de guerra e narrativas de viagem. Jorge Luís Borges costumava dizer que As Mil e Uma Noites é sobre acrescentar uma noite mais ao infinito. Porque mil noites já é, em si mesmo, infinito. Gosto desta ideia de continuidade, tanto num sentido concreto como coreográfi-

co. Não se pode prever o que vem a seguir. Há algo que está para sempre por resolver, algo que continua a resistir.”

Por seu lado, o actor, encenador e dramaturgo português Tiago Rodrigues, director artístico do festival, estreia a sua nova peça, “La distance”, um dos momentos mais esperados desta edição. Estão previstas 17 apresentações desta obra, entre os dias 7 e 26, no L'Autre Scène du Grand Avignon.

Outra presença cabo-verdiana no festival é a cantora Mayra Andrade, que traz a Avignon o concerto “re-Canto”, no Pátio de Honra do Palácio dos Papas. O DJ e produtor português Branko encerra o festival, no dia 26, em La Fabrica. Ao todo serão 300 apresentações de 42 produções, das quais 32 são estreias.





Pedro Matos

# Buli di Leti: um gole de memória e sustentabilidade

No âmbito da Festa do Queijo, reafirmamos o compromisso de resgatar elementos culturais que fazem parte do mundo rural, e a partir dos quais a nossa história subsiste, ganha conteúdo e sentido de pertença. No ano passado, o destaque foi o txapalati, instrumento utilizado para afugentar pássaros que ameaçavam as plantações durante o período das chuvas. Nesta edição, voltamos o trato para o buli di leti (boli).

Conhecida noutros lugares como cabaça, fruto das plantas da família Cucurbitaceae, trata-se de um recipiente versátil e multiuso. Vai desde o fabrico de instrumentos musicais, como o nosso cimbó, símbolo resistente da herança africana; cabaça está na decoração, no artesanato; e utensílios domésticos para armazenar grãos, guardar frutas, servir saladas ou conservar líquidos.

O nosso buli, da espécie trepadeira, após esvaziado, transforma-se num recipiente natural para transportar e conservar líquidos. Nele o leite guardado, podia ser consumido fresco ou mais tarde, sem perda de qualidade. Em zonas rurais, onde não havia refrigeração, o buli era uma forma natural e eficiente de manter o leite em bom estado de consumo.

Antigamente, na produção do queijo, os utensílios vinham da cabaça: o solidor usado na ordenha e, no seu orifício alongado, colocavam-se fios de sisal tratados, que serviam de filtro para o leite, conduzido diretamente para o grande recipiente banganha, feito também de cabaças maiores. Depois da recolha, o leite era moldado pelas mãos firmes do produtor, que utilizava o carmã para juntar a massa e dar forma ao queijo.

Enquanto isso, no canto arejado do funku do pastor, o leite destinado ao seu próprio alimento permanecia no buli, onde ocorria um processo transforma-

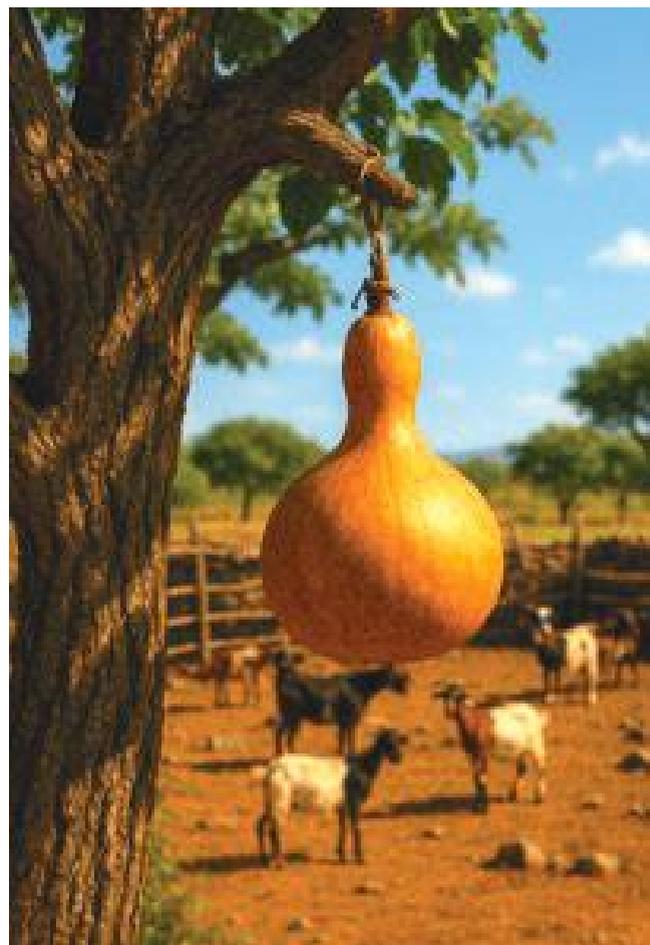
dor, graças à composição interna do fruto, conferindo-lhe outras propriedades por via de uma fermentação natural. Na hora da refeição, o pastor pegava o buli e balançava-o com cuidado, uma prática simples, mas simbólica, como que a acordar o leite. Quem gosta de leite drumido sabe que não se trata de leite azedo. É o leite que ficou djongodo no buli. Em repouso, encorpando-se, ao manto do buli, caindo sonolentemente, junto o lodo, para o prato que alimenta ricamente o homem e a mulher do campo.

Esse leite acompanhava-se com batatas assadas, uma boa papa e tantos outros pratos. Ninguém recusava um cuscuz nóbu ku leti di buli. Onde havia um buli di leti, não havia fome. Esse simbolismo animava o povo mesmo nos tempos de penúria, em que uma gota de leite ajudava a enganar a fome, antes que a fome matasse o povo.

A cabaça, na verdade, ocupa um lugar privilegiado nas grandes sociedades africanas, presente nos espaços e rituais mais significativos, compondo um universo rico de música, arte e utensílios de transporte de usos múltiplos. No entanto, no nosso arquipélago, o vento da modernidade veio e atropelou muitos desses utensílios, retirando-os da nossa convivência e utilidade pela sequele colonial de jogar tudo o que é nosso fora, por representar um mundo simplista e arcaico e uma vida agreste, cujo conteúdo não merece resgate e exibição.

No meio do atropelo às antiguidades, a cabaça, originária do nosso continente, foi escanteada para o baú da história cabo-verdiana, de igual modo o próprio cimbó, instrumento musical de herança africana — o mais antigo conhecido em Cabo Verde, trazido pelos escravizados africanos no contexto do tráfico negreiro.

O momento, todavia, é oportuno para adotar o cultivo e a



valorização da cabaça, cuja contribuição perpassa história, cultura e economia. Especialmente quando tem se importado discursos ociosos de sustentabilidade, enquanto pouco se faz para integrar práticas tradicionais e produtos do nosso povo numa discussão mais fecunda, e na modelagem de uma política que esteja comprometida com as raízes e causas do povo das ilhas.

Homenageamos a cabaça também no contexto da Lei nº 22/X/2023, de 18 de abril, que estabelece o regime jurídico para a comercialização, importação, distribuição e produção de plásticos de utilização única, com o objetivo de reduzir a poluição e promover práticas sustentáveis. Embora a lei trate apenas de sacos plásticos, faz-se valoroso considerar a inclusão das potencialidades e

versatilidades da cabaça como alternativa ecológica às garrafas de plástico.

A cabaça talvez seja um dos poucos materiais que simbolizam a sustentabilidade de forma orgânica: é natural, biodegradável, e substitui com eficácia muitos objetos de plástico, reduzindo a dependência de materiais industriais e poluentes. Tem baixo custo de produção, já que pode ser cultivada com águas residuais do uso doméstico, o que é estratégico para um país com falta de água. Nesse sentido, pode ser uma alternativa viável para geração de renda entre comunidades rurais severamente impactadas pelas mudanças climáticas, essencialmente as mulheres e jovens, cujos produtos artesanais podem ser absorvidos para dinamizar também os setores cultural e turístico.

*O nosso buli, da espécie trepadeira, após esvaziado, transforma-se num recipiente natural para transportar e conservar líquidos. (...) Em zonas rurais, onde não havia refrigeração, o buli era uma forma natural e eficiente de manter o leite em bom estado de consumo.*

# E se todos os alunos tivessem 20 valores?

Se todos os alunos tivessem 20 valores no atual sistema de ensino cabo-verdiano, não é, por si só, uma garantia de uma aprendizagem significativa e de qualidade? Antes de avançar com a resposta a esta questão, parece-me relevante clarificar o que significa uma aprendizagem significativa, e, a partir daí, comparar com a forma de aprendizagem dominante no nosso sistema de ensino.

Ora, a aprendizagem significativa pode ser entendida como um processo em que o novo conhecimento é conectado aos conhecimentos prévios do aluno, tornando-o relevante e significativo. Esta

conexão promove uma compreensão profunda e duradoura, em vez de uma memorização superficial. Isso significa que uma aprendizagem significativa contrapõe-se a uma aprendizagem mecânica e superficial.

No nosso sistema educativo predomina claramente uma aprendizagem mecânica e superficial, direcionado para avaliações pontuais, com destaque para os testes sumativos, numa escala que varia de 0 a 20 valores. Então, o que significa um aluno ter 20 valores neste contexto de aprendizagem mecânica e superficial?

Significa que ele consegue re-

produzir procedimentos rotineiros trabalhados na sala de aula, de forma exemplar. E isso não é tudo o que o aluno deve fazer? Não. Porque o objetivo do ensino é fazer com que os alunos aprendam de forma crítica, criativa, argumentativa, e que tenham a capacidade de interpretar, demonstrar e analisar várias dimensões que envolvem o currículo de cada disciplina. E quando o aluno se limita apenas a reproduzir os conteúdos, que é o que acontece, infelizmente, no nosso sistema de ensino, mesmo que ele alcance uma classificação de 20 valores, não é sinónimo de uma aprendizagem significativa.

Ter 20 valores não garante que os principais problemas de aprendizagem fiquem resolvidos. Porque a nota é apenas uma pontuação um indicador, a meu ver, pobre, que diz o que o aluno é capaz de fazer num momento pontual do processo de ensino e de aprendizagem. Extrapolando disso para uma aprendizagem significativa e aprofundada é um erro gravíssimo que tem comprometido o nosso sistema de ensino nos últimos 50 anos.

**\*Mestre em Supervisão Pedagógica**  
omendes2030@gmail.com



Olímpio Tavares\*

# Contradições nas Políticas Linguísticas em Cabo Verde

Apesar de aparentes avanços na valorização da língua cabo-verdiana por meio de políticas linguísticas recentes, é crucial adotar uma abordagem crítica para que tais medidas não camuflem a persistente marginalização da nossa língua materna. A Constituição da República de Cabo Verde (2010), no artigo 9.º, afirma que “o Estado promove as condições para a oficialização da língua materna cabo-verdiana, em paridade com a língua portuguesa”. No papel, isso está em consonância com a Declaração Universal da UNESCO sobre os Direitos Linguísticos. Contudo, na prática, o que se observa é um pseudoavanço – um progresso mais estético do que efetivo, que mantém a língua cabo-verdiana num lugar secundário.

A situação de diglossia ainda vigente ilustra bem essa contradição. A língua portuguesa, com seu prestígio institucional, convive com uma valorização apenas simbólica do cabo-verdiano. A introdução da disciplina de Língua Cabo-verdiana

na no ano letivo de 2022/2023 é um marco histórico, mas seu caráter opcional, experimental e tardio (somente a partir do 10.º ano) denuncia uma concessão simbólica, e não um compromisso estrutural. Ensinar a língua materna nos últimos anos de escolaridade – e sob abordagem semelhante à de uma língua estrangeira – contradiz a pedagogia linguística mais básica e reforça a ideologia que relega a língua cabo-verdiana a uma posição de menor prestígio. Simultaneamente, a proposta de elevar a língua portuguesa a património imaterial da nação, no mesmo ano letivo, evidencia a centralidade do português no imaginário político. O português é, para a maioria da população, uma língua adquirida em contextos formais, e não materna. Enquanto isso, o inglês e o francês são ensinados desde cedo de forma sistemática. A língua cabo-verdiana, por outro lado, continua restrita a projetos-piloto e cursos de ocasião. Essa disparidade revela que o problema é mais político-

do do que pedagógico.

Outro aspecto relevante é o lançamento, em fevereiro de 2025, do primeiro manual escolar de Língua Cabo-verdiana, que adotou uma abordagem pandialetal. A intenção de inclusão é compreensível, mas, ao tentar nivelar todas as variedades, o manual dilui traços específicos de cada uma e adota o que não representa nenhuma variedade viva e apaga a riqueza fonológica e simbólica da língua. Tal artificialização pode gerar distanciamento em vez de pertencimento.

Em entrevista ao Expresso das Ilhas (março de 2025), o atual Ministro da Educação afirmou que é preciso “dar tempo ao tempo” e se referiu ao português como “idioma igualmente identitário”. Essa formulação revela um deslocamento perigoso: confundir a língua da escola com a da identidade. A língua materna não é a que se aprende na escola, mas a que nos constitui afetivamente desde a infância. Ao atribuir à língua portuguesa esse

papel, corre-se o risco de deslegitimar a matriz identitária cabo-verdiana. Nesse contexto, precisamos questionar até que ponto o planeamento linguístico atual não esconde, sob o verniz da valorização, um projeto de assimilação. A padronização desconectada da realidade sociolinguística e o esvaziamento simbólico da língua são estratégias que, paradoxalmente, promovem a língua cabo-verdiana e, ao mesmo tempo, a neutralizam. Não se trata apenas de reconhecer o cabo-verdiano como língua oficial, mas de legitimá-lo como ferramenta de ensino, produção de conhecimento e expressão cultural.

A metáfora da Torre de Babel, sintetiza esse impasse. Na tradição bíblica, a confusão de línguas impede a construção da torre. Em Cabo Verde, a confusão não vem da diversidade linguística, mas das políticas incoerentes que a cercam. A diversidade interna da língua cabo-verdiana não é obstáculo, mas riqueza. O verdadeiro entrave são as



Diltino Ferreira\*

decisões políticas que mascaram avanços e alimentam a ideia de que a valorização da língua cabo-verdiana é inviável. Enquanto as políticas forem formuladas de cima para baixo, sem escuta real das comunidades linguísticas, a construção da nossa “torre” – a língua cabo-verdiana plenamente reconhecida – continuará inconclusa. É preciso que o planeamento linguístico parta do chão onde vivem os falantes reais, com suas vozes múltiplas e legítimas. Só assim deixaremos de reproduzir a nossa própria “Babel crioula”, na qual se fala, canta e sente em crioulo, mas ainda se hesita em assumi-lo como fundação da nação.

**\*Doutor em Linguística**



Marciano Ramos Moreira\*

# N ka sabe undi bu ngatxa barku!

Nu ben konta partis

Nun sabadu di noti banda 10 ora, un barku di kabotajen staba na meu di mar ta bai. Alguns pasajeru staba na salon ta divirti ku majias ki un majiku sa ta fazeba. Majiku, di nomi Txiku Majiku, tenba txeu fama. Mas Txiku Majiku ka teneba sorti kel noti: na kel salon di barku, staba un pasajeru ku un papagaiu fastentu. Kel papagaiu sa ta diskubriba trukis di majias ki Txiku Majiku sa ta fazeba.

E si ki kantu Txiku Majiku faze dizaparse un obu burmedju ki el teneba na mon, papagaiu grita:

- N sabe undi dja bu ngatxa-!!!! N sabe: bu tene obu sukundidu dentu bu boka! Abri boka, la! Abri, spertu! Txapu, txokoleta! Dja N pega malandru!

Pasajerus akredita i fika ta grita nun so vos i ta da palmas di forma sinkronizadu:

- Abri, abri, abri bokaaa!!! Abri, abri, abri bokaaa!!! Abri, abri, abri bokaaa!!!

Kapiton, kontrariadu,

tevi ki ordena:

- Txiku, inda bu ka obi?! Mos, abri boka!

Txiku fronta! El ka tenba modi skapa – el abri se bokon i staba la dentu me kel obu burmedju ki el teneba antis na mon...

Mas, Txiku era un grandi profisional i el rizolve mostra un nobu majia: faze un karta di baradju dizaparse. Na meu di manobra ku mon, mexi ku mon pa li, mexi ku mon pa la, inda Txiku sa ta fazeba ses salamaleki, antis di el kaba, papagaiu grita:

- Dja N odja!!! Bu tene fiu dentu manga kazaku. Bu tene fiu, fiu, fiu! Dja N pega bidjaku! Karta dja soti, dja soti, dja soti dentu manga kazaku! Dja N odja dja – karta sta ngatxadu dentu manga kazaku!!!

Kapiton labanta, ben ramanga manga di kazaku di Txiku. Txiku teneba me, dentu manga kazaku, un fiu miudu, kuazi invizivel, ku un ponta maradu na un karta di baradju.

Pasajerus kumesa ta xuxa ku Txiku, ta grita nun so vos:

- Falsu, uuuu!!! Falsu, uuuu!!! Falsu, uuuu!!!

Dentu kel, obidu uma strondu kraaatxiiii!!! Dadju barku tranka na un rotxa. Grandi parti di pasajerus futi di ses asentus, da kadera na txon, fika ta rasta, sima algen na kanpu di patinajen. Alguns kuza ki staba prindadu na pardi di salon di barku, kai, agu entra xuaaa, lus paga, barku kumesa djendje, gritus toma salon! Era kada un pa se kabesa i Dios pa tudu algen! Tudu algen ta tenta kore pa portas pa subi pa konves, pa skapa di foga pabia agu sa ta subiba manenti dentu kel salon.

Papagaiu bua faxi, sai pa un di kes porta, subi numa forsa pa konves, tantu na forsa ki kantu el kaba sai na kel sukuru, el da kabesa na un obstakulu ban, el perde konsiensia, el kai na mar txulufu.

Kantu manxe, papagaiu ben nel otu bes. En-

trimentis, un otu barku ki sa ta pasaba, dja salva-ba dja tudu pasajeru i dja baba se kaminhu bedju na tenpu. Kantu papagaiu rekupera sentidu, el odja un tabua ta boia na se ladu. El subi na tabua, dididji korpu, po na djobe pa barku. Mas barku dja baba fundu dja. Papagaiu djobe pa un ladu, volta, djobe pa kel otu ladu, nada di barku. Papagaiu fika ta tora riba kel tabua, ta djobe pa tudu banda. Djobe tudu djobe, el ka odja nada. El staba el so, na meu di mar, kabu ian. Papagaiu da kudadu. El txiga konkluzon ma, di es bes, el ka sa ta konsigiba diskubri truki di Txiku Majiku. Nton, rezignadu, papagaiu grita:

- Majiku, dja bu ganhama di es bes! N ka sabe undi bu ngatxa barku!

Sapatinha rubera riba, sapatinha rubera baxu, kenha ki sabe mas, konta midjor!

Marsianu nha Ida pa-dri Nikulau Ferera

PUB

**A Nação**  
JORNAL INDEPENDENTE  
Cabo Verde



Marcando a diferença desde Setembro de 2007

Telefone: + 238 260 26 90 (PBX)  
E-mail: [jornal.anacaocv@gmail.com](mailto:jornal.anacaocv@gmail.com)  
[www.anacao.cv](http://www.anacao.cv)

# Prato cheio

## Bolinho de Arroz

### Ingredientes

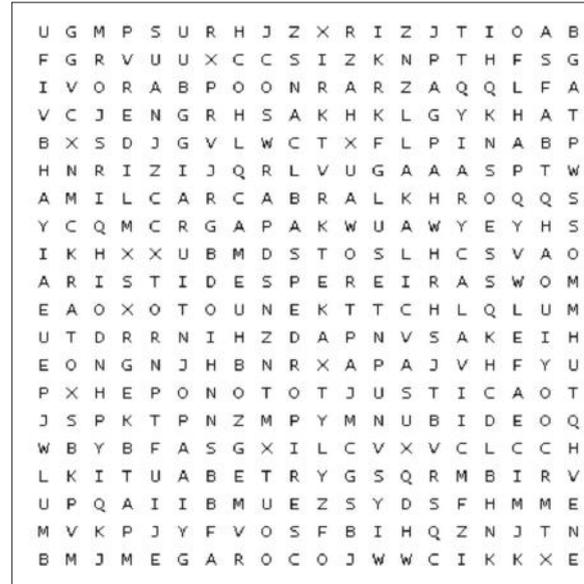
- 2 xícaras de chá de arroz cozido;
- 1/2 xícara de chá de queijo ralado;
- 1/2 xícara de chá de leite;
- 2 colheres de sopa de cheiro-verde picado;
- 1 colher de sopa rasa de fermento em pó;
- 1/2 xícara de chá de amido de milho;
- 1/2 xícara de chá de farinha de trigo;
- 3 ovos;
- óleo para fritar.

### Modo de preparo

- 1- Misture bem todos os ingredientes
  - 2- Despeje colheradas da mistura em óleo quente, deixando dourar dos dois lados
  - 3- Retire e escorra em papel absorvente
  - 4- Eles são perfeitos para serem servidos como aperitivos e também como acompanhamentos.
- Bom apetite!



# Caça-palavras

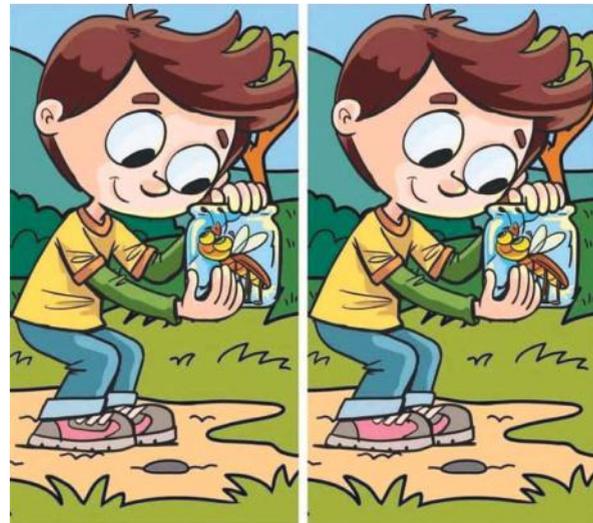


Encontre Heróis e figuras históricas:

SOLUÇÕES:

XXXXX

# Encontre diferenças



# Talento

Natural de João Varela, na Ribeira Grande de Santiago, **Hélder Correia**, 30 anos, muito cedo manifestou curiosidade por culinária. “Meus irmãos me pediam para eu lhes preparar uma omelete; como diziam, a que eu fazia era saborosa”, recorda.

Sendo a mãe cozinheira num jardim de infância e o pai empregado de restaurante, isto talvez ajude a explicar o gosto de Helder pela cozinha. Em 2013, entrou na Escola de Hotelaria e Turismo de Cabo Verde, na Praia. Com passagens por diversos espaços gastronómicos da capital, em 2015 foi contratado como pasteleiro por um hotel, sendo promovido a chef de cozinha. Em 2019, um programa levou-o à China para especialização em gastronomia chinesa.

Chegado a França em plena pandemia, Helder enfrentou as dificuldades naturais de

inserção profissional, sobretudo pela barreira da língua. Determinado, contudo, inscreveu-se num curso de Tradução e Interculturalidade, o que o ajudou na sua integração e evolução.

Versátil, o nosso jovem talento já liderou cozinhas de restaurantes franceses e pastelarias portuguesas. Actualmente, trabalha por conta própria, oferecendo serviços para festas, como casamentos e batizados, com pratos típicos de Cabo Verde, cocktails, bolos e buffets quentes e frios.

Com um projecto de abrir um restaurante de mistura cabo-verdiano/francês em França, deixa um conselho aos jovens: “Invistam no autoconhecimento. Um homem pronto é um homem formado e informado. Aprender, adaptar-se e nunca desistir.”

Adelise Furtado, Estagiária



# Kavala Fresk Feastival com sabor a 5 de Julho

A Avenida Marginal, no Mindelo, São Vicente, será neste sábado, 12, palco da XIII edição do Kavala Fresk Feastival (KFF). Além da gastronomia, o certame inclui actividades como desportos náuticos, exposições, workshop, música e teatro infantil.

A Nação



A edição deste ano é “muito especial”, segundo Kisó Oliveira, da Mariventos, organizadora do KFF, já que se associa às celebrações dos 50 anos da independência de Cabo Verde e também por marcar a deslocaliza-

ção de algumas actividades do certame, do centro do Mindelo para zonas mais periféricas da cidade.

“É mais do que um festival da nossa identidade e cultura, traduz o que somos. KFF, como sempre, segue a sua estrutura de base,

que são as seis zonas temáticas, cada uma com a sua programação e curadoria próprias”, avançou ainda.

Além de muita gastronomia, centrada na Kavala, o Feastival terá ainda actividades como a exposição no Centro Cultural do Minde-

lo “Kavala Art”, desportos náuticos, workshops, rodas de conversa, música e teatro.

## Teatro infantil

Ainda no dia 12, às 16h, no Centro Cultural

do Mindelo, terá lugar o espetáculo teatral “Alice no País das Maravilhas”, voltado ao público mais jovem e enquadrado nas actividades do KFF 2025.



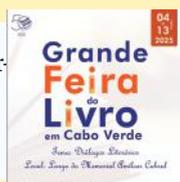
## Acontece

- ▶ - Stand Up Comedy com Gilmário Vemba (Angola), Hugo Sousa (Portugal) e Murilo Couto (Brasil), hoje, 10, no Auditório Nacional, na cidade da Praia



- ◀ - Show de dança “Disney - Em cada página do livro uma História”, da Escola de Dança e Arte, sábado, 12, na Assembleia Nacional, na cidade da Praia

- ▶ - Grande Feira do Livro de Cabo Verde 2025, no Largo do Memorial Amílcar Cabral, na Cidade da Praia, até o dia 13 de Julho



- ▶ - Concerto Anísio Rodrigues, sábado, 12, no B.Leza, Lisboa, Portugal



- ▶ - Concerto Dany Silva & Banda no Gamboa Espaço Musical, na cidade da Praia, sexta-feira, 11, às 21h



## Aconteceu...



- ▶ - Exibição do documentário “Canhão de Boca”, de Ângelo Lopes, na Kaza Terra Terra, no Palmeirejo, Cidade da Praia, sexta-feira, 04 de Julho, às 18h.

# MUNICÍPIO EM DESTAQUE

# BOA VISTA

Cláudio Mendonça, Presidente  
da Câmara Municipal da Boa Vista

## Falta de transportes e de investimento público são os principais problemas

Pág. 02 e 03



Não há desenvolvimento  
deixando o ambiente  
de fora



500 anos de História  
e pujante de cultura e  
tradições



Jovens boa-vistenses investem  
em turismo e saúde para  
promover o desenvolvimento



Terra de sabores,  
música e património  
cultural

# EDEC

Empresa de Distribuição de Eletricidade de Cabo Verde

*a energia que nos une*

☎ 800 51 11

✉ [livro.branco.online@edec.cv](mailto:livro.branco.online@edec.cv)

f EDECSA1

📷 edecsa1


**TEM A PALAVRA**
**Cláudio Mendonça**

# Falta de transportes e de investimento público são os principais problemas

**Texto:** António Alte Pinho

**Chegou à presidência da Câmara Municipal da Boa Vista num contexto caótico. Estávamos em plena pandemia e os recursos tiveram de ser direccionados para cuidar das pessoas. A situação financeira da autarquia também estava no fundo, com uma dívida galopante e falta de liquidez. Obras paradas, ausência de investimentos do Estado e por aí fora. Poucos mais de quatro anos após ter assumido funções, Cláudio Mendonça tem obra visível e, apesar das dificuldades, olha o futuro com esperança e confiança.**

Com 42 anos, casado e pai de quatro filhos (dois rapazes e duas meninas), este bancário de profissão, com formação superior em contabilidade, revela-se um homem de convicções, que não vira a cara às dificuldades.

Afável, com grande clareza argumentativa, parece determinado a levar em frente este que é o principal combate da sua vida: levar o progresso e o desenvolvimento à ilha da Boa Vista, pesem - ao que diz reiteradamente - o abandono do Governo e a precária situação dos transportes que tantos danos tem causado à economia local.

**Quando assumiu a presidência da Câmara, há pouco mais de quatro anos, como é que encontrou o município e como é que o município está hoje?**

Encontrei o município em plena Covid-19, quando não havia apoios, uma situação terrível e difícil. Falta de emprego, aviões que não voavam para a Boa Vista, havia apenas um voo semanal e não havia voos internacionais. O aeroporto estava, praticamente, inoperante. Os hotéis estavam fechados. Havia um problema social enorme, com falta de rendimentos para as famílias e, conseqüentemente, tinham saído da ilha mais de cinco mil pessoas que foram para

as suas origens.

Começamos a trabalhar para apoiar as pessoas, principalmente de baixa renda, com cestas básicas, até com passagens para irem à ilha e ao país de origem, com apoio nos jardins infantis, nas creches, nas consultas, tanto na ilha como na Praia.

Isto, sem contar com elevadas dívidas que encontramos no município. E, para agravar, entramos numa altura em que a Boa Vista estava praticamente destruída do ponto de vista da urbanização, porque a praça central da cidade de Sal-Rei [Praça de Santa Isabel] estava totalmente arruinada, sem uma previsão da sua requalificação. Demoliram a principal praça da Boa Vista um mês antes das eleições.

A praça de Fundo das Figueiras estava também destruída, ou seja, tínhamos uma ilha destruída. A nível de acesso à água, mais

de 38% da população não tinha acesso à rede. Mais de 40% não tinha acesso à iluminação pública.

**Voltando à praça central, como está agora?**

Nós entramos numa perspectiva de reconstruir a Boa Vista. É isto que estamos a fazer. Neste momento, a praça está 95% construída. Com um esforço titânico por parte do município, porque passamos por diversos momentos difíceis, com falta de financiamento. Até ao momento que o Governo anunciou um aval à Sociedade de Desenvolvimento Turístico de Boa Vista e Maio, que é a principal financiadora.

A verdade é que não tinham financiamento para seguir com a praça. E passamos praticamente um ano e meio, com a Câmara a suportar as despesas com a empreitada. Porque, se ti-



“

*50 anos após a independência, não podemos ligar as ilhas, não podemos mobilizar as pessoas, as mercadorias, os serviços, por falta de transporte*

”

**FICHA TÉCNICA**

A Nação – “Caderno Município em Destaque” – Boa Vista – Parte integrante da edição nº 932 do A Nação de 10 de Julho de 2025. Não pode ser vendido separadamente.

**Editor:** António Alte Pinho | **Jornalistas:** António Alte Pinho, Ilda Fortes, José Mário Correia | **Jornalistas Estagiários:** Adelise Furtado, Cláudia da Cruz e Paulo Galvão | **Designer:** Alfa-Comunicações | **Comercial & Marketing:** Verónica Rocha | Edmíra Correia (Facturação e Cobranças) | **E-mail:** jornalanaoacv@gmail.com (Redacção) – comercial.grupoalfacv@gmail.com (Comercial)

## TEM A PALAVRA

PUB



véssemos deixado para trás, e não avançado com a obra, hoje, certamente, nem sequer estava a 50%.

A sociedade teve um problema enorme na banca, por duas ou três vezes paralisaram o financiamento. E a Câmara teve de retomar a obra com recursos próprios, à espera que o problema seja resolvido, para que possamos ter o nosso dinheiro de volta. Pagamos mais de 43 mil contos de facturas.

### E que mais problemas encontraram?

Tínhamos situações de abandono nas escolas e nas universidades, tivemos que fazer um programa de apoio às famílias para manter os seus filhos no sistema de ensino. Tivemos que trabalhar para lançar uma nova dinâmica e uma nova esperança.

Um dos maiores problemas no mandato anterior, foi, ainda, que o Governo não deu atenção - e nem sequer está a dar, neste momento - à Boa Vista. Ainda por cima, uma ilha que representa muito para a economia nacional, que tem um potencial enorme.

Porque se a economia local crescer, a economia do país cresce também. Estamos bastante atrasados, precisamente, por falta de investimento público. Há necessidade de acções concretas do Estado.

### Costuma falar, reiteradamente, em esperança e confiança...

Ganhamos as eleições com um grande resultado. Um resultado que requer de nós mais trabalho, de transmitir para os nossos munícipes a esperança de que, realmente, a Boa Vista irá alavancar, irá crescer para que todos tenham uma vida melhor. Mas, é claro que temos grandes desafios para frente.

Temos o desafio da diversificação do produto e a ligação do turismo com a economia local.

É preciso criar condições para o aparecimento de novos operadores nacionais de pequeno e médio porte. E temos o desafio enorme de, 50 anos após a independência, não poder ligar as ilhas, não poder mobilizar as pessoas, as mercadorias, os serviços, por falta de transporte, tanto marítimo como aéreo. Isto fragiliza a nossa economia, fragiliza o nosso tecido empresarial, fragiliza toda a dinâmica de crescimento da ilha e torna-nos cada vez menos competitivos.

### Em matéria de formação dos jovens, como está a situação?

Temos esse desafio da formação profissional, que deve ser articulada para estar em sintonia com as necessidades da economia local, principalmente no sector turístico, que é o nosso eixo central. Se a Boa Vista tem uma vocação enorme do ponto de vista do turismo, temos que ter formação ligada ao sector, sem descurar outros sectores, nomeadamente, a pesca, a agricultura e a pecuária, onde temos também uma vocação muito grande.

É necessário criar condições para desenvolver pequenos negócios, estabelecer parcerias com pequenas e médias instituições de microcrédito para financiar os pequenos empreendedores, criando alternativas ao financiamento dos bancos comerciais.

### A ilha debate-se com grandes problemas ao nível do saneamento e das vias de acesso, como está a situação?

A Boa Vista não tem rede de esgotos. Há necessidade de acelerar este processo. Eu sei que o Governo já lançou concurso, mas esses concursos parece que nunca mais saem do concurso. Temos esse desafio e precisamos de mais acessibilidades, estradas de acesso ao porto, estradas de acesso à zona norte, que é a mais distante. A



**LOJA BENS SHOP**  
TEL: 2511742 | MOVEL.9990002

## Souvenirs di Terra

### Crafted with Cape Verdean Soul

**Contactos:** Tel: 9777702 | Sal Rei - Boa Vista  
Email: dongliangxi1963@gmail.com


**TEM A PALAVRA**

66

*É necessário estabelecer parcerias com pequenas e médias instituições de microcrédito para financiar os pequenos empreendedores*

99

população reclama por estradas, vias de acesso mais confortáveis e asfaltadas.

**Tendo em conta os indicadores que avançou, fica-se com a ideia de que a ilha esteve mesmo abandonada estes anos todos. Ou seja, o Estado recolheu os impostos decorrentes da actividade hoteleira e nada foi reinvestido localmente?**

É precisamente isso. O turismo, na verdade, é o sector central de Cabo Verde e a Boa Vista tem grandes potencialidades de desenvolvimento do turismo. De ar livre, da cultura, da tradição, da gastronomia. Dados indicam que Cabo Verde conseguiu ultrapassar a barreira de um milhão e 177 mil turistas, julgo eu. Estima-se que só a Boa Vista teve cerca de 300 mil turistas. Imagine se metade das receitas dos turistas que passaram pela Boa Vista, em 2024, ficassem aqui.

**Qual a sua visão para o futuro, que prioridades estabeleceu para a governação local?**

Estamos com boa dinâmica na imobiliária turística, na hotelaria, nos serviços de restauração, nas economias culturais, no desporto náutico, e tudo isto é gerado pelos grandes operadores, que acabam por contribuir para o desenvolvimento da economia local.

Temos de dar mais atenção à agricultura e à pesca, criando condições para fornecer as unidades hoteleiras. Aliás, a Boa Vista foi sempre vista como de vocação agrícola, ao contrário do que diz o nosso actual ministro da agricultura, que acha que não temos vocação. Mas a verdade é que a ilha tem potencialidades para a agricultura.

Não temos grandes áreas para cultivo, mas, hoje, as novas tecnologias podem ajudar no desenvolvimento de indústrias de agro-negócio. E é preciso investir na captação de água, porque nos últimos anos não

se investiu praticamente nada. E muito menos nas pescas. São investimentos necessários da responsabilidade do Governo.

Não temos cais de pesca, não temos arrastadores, não temos grandes embarcações, não há praticamente formação, nem organização dos agentes ligados ao sector da pesca, assim como não há também na agricultura.

A Câmara Municipal tem dado apoios ao nível de embarcações, de motores, de malas térmicas, na formação, na melhoria de espaços físicos para a actividade da pesca, no aumento da capacidade de produção de gelo, embora ainda bastante insuficiente, com algum apoio do Fundo da Pesca.

E temos de dar atenção especial ao sector da pecuária. Não há ilha de Cabo Verde que tenha mais cabras do que a Boa Vista, temos um enorme potencial na produção de queijo. Mas ainda estamos reféns do Governo para alavancar o sector. Há necessidade de investimentos, é preciso criar condições para que a ilha possa dar resposta à demanda.

A energia, como disse, a água, saneamento, requalificação urbana, redes de estradas, vias rápidas, investimentos na modernização do porto e do aeroporto. São investimentos aceleradores da economia.

São investimentos que devem ser feitos pelo Governo. O Estado abandonou a ilha. Não deu nenhuma atenção à Boa Vista. A Câmara tem feito a sua parte em termos de investimentos, nomeadamente, com a requalificação das zonas urbanas, calçamentos, reparações, requalificação de praças. Também temos vários investimentos em infra-estruturas desportivas.

Temos um portfólio de projectos, há o plano específico de requalificação e infra-estruturação da ilha. Temos a orla marítima com projecto de arquitetura, projecto de estabilidade e orçamento. E falta o quê? Falta apenas recursos.

PUB



*Simplesmente requinte.*

*Naturalmente Orquídea*

*Pode usufruir de:*

- ✓ Alojamento com vista para o mar
- ✓ Pequeno almoço buffet e continental
- ✓ Jardim, wi-fi grátis
- ✓ Piscina

**Contactos:**

Sal Rei, Boa Vista, Cabo Verde / Telef. 5959101

Email: [guesthouseorquidea@gmail.com](mailto:guesthouseorquidea@gmail.com)

**PUBLICIDADE**

# RENT A CAR



60€

**TOYOTA RUSH**  
SUV 4x2 · 7 SEATS · MANUAL



60€

**FORD ECOSPORT**  
SUV 4x2 · 5 SEATS · MANUAL



90€

**TOYOTA RAV4**  
SUV 4WD · 5 SEATS · AUTOMATIC



80€

**PEUGEOT LANDTREK**  
PICKUP 4x4 · 5 SEATS · MANUAL



80€

**FORD RANGER XL**  
PICKUP 4x4 · 5 SEATS · MANUAL

**300€**  
SECURITY  
DEPOSIT  
IN CASH



70€

**FIAT FULLBACK**  
PICKUP 4x4 · 5 SEATS · MANUAL



EXECUTIVE

**TOYOTA LANDCRUISER 300**  
SUV 4WD · 7 SEATS · AUTOMATIC



60€

**PEUGEOT KP0**  
PICKUP 4x4 · 5 SEATS · MANUAL



[www.autovillacv.com](http://www.autovillacv.com)

@autovillacv



00238 973 92 66



WHATSAPP | VIBER

# Largo da Rua de Caboque: Símbolo de inclusão e modernidade

**Texto:** Adelise Furtado, Estagiária

**Fonte e fotos:** Câmara Municipal da Boa Vista

**A requalificação do largo foi um dos momentos altos das festividades do município e de Santa Isabel**

Na véspera do Dia do Município e da Padroeira Santa Isabel, assinalado a 04 de Julho, a Câmara Municipal da Boa Vista inaugurou a requalificação do Largo da Rua de Caboque, em Rabil. O espaço moderno e acessível foi pensado para promover inclusão, juventude e dinamização económica local, marcando um avanço significativo na transformação urbana da cidade-vila.



Largo da Rua de Caboque

## Feira Cultural de Santa Isabel celebra cultura cabo-verdiana

A Feira Cultural de Santa Isabel, realizada de 01 a 03 de Julho, em Sal-Rei, encerrou com um grande festival de música, gastronomia e artesanato, reunindo centenas de pessoas para celebrar a identidade e tradição cabo-verdiana na Boa Vista.

## Novo campo multiusos promove desporto

Com o objectivo de promover hábitos saudáveis, prevenir a delinquência juvenil e incentivar a prática desportiva em todas as faixas etárias, a Câmara Municipal da Boa Vista inaugurou no dia 03 de Julho um novo campo multiusos no bairro da Boa Esperança. A infraestrutura, orçada em cerca de 11 mil contos, inclui espaço para várias modalidades, parque infantil e área de fitness.

## Lançamento do livro “Bia de Lulucha - Férias no Algarve”

Enquadrado nas festividades do Município, no dia 01 de Julho aconteceu o lançamento do livro “Bia de Lulucha - Férias no Algarve”, da pequena e promissora autora Bianca da Rocha. Com apenas 13 anos, ela é reconhecida como a autora mais jovem de Cabo Verde.

Este lançamento não é apenas uma celebração literária, mas também um

símbolo de inspiração para toda a juventude cabo-verdiana, mostrando que o talento não tem idade.

## Breves

A programação de 2025 para as comemorações do Dia do Município, destacou-se por uma agenda recheada de manifestações culturais, representada através de espectáculos musicais, feiras de artesanato e gastronomia, danças tradicionais, oficinas artís-

ticas e apresentações de grupos locais e nacionais.

A 29 de junho, aconteceu a apresentação do recente trabalho da cantora boavistense Zulu - o EP Briza -, tendo por palco o Auditório do CAC.

E, em 30 de Junho, viveram-se outros momentos marcantes com o espectáculo de dança “Emigraçon”, de Nabo Dance, que levou para o palco a história da emigração em Cabo Verde. E, no mesmo dia, Sal-Rei acolheu o workshop “Cui-

da d’Bo”, com objectivo de promover o bem-estar e o desenvolvimento pessoal dos jovens.

Ainda no âmbito das comemorações do Dia do Município, em 02 de Julho a Câmara Municipal entregou mais uma habitação no bairro da Boa Esperança, um investimento orçado em cerca de dois mil contos. E, no dia seguinte, aconteceu a inauguração das obras de revitalização urbana e ambiental do miradouro de Riba Rocha, situado na Vila do Rabil.

Ainda no âmbito das festividades, em 04 de Julho a emblemática regata de botes à vela voltou a animar a praia de D’Diante.

Por último, a 05 de Julho, assinalando a Comemoração dos 50 anos da Independência de Cabo Verde, a Câmara Municipal celebrou o dia com uma homenagem ao primeiro presidente da República de Cabo Verde e aos combatentes da liberdade da pátria, inaugurando uma estátua de Aristides Pereira, da autoria do escultor Domingos Luísa.



Campo Multiusos



Feira de Santa Isabel

## ECONOMIA LOCAL & EMPREENDEDORISMO

# Jovens boa-vistenses investem em turismo e saúde para promover o desenvolvimento

Texto: Ilda Fortes

**Na Boa Vista, jovens empreendedores têm investido em áreas que promovem, de forma complementar, o desenvolvimento económico e social da ilha. Aritson Melo e Zeila Tavares são dois exemplos de como o turismo cultural e a saúde podem gerar impacto positivo e sustentável nas comunidades locais.**



### Cabrer Journey, turismo com alma cabo-verdiana

Aritson Melo, de 27 anos, assume-se como “100 % cabrer”, designação dada aos naturais da ilha da Boa Vista. Licenciado em Engenharia Informática, regressou de Portugal, para “viver e empreender” na sua terra natal. Criou o Cabrer Journey - Viva um dia como um cabrer, uma experiência cultural autêntica, que convida os visitantes a mergulharem no quotidiano local.

A ideia surgiu da sua experiência como emigrante: “Quando estamos fora, a saudade da terra e da cultura fala mais alto e começamos a valorizar o que antes era rotina. Ir ao curral e cuidar das cabras era uma obrigação, mas, estando longe, percebi o quanto sentia falta disso”. Na altura, pensou: “Viver isso todos os dias pode ser cansativo, mas experimentar pelo menos uma vez na vida pode ser algo inesquecível”.

E assim nasceu o Cabrer Journey, que “convida os turistas a ordenhar e alimentar cabras, cultivar na horta, fazer o tradicional queijo de cabra da Boa Vista, tocar tambores e partilhar refeições com a comunidade. O objectivo é mostrar que a cultura local também é um atractivo turístico. “Mostrar que a nossa cultura, as nossas histórias e o nosso povo também são atractivos turísticos, tem sido uma missão diária”, destaca.

A falta de guias fluentes em línguas estrangeiras foi um desafio. “Decidi conduzir pessoalmente a experiência, com os meus conhecimentos em português e inglês, enquanto a minha mãe nos apoia com o francês”, conta. O projeto cresceu, gerando emprego directo e indirecto, e deu origem à Nostira Xperiences, que hoje inclui serviços de rent-a-car.

Segundo Aritson, “a comunidade acolheu o projecto com entusiasmo e os turistas têm demonstrado

uma grande satisfação. “A comunidade gosta de partilhar o que faz, de interagir com os visitantes e sente orgulho em mostrar a sua cultura. Em relação aos turistas, muitos dizem que foi a melhor experiência que tiveram na ilha”, revela.

Para o futuro, prevê um aumento da frequência dos tours e do número de clientes e mais impacto económico local, através de um turismo que respeita a natureza. “Queremos continuar a gerar emprego, renda e orgulho cultural, através de um turismo sustentável, que valoriza e preserva práticas culturais tradicionais”, reitera.

### Tavares Laboratórios, uma aposta na saúde

Zeila Tavares, 33 anos, é natural da ilha da Boa Vista. Licenciada em Análises Clínicas e Saúde Pública, tem formações profissionais em pedagogia e auditoria alimentar, e está a concluir uma pós-gra-

duação em Microbiologia Clínica. Inspirada pelos exemplos da mãe e da avó, decidiu empreender na área da saúde, fundando com o marido, Feliciano Tavares, a Tavares Laboratórios, cinco anos atrás.

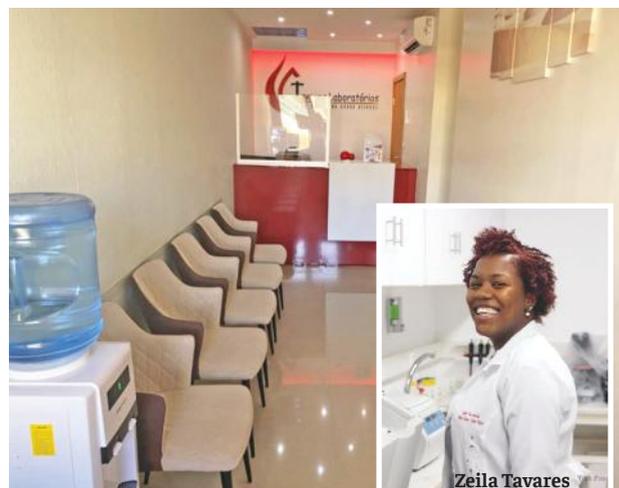
“Escolhi a saúde por ser a minha área de formação, mas também por saber das carências da ilha neste sector”, explica. Depois de cinco anos de experiência em diferentes clínicas, investiu em serviços de laboratório, consultas e exames.

Agora, prepara a inauguração da Clínica Tavares Laboratórios, uma estrutura de carácter hospitalar que, além dos serviços actuais, contará com enfermaria, internamento, pediatria, maternidade, bloco operatório, fisioterapia, exames de imagiologia e um piso inteiramente dedicado ao laboratório. “Queremos posicionar-nos como um dos laboratórios de referência de Cabo Verde”, garante.

A clínica já oferece ser-

viços de controlo de qualidade de alimentos e água e deverá aumentar a equipa com o início das novas atividades. O feedback tem sido positivo. “Temos conseguido criar uma atmosfera de confiança nos serviços prestados”, refere. Zeila sublinha o impacto positivo do projeto na comunidade e também no sector turístico. “Os turistas sentem-se mais seguros por saber que a ilha tem uma estrutura hospitalar com equipamentos modernos e pessoal capacitado”, defende.

Apesar das dificuldades, como a falta de mão de obra qualificada, Zeila mantém-se confiante: “Acredito e sinto que há sempre uma mão poderosa de Deus ao lado dos que buscam e que querem fazer”. Além disso, salienta o apoio do marido. “Estamos sempre a fazer a gestão destas dificuldades, com muito espírito prático, de sacrifício e com um olhar esperançoso para o futuro”, reitera.





# Não há desenvolvimento deixando o ambiente de fora

Texto: António Alte Pinho

**Mestre em engenharia mecânica, João Henrique Gomes da Cruz é, porém, mais conhecido enquanto activista social e ambiental, uma luta que vem travando há mais de duas décadas, em particular, desde 2010, quando fundou a Associação Varandinha da Povoação Velha, da qual é presidente, com importantes intervenções na reciclagem, transformando óleos para alimentação em sabonetes e detergentes, mas também na protecção das tartarugas.**

Autor de dois romances – “Josina” e “Reencontro” –, o ambientalista insurge-se contra a descontrolada extracção de inertes e defende que o desenvolvimento económico tem de ser ambiental e social.

À pergunta “provocatória” sobre uma hipotética possibilidade de ser chamado à governação, como ministro do Ambiente, Henrique Cruz entra na brincadeira, mas responde com toda a seriedade possível: “a primeira medida seria assinar um protocolo de colaboração com todos os agentes ambientais e organizações, e traçar um plano concreto para a mitigação de todos os problemas relacionados com o ambiente”, diz o nosso interlocutor, adiantando que a medida seria tomada “logo no segundo dia”, para além de resolver o problema das fiscalizações que não funcionam.

Isto é, para o activista social e ambiental, não há desenvolvimento sem impulsionar políticas ambientais.

O mote está dado para uma conversa sobre desenvolvimento e ambiente, dando conta que a situação da ilha nesta matéria suscita grandes preocupações. “Uma das primeiras questões que nós detectamos, com o início do desenvolvimento do turismo, foi a acção desenfreada da extracção de inertes”, não só em termos de pedras como também de areia.

## Extracção de inertes: o principal problema ambiental

Embora os inertes tenham sido extraídos em



João Henrique Gomes da Cruz

zonas autorizadas, “não tiveram em conta os requisitos dos estudos de impacto ambiental, onde se dizia que, após os trabalhos, deveriam fazer a recuperação do local”, diz Henrique Cruz, acrescentando: “estamos a reportar-nos aos anos 2004/2005, porque a primeira unidade foi construída por volta de 2003, só depois vieram todas as outras”.

Ainda segundo o ambientalista, este descaso dos promotores turísticos “teve uma repercussão bastante negativa no ambiente”, porquanto “essas extracções, faziam buracos enormes”,

uma situação que ainda se mantém. Pesem os esforços da associação, a verdade é que as insistências junto dos ministérios da Agricultura e Ambiente e do Turismo e Transportes não tiveram quaisquer efeitos práticos.

“Não se pode desenvolver deixando o ambiente de fora”, defende o nosso interlocutor, sublinhando que não tiveram “absolutamente nenhuma resposta”. Os resultados deste descaso das autoridades com o ambiente, levou a que uma ribeira outrora com água abundante não tenha agora um pingão do precioso líquido.

E as crateras a céu aberto decorrentes da extracção descontrolada de inertes, localizadas em locais de passagem de caprinos, bovinos e cavalos, levou já à morte de vários animais caídos nessas aberturas do solo.

## Desenvolvimento económico, ambiental e social

Tratando-se de terrenos do Estado, a autarquia local praticamente nada pode fazer, acrescido da indisponibilidade financeira. “A Câmara governa a ilha, mas não tem competência para agir em determinados

terrenos do Estado, e isso acontece nas zonas abertas da ilha como também acontece nos litorais”, esclarece Henrique Cruz.

O “sustentável”, que vem logo a seguir ao “desenvolvimento”, que faz parte dos discursos oficiais, é olhado com alguma estranheza pelo ambientalista. “Tenho alguma dificuldade em mastigar essa palavra”, diz Cruz, acrescentando: “o desenvolvimento só se concretiza quando é acompanhado de um equilíbrio entre o económico, o ambiental e o social”. Porquanto, “quando nós não temos esse equilíbrio, não podemos falar de desenvolvimento”, sublinha.

“Qualquer material que se deita no chão vai atingir o sub-solo, e isso vai-nos custar muito no futuro”, salienta Henrique Cruz, referindo ainda mais duas importantes questões: a necessidade de “protecção dos animais marinhos, aves e outros animais”, bem como “as plantas endémicas, que podem encontrar-se em extinção”.

Outro problema prende-se com a reciclagem do lixo, mesmo havendo unidades hoteleiras que realizam já esse procedimento. “Independentemente de os hotéis poderem fazer a separação do lixo, ele vai para a lixeira, essa separação deixa de existir e não conseguimos saber a quantidade de matéria que entra e vai prejudicar o nosso ambiente”, esclarece Cruz. Uma situação que poderia ser resolvida através da instalação de uma central incineradora.

**PUBLICIDADE**

**TRANS TURÍSTICA, LDA**

Elegance in every mile.  
Premium cars for premium lives.

SAL-REI-BOA VISTA - CABO VERDE

+238 251 17 15  
+238 977 78 84 / 958 55 56  
email: transturistica@hotmail.com

**J&J MENDES, LDA**  
RENT A CAR

email: jjmendesbv@gmail.com  
zegmendes@hotmail.com  
+238 993 48 21 / 958 55 56  
SAL-REI-BOA VISTA - CABO VERDE

**MORABEZA**

Respect the Beach  
Have a Great Time  
Surf a Wave  
Never - Look -Back  
Make New Friends  
Fall In Love

Open every day 9h to 00.00h  
Monday Night - Reggae Party  
Saturday Night - Dj Set  
Friday Night - No Party

Sal Rei, Boa Vista Cabo Verde | Telef +238 9 30 23 97  
Email: Hello@morabezaboavista.com


**CURIOSIDADES**

# Sal-Rei: Um nome curioso que se vai valendo por diferentes motivos

Texto: José Mário Correia

**Descoberta no século XV, pelos portugueses, Boa Vista vale hoje enquanto caldeirão cultural e pela sua mestiçagem. Entre o Forte Duque de Bragança – símbolo da defesa contra piratas e o valor estratégico do sal – e os misticismos e crenças, haverá ainda por aqui outros importantes atractivos.**

A capital da Boa Vista tem um nome aparentemente simples – Sal-Rei – mas elevado de história. Desde logo, por provir da época em que a ilha exportava grandes quantidades de sal. Razão pela qual chegou a ser conhecida por “Rei do Sal”, uma das principais riquezas da Boa Vista dos séculos passados. Ainda hoje, Sal-Rei mantém-se no pódio, mas agora por motivos de interesse mais contemporâneos: as três deslumbrantes e paradisíacas praias que a cercam: Praia de Estoril, Praia de Chaves e Praia de Cruz, verdadeiros chamarizes de turistas europeus, especialmente italianos, que vêm a Cabo Verde em busca de areia fina e branca, águas cristalinas e óptimas condições para a prática de kitesurf e windsurf.

Dir-se-ia que Sal-Rei poderá arrogar-se igualmente de ser um caldeirão cultural que acolhe gentes locais, portuguesas, africanas, italianas e migrantes de outras ilhas que, aqui, vão ajudando a moldar a cultura local.

## Forte Duque de Bragança

Apesar da pobreza da ilha – clima árido e falta de recursos hídricos –, isso não impediu que fosse vítima de ataques de piratas e corsários europeus (franceses e ingleses) e do norte de África. Facto que se entende pela grandeza do Porto de Sal-Rei – que viria a posicionar-se como entreposto para comércio de sal, dando origem à vila que, mais tar-



de, se tornaria capital.

A construção do Forte Duque de Bragança – um dos símbolos históricos mais importantes da ilha, construído no século XIX – aparece nesta esteira de defesa da Boa Vista. Está localizado numa pequena ilha rochosa defronte a Sal Rei, sendo hoje um grande polo de atracção turística, acessível através de barco, num passeio exótico, sendo certo que a travessia é viável a pé nos momentos de maré-baixa.

## Vestígios da arquitectura e reminiscências da presença colonial

Boa Vista, particularmente Sal-Rei, vive um importante dilema não assumido: o avanço da modernidade, impulsionada pela reconstrução urbana e turística, e a concomitante

descharacterização pela insensibilidade social em relação aos traços do tempo. Por ora, são ainda visíveis, um pouco por vários lugares, marcas de casas coloniais – casarões coloridos, com grossas paredes de cal e pedra –; igrejas e ruas com calçada portuguesa; a praça central e as salinas.

Mas, também, nomes de lugares e elementos da língua, como “Sal-Rei”, “Estância de Baixo”, “Rabil”, etc... Sem esquecer o próprio dialecto local, com base estrutural portuguesa, sendo que muitos dos vocábulos são claramente herdados da colonização. A fé católica e os santos, as festas de Santa Isabel e o Dia de Todos os Santos trazem impregnados rituais emprestados por Portugal. No fundo, reminiscências daquilo que foi a presença colonial portuguesa na ilha.

## Misticismo e crenças populares

À semelhança do que verificamos em todos os concelhos de Cabo Verde, também na Boa Vista cabe aos mais velhos o ónus de guardar a tradição oral, repassada na forma de contos, provérbios e lendas. E, com ela, os misticismos e crenças populares.

São crenças em espíritos, feitiçaria (bruxaria) e práticas ligadas à medicina tradicional. Quem nunca ouviu falar em “djabraba”, termo que traz à tona os feitiços e encantamentos associados a problemas de saúde, azar no amor ou conflitos familiares. Mas também no “mau-olhado”, a tal ideia de que a inveja pode causar doenças ou azar. E, nesta linha, aparecem os curandeiros, os tais “médicos do mato”, que usam

plantas medicinais, protagonizam rezas e rituais para curar doenças físicas ou espirituais. Eles granjearam respeito junto às comunidades rurais – Rabil, Estância de Baixo ou Fundo das Figueiras.

Há também lugares espiritualmente “carregados” – casas abandonadas, poços antigos ou encruzilhadas, onde actuam espíritos ou “alma di mortu”. Justamente por isso, aconselha-se a evitar passar por perto. E, se tiver de o fazer, que se realizem rituais antes de passar.

É comum encontrar gentes a usar objectos de protecção contra os deuses malignos: galhos de arruda, correntes de cruces, bolsinhas com ervas e sal, e fios vermelhos para evitar o chamado “mau olhado” em bebés.

Desde crianças, os boavistenses aprendem a respeitar essas forças.



## Celina Pereira

Texto: Ilda Fortes

Fonte: www.caboverdeamusica.online

Maria Celina da Silva Pereira é uma personalidade incontornável da ilha da Boa Vista, que ficou conhecida como cantora e contadora de histórias, mas também como escritora. Assumiu-se como educadora e uma defensora da preservação da memória cultural de Cabo Verde.

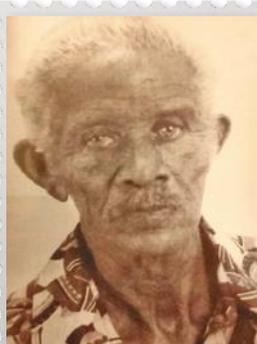
Nasceu na cidade de Sal-Rei em 1940, numa família com tradição musical. O pai, Porfírio Pereira Tavares, era um padre com formação musical erudita e que tocava vários instrumentos. Além disso, era sobrinha de Ramezinho, autor da morna “Boa Vista nha terra”, que foi o primeiro single da artista e que é um dos temas mais conhecidos da ilha.

Durante a infância, mudou-se para a ilha de São Vicente, onde integrou o coro infantil da Igreja do Nazareno, entre os 11 e os 19 anos, e começou a cantar em saraus culturais. Formou-

-se como professora em Portugal, tendo leccionado durante dois anos em Cabo Verde. Regressou a Portugal, onde estudou línguas e trabalhou na TAP até 1996, sempre cantando de forma informal.

Como contadora, lançou trabalhos que consistiam em contar histórias do folclore cabo-verdiano, intercaladas com temas cantados e instrumentais, que lhe valeram prémios em vários países. Como cantora, lançou vários trabalhos, tendo gravado composições de vários compositores boa-vistenses.

Em Portugal, foi uma cidadã activa da comunidade cabo-verdiana, tendo sido sócia fundadora de várias associações. Foi condecorada com a Medalha de Mérito pelo então presidente da República Portuguesa, Jorge Sampaio, pelo seu trabalho na área da educação e da cultura cabo-verdiana. Faleceu em 2020, vítima de doença.



## Simão Gomes Ramos

Conhecido popularmente como Manuel Florinda ou Mané Rasuedje, Simão Gomes Ramos é reconhecido como compositor da morna “Avezinha de rapina”, que já foi gravada por vários artistas, incluindo o grupo Os Tubarões.

Nasceu em 1919 na localidade de Fundo das Figueiras, na ilha da Boa Vista, tendo composto diversos temas ao longo da sua vida. Aprendeu a executar viola de dez cordas aos 16 anos e passou a tocar em bailes locais. Começou a compor e tornou-se conhecido em toda a ilha.

Na juventude, trabalhou como pastor e viveu em São Vicente durante vários anos, onde traba-

lhou como estivador. Apesar da fraca escolaridade, eram-lhe reconhecidas capacidades peculiares a nível da sensibilidade artística. Além disso, era considerado um homem modesto e humilde.

Kiki Lima, que o conheceu quando era criança, procurou divulgar as suas composições, tendo gravado algumas delas. No centenário do compositor, Eutrópio Lima da Cruz produziu uma obra com os seus dados biográficos, letras e partituras, afirmando que Mané Razuedje é uma figura lendária da Boa Vista, particularmente na zona Norte da ilha. Faleceu em 1993, no seu chão natal.

## EDITORIAL

### Dar voz aos municípios e às pessoas

A sociedade cabo-verdiana - e os municípios, em particular - tem reclamado com frequência o facto de os temas locais não estarem a merecer o devido tratamento nos órgãos de comunicação social do país, quase sempre arredados numa agenda que normalmente privilegia os assuntos dos grandes centros urbanos e questões de natureza político-partidária que, na maioria dos casos, nada têm a ver com os reais anseios e problemas do dia-a-dia dos cidadãos espalhados pelos 22 municípios e as suas inúmeras aldeias e localidades mais distantes.

Por isso mesmo, o jornal A Nação lança hoje a terceira edição do caderno **Município em Destaque**, dedicado à **Boa Vista**. Anteriormente, já lançamos os cadernos do Paul e da Brava.

Estamos cientes de que esta iniciativa, pela sua singularidade e exigência, acarreta enormes desafios, mormente para um periódico privado com poucos recursos, mas não nos quedamos perante incertezas nem viramos a cara a esses desafios que vamos enfrentar, contando com a inestimável adesão dos nossos leitores, parceiros e anunciantes.

Assim, o **Município em Destaque** aposta num jornalismo de causas e de serviço público, tendo em vista servir sobretudo o interesse geral dos cabo-verdianos e criar pontes entre o projecto editorial e os cidadãos, suscitando engajamento e empatias com as comunidades locais.

Tudo isso na perspetiva de manter os cidadãos de cada município informados sobre o desenvolvimento local e nacional e estimular a sua participação nas atividades que lhes dizem respeito.

Nesse sentido, ao mesmo tempo que dá voz às pessoas de cada reduto populacional, **Município em Destaque** assume-se como megafone do municipalismo e da necessária proximidade com as populações, as suas dificuldades, os seus sonhos, mas também os seus anseios e vontades para o futuro.

**Município em Destaque** é, ainda, veículo empenhado na exaltação do municipalismo enquanto instrumento mais directo da proximidade dos poderes públicos com os cidadãos, e meio em que têm expressão garantida todas as diferenças irmanadas do sentido republicano do bem comum, da ousadia de fazer diferente e marcar vidas e futuros com a capacidade criativa de cada um e de todos.

**Município em Destaque**, expressão das realidades locais e instrumento do direito à palavra das pessoas comunitárias, faz-se hoje à rua com a vontade inabalável de servir as comunidades de cada concelho, de cada ilha, de cada cantinho de Cabo Verde.

Contai com isso de nós!

## DESPORTO & JUVENTUDE

# Futebol é desporto-rei, mas basquetebol tem cada vez mais adeptos

Texto: Paulo Galvão  
Estagiário

**Em Cabo Verde, como em praticamente todo o mundo, o futebol é o desporto mais popular, e quase todos os cabo-verdianos são “torcedores” de alguma equipa europeia. É muito comum encontrar equipas de futebol com nome e equipamentos iguais aos dos “times” europeus, e a Boa Vista não é excepção. Mas o basquetebol já construiu espaço próprio e vai tendo cada vez mais adeptos, juntando-se nesta ascensão ao ciclismo e ao atletismo.**



Danilson Duarte



Associação Desportiva, Cultural & Recreativa ADB Barraka

Segundo o guarda-redes do Sal-Rei, Danilson Duarte, a equipa está numa fase constante de desenvolvimento, com uma formação estável e engajada nos objectivos. E sublinha que a Boa Vista tem vindo a destacar-se no futebol, formando grandes jogadores e sendo, cada vez mais, um “poço de talentos”.

Talentos que se dividem pelos vários clubes, como sejam o Sport Club Sal-Rei, a Académica Operária, o Sporting, o SC África Show, a Juventude Club do Norte, o Onze Estrelas, o Club Desportivo Estância Baixo e o Sport Club Sanjoanense, as principais formações da ilha.

A capacidade de entrega, o trabalho persistente e as qualidades naturais dos futebolistas abrem esperanças ainda maiores no desenvolvimento do futebol. A vontade não falta, mas, para crescer ainda mais, a modalidade precisa de infraestruturas adequadas. E isto passa, necessariamente, pela construção de mais

campos de futebol ao serviço das equipas.

Ainda segundo Danilson, isto daria ainda mais motivação aos jogadores, começando, desde logo, por melhorar as condições do estádio municipal, mas também criando melhor conjuntura para o financiamento dos clubes.

Mas, pesem as dificuldades, o futebol tem vindo a representar com dignidade a ilha da Boa Vista, como é o caso do Sport Club Sal-Rei, que, este ano, marcou presença na final da Taça de Cabo Verde, mas também a selecção da Boa Vista que esteve nas meias-finais da Taça da Independência.

### Jogadores que marcam gerações

A importância do futebol boa-vistense não é novidade. Nomes como Lampadinha, Burr e Carlitos, são alguns dos que brilharam entre os postes, e Romy, Dio-

nísio Costa, Luluda, Ravens e Kay, marcaram o imaginário dos adeptos do futebol pelas suas jogadas e seus golos.

Já nos dias de hoje, Kelvy, Xene, Silvino, Burrinh, Henry, Panduru, Ai Mendes e Dish, fazem prevalecer o estatuto da ilha no desporto-rei.

### O mais antigo clube da ilha

O Sport Club Sal-Rei é o clube desportivo mais conhecido, mas também o mais antigo da Boa Vista. Fundado a 28 de Agosto de 1951, venceu o primeiro título do campeonato regional em 1994, e o primeiro (e único) nacional em 2004.

O clube possui, no total, 11 títulos regionais, cinco de copas, três de supercopas e um torneio de abertura, sendo a actual equipa campeã da ilha, superando os dois anteriores campeonatos conquistados pela Juventude Clube do Norte.

Sendo uma ilha muita li-

gada ao desporto, as modalidades que mais se destacam são o futebol, o ciclismo, o atletismo e o basquetebol.

### Estádio Municipal Arsénio Ramos

Inaugurado a 09 de Fevereiro de 2008, o Estádio Municipal Arsénio Ramos é um espaço multiusos, onde se pratica futebol e atletismo. O estádio tem capacidade para 600/700 pessoas, disputando-se ali os jogos do campeonato regional de futebol, que conta com a participação de oito equipas.



Estádio Municipal Arsénio Ramos

### Associação Desportiva, Cultural & Recreativa ADB Barraka

Destaque, ainda, para a Associação Desportiva, Cultural & Recreativa ADB Barraka, com intensa actividade no desenvolvimento social, cultural e desportivo da Ilha das Dunas, e que vem organizando vários torneios de basquetebol no Pavilhão Seixal-Sal-Rei.

De olhos postos nos jovens e nas crianças, a associação tem tido um papel fundamental na promoção do desporto, da cultura e de hábitos de vida saudáveis junto dos mais pequenos.

# Terra de sabores, música e património cultural

**Texto:** Adelise Furtado  
Estagiária

**A oferta cultural da Boa Vista passa pela música e o património, mas também pela gastronomia. Aos visitantes é disponibilizado vivenciar momentos únicos que casam os sabores com as sonoridades e as memórias colectivas. A Ilha das Dunas apresenta-se na sua diversidade com um cardápio de opções sedutoras para várias sensibilidades e gostos. Ficamo-nos por pequenos registos, não mais nem menos importantes que outras opções, que encheriam, houvesse espaço, várias páginas deste caderno.**

## Gastronomia local: sabores da tradição crioula

A gastronomia de Sal-Rei é um mostruário cultural da Boa Vista, misturando influências africanas, portuguesas e crioulas. A comida típica, que costuma ser preparada e servida, inclui pratos tradicionais cabo-verdianos que celebram a cultura local, como a cachupa, ensopado de milho, feijão e carne, ou peixe, que varia de acordo com a tradição familiar.

## Museu dos Naufragos

Localizado no centro de Sal-Rei e inaugurado em 2019, o Museu dos Naufragos

oferece uma viagem simbólica pela história e cultura cabo-verdiana. Dividido em três andares, o espaço combina ruínas de naufrágios, música, arte contemporânea e produtos locais, representando a ascensão de Cabo Verde das profundezas da escravidão à luz da criação cultural. Criado pelo arqueólogo Maurizio Rossi, o museu é único no país e destaca-se como ponto obrigatório para quem quer conhecer a alma da ilha.

## Casa da Cultura

Visitar a Casa da Cultura (na foto) é destino fundamental de qualquer roteiro para se conhecer a história

da ilha, as mundivências locais ao longo dos tempos e mergulhar plenamente na cultura e gastronomia local, ou não acolhesse no seu interior – um casarão de traço colonial - o magnífico Restaurante Sodade, um templo de tentações para os palatos mais exigentes e abertos a novas experiências.

## Eutrópio Lima da Cruz, grande, imenso

Não se poderia falar de cultura deixando de fora Eutrópio Lima da Cruz, “cabrer” de nado e criação, compositor, maestro, teclista, investigador e guardião da tradição musical da Boa Vista e uma referência gran-



Casa da Cultura

de, imensa, no panorama musical cabo-verdiano.

A sua carreira é marcada pela fusão entre os sons tradicionais cabo-verdianos, como o batuco, tabanca, landu e morna, com arranjos inspirados na música clássica. Autodidacta, teve papel importante na funda-

ção de orfeões, encontros de música e na documentação da história musical da ilha. É autor de obras como A minha Monda (1991) e Ilhas Barrocas (2001), além de livros como Percurse de Sul d’Ilha, que é considerado o primeiro romance escrito na variante da Boa Vista.

# Boa Vista Tours, uma trajectória de sucesso

**Texto:** Cláudia da Cruz

**Há 14 anos na ilha, a Boa Vista Tours nasceu em 2011 do sonho dos alemães Andrea e Frank Hennick. Encantados pela Ilha das Dunas desde 2009, o casal transformou seus passeios em referência de ecoturismo bilingue na Boa Vista, oferecendo experiências que vão da observação de baleias e tartarugas à pesca desportiva.**

“Quando chegamos, não havia nenhum passeio guiado em alemão. Por isso, planeamos nossa mudança da Alemanha para cá por alguns meses, inicialmente oferecendo passeios só em alemão, com transporte próprio. Após dois anos, alugamos um pequeno catamarã para incluir passeios de barco. Outros dois anos se passaram até comprarmos nosso primeiro barco”, recorda Andrea.

## Desafios e expansão

Para crescer, enfrentaram a burocracia: “Conseguir todas as licenças exigidas é extremamente complicado”, revela Andrea, acrescentando que compraram o barco em Espanha e Frank navegou por todo o Atlântico até Cabo Verde.

Em 2012, adquiriram o iate “Simply No Stress”, dando início aos passeios náuticos. Já em 2021, com apoio de investidores, incorporaram um barco para actividades de pesca desportiva, “Durante a

pandemia adquirimos o ‘Blue Fever’ e, desde então, oferecemos Big Game Fishing”, recorda a fundadora.

Recentemente, em maio de 2024, a empresa adquiriu um zodiac baptizado de “Ocean Blue”, especial para passeios de snorkel, observação de baleias e panorâmicos. “Após conversas com biólogos, vimos no zodiac a versatilidade ideal para nossos passeios”, explica Andrea.

Ampliando a actuação no turismo, também adquiriram dois apartamentos para

aluguer de temporada, um já foi totalmente renovado, o outro ainda requer reformas.

## Uma trajectória de paixão

“Nosso percurso foi longo e desafiador, mas cada passo - do passeio do alemão ao cruzamento do Atlântico, para trazer nosso barco - foi pensado com muito cuidado e paixão. Continuamos firmes, acreditando no potencial da Boa Vista e lutando por um turismo mais diversificado, acessível e sustentável”, remata Andrea.




**HISTÓRIA EM DESTAQUE**

# Boa Vista: 500 anos de História e pujante de cultura e tradições

Texto: António Alte Pinho

**Ilha-município mais oriental do arquipélago, a Boa Vista tem como sede a vila de Sal-Rei, cujo antigo porto era explorado pelos ingleses que, até ao século XIX, davam cartas no negócio do sal da qualidade “Royal” (e daí terá vindo o nome da urbe), na época muito apreciado na Europa. Era de tal monta a importância do porto no comércio internacional, que a vila chegou a ser aventada como capital de Cabo Verde.**

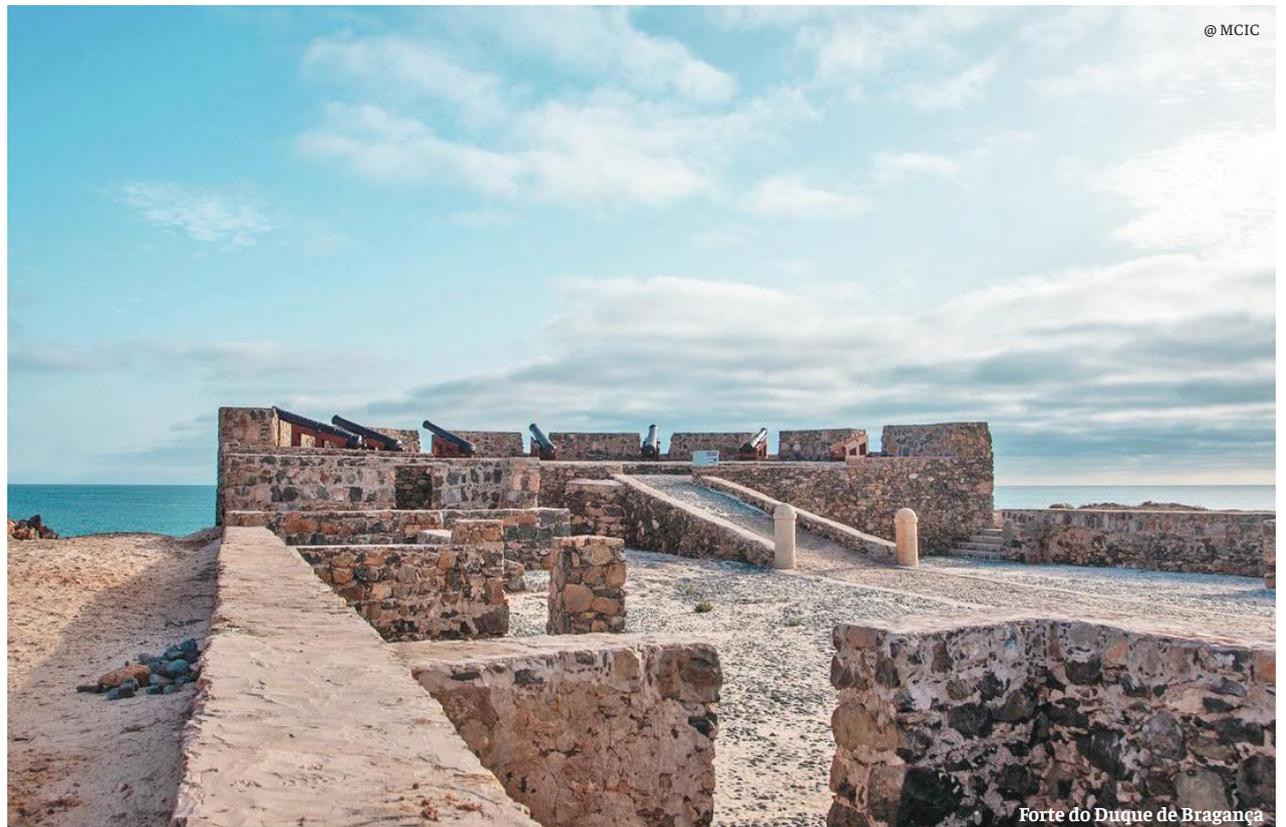
Passados os tempos de glória da sua importância estratégica no comércio internacional, Boa Vista adquiriu uma nova centralidade com a implementação do turismo, beneficiando de praias de sonho, de um mar cristalino e de um povo simpático e acolhedor - um cardápio que tem vindo a atrair visitantes de várias partes do mundo, em particular da Europa, que fica ali mesmo à mão...

## 500 anos de História

Rezam as crónicas que terá sido “descoberta” a 03 de Maio de 1480, após o achamento das ilhas do Maio, Santiago e Fogo, e foi inicialmente chamada de São Cristóvão. O nome actual teve por origem a exclamação de um marinheiro que, do cesto da gávea do navio, ao ver a ilha gritou: “Capitão, boa vista!”, ao contrário do que na época era (e ainda é) a frase tradicional “terra à vista”.

O que é certo é que a alegria expressa pelo marinheiro, ao vislumbrar ilha tão magnífica de beleza, após os medos de enfrentar uma terrível tempestade, ficou para a posteridade e, esquecido o originário nome de São Cristóvão, colou-se à ilha para sempre.

Porém, pese uma dispersa comunidade, o povoamento, de facto, apenas chegou à ilha em 1620, com o estabelecimento de Povoação Velha, por meras razões comerciais, já que foi a partir desta data que um grupo de ingleses



@MCIC

Forte do Duque de Bragança

iniciou a extracção de sal, impulsionando a economia e atraindo outras indústrias, como sejam a tecelagem e a cerâmica.

Não só por razões comerciais, mas também pela sua importância cultural, foi a partir daí que a Boa Vista adquiriu alguma prosperidade, atraindo população de outras ilhas e registando um ascendente crescimento económico.

Atraídos pela prosperidade e pelos produtos ali produzidos, a ilha sofreu duas grandes invasões de piratas (em 1815 e 1817), levando as autoridades locais a erigir o Forte do Duque de Bragança, hoje parte integrante do roteiro turístico de Sal-Rei.

Considerada o berço da morna, Boa Vista é a ilha de Cabo Verde mais próxima do

continente, ficando a cerca de 500 quilómetros de África e com uma paisagem marcada por ventos secos e quentes provenientes do deserto do Sahara.

## Ilha pujante de cultura e tradições

A ilha da Boa Vista regista vigorosa actividade cultural e é depositária de tradições e de uma sólida religiosidade popular. A agenda cultural e religiosa é marcada por eventos de destaque. Como sejam o 1º de Janeiro que, celebrado em toda a ilha, tem o seu epicentro em Sal-Rei. Mas, também, o 06 de Janeiro, com o Festival dos Três Homens, celebrado em João Galego, Fundo das Figueiras e Cabeça dos Tarafes, constando de danças típicas e diversas acti-

vidades sociais, mas também de grupos de músicos que percorrem as ruas visitando as habitações dos moradores, executando músicas respeitantes à festividade.

O Carnaval é, também, um momento alto que é celebrado em toda a ilha e, a 03 de Maio, assinala-se o Dia da Libertação dos Escravos, com procissões, manifestações populares e marchas ao som do rufar de tambores e estridentes ruídos de apitos.

No dia seguinte, é tempo da Celebração de Pidrona e, a 08 de Maio, a Festa de São Roque enche as ruas com procissões e danças. Ainda no mesmo mês, dia 28, é tempo para o Festival de “Cruz Nhô Lolo”.

13 de Junho acolhe o Festival de Santo António, com uma procissão percorrendo o caminho até ao pequeno

templo católico, localizado perto de “Rocha de Santo António”, na parte central da ilha.

Mas, inquestionavelmente, a 04 de Julho assinala-se a principal festividade da Boa Vista, o Dia do Município e de Santa Isabel, a padroeira da ilha.

Marcada pela religiosidade, a ilha assinala, a 24 de Julho, a Festa de São João Baptista, na paróquia do mesmo nome, com uma procissão e corrente de oferendas.

Agosto é marcado por três eventos, a Festa de Nossa Senhora da Piedade, que acontece dia 15 na vila de João Galego, e, logo no dia seguinte, a também tradicional Festa de São Roque. No terceiro fim-de-semana do mês tem lugar o Festival de Música da Praia de Cruz.

# Onde os patrimónios naturais e culturais se cruzam

Texto: Ilda Fortes

**Entre dunas, construções históricas e música, a ilha da Boa Vista possui um património natural e cultural único, onde as tradições se cruzam com a história e a vida quotidiana da população. A música, como um forte elemento identitário da ilha, está presente em todas essas expressões, revelando que a Boa Vista é muito mais do que um destino turístico.**

Para quem chega à ilha da Boa Vista, a primeira visão são as extensas praias de areia branca, trazidas pelo vento do deserto do Sahara. Entre elas, sobressaem Santa Mónica, Chaves, Varandinha, entre outras. Já o Deserto de Viana, uma das paisagens mais emblemáticas de Cabo Verde, única no país, surge no interior da ilha, longe do mar, com dunas que encantam, sobretudo nas noites de lua cheia.

As tamareiras sempre fizeram parte da paisagem, embora hoje em menor quantidade, e a reserva natural de tartarugas, um dos maiores locais de desova no mundo, reforça a importância ecológica da ilha.

Do ponto de vista arquitectónico, a ilha preserva

construções do tempo colonial, como a Igreja de São Roque, construída no Rabil no século XIX, e a capela de Nossa Senhora de Fátima, situada à beira-mar. O boavistense Noel Fortes destaca ainda o edifício da antiga fábrica Ultra, em Sal Rei, que em tempos produzia latas de atum em conserva. “A fábrica era o motor de desenvolvimento da Boa Vista antigamente, empregando muitos pescadores e mulheres”, recorda.

O artesanato é também um elemento cultural de destaque. O Centro de Cerâmica do Rabil é um dos símbolos culturais da ilha, onde as peças são feitas à base da argila local e moldadas à mão. Refira-se ainda a longa tradição de bijuterias e objectos decorativos feitos com palha, conchas e escamas de peixe.

## Festas religiosas, botes e cavalos

Na Boa Vista, celebram-se as festas religiosas do São João (24 de Junho) e Santo António (13 de Junho), com procissões e missas. Mas a mais importante é a Festa de Santa Isabel (4 de Julho), a padroeira da cidade de Sal Rei, que conta também com actividades culturais e desportivas.

Noel Fortes destaca a Regata de Botes como uma das tradições mais bonitas dessa festa: “Os botes saem da praia de Diante, vão até à ponta depois do ilhéu e regressam”. Além disso, recorda as tradicionais corridas de cavalos. “Antigamente, havia muitos cavalos na Boa Vista e havia pessoas que cuidavam dos cavalos para estarem em condições fortes para fazerem

a corrida da Festa de Santa Isabel”, lembra.

## Entre rabecadas e serenatas

A música é uma das componentes mais marcantes da cultura boa-vistense, não fosse ela considerada o berço da morna e onde foi criado o primeiro Festival de Mornas em Cabo Verde, realizado anualmente desde 2002. É considerada uma terra de grandes compositores e tocadores de instrumentos como o violão, o cavaquinho e o violino.

Noel Fortes, que também é violinista, recorda os tradicionais bailes de “rabecadas”, por altura das festas religiosas, “com grandes tocadores de violino”. As “rabecadas” duravam toda a noite e havia uma peculiaridade. “No final, depois de comer uma canja de capado ou um café com

cusuz, o grupo que estava a tocar ia levar cada dama na sua casa, sempre a tocar”, descreve.

Quando não havia bailes, as pessoas sentavam-se à porta de casa, à noite, para tocar e cantar e, nas noites de luar, realizavam-se serenatas. “Tínhamos uma lista e íamos de casa em casa a cantar mornas. Quando houvesse um rapaz que tinha uma namorada, as mornas eram dedicadas a essa moça”, lembra Noel Fortes. Havia ainda serenatas especiais em casa dos familiares de pessoas que emigravam, na partida e no regresso. “Íamos dar os parabéns à família”, explica o boa-vistense, recordando que “antigamente, havia muito convívio na área musical”.

Outro elemento peculiar é o “landum”, dança de origem brasileira. “Dançava-se só nas noites de casamento, à meia-noite. A noiva ficava no centro da sala de baile, a rodar o vestido, dançando com pessoas da família”, conta Fortes.

As lendas também fazem parte da memória colectiva da ilha. “Nós íamos para o curral às quatro da madrugada. Havia uma planta comprida, que se chamava chorateira. Nas noites de luar, se a vissemos a mexer, dizíamos que era um espírito mau que estava a dançar”, relembra, sugerindo a leitura da obra de Germano Almeida, *A Ilha Fantástica*, que tem muitas histórias que fazem parte do imaginário na época.

Por tudo isso, a ilha da Boa Vista é mais do que um destino turístico, é um lugar de tradições profundas, onde os patrimónios natural e imaterial caminham lado a lado, e devem ser preservados.



© MALTESE ROBINSON / SHUTTERSTOCK

**GARANTIA**  
SEGUROS

TAXA MÍNIMA GARANTIDA 2025  
**2,75%**

**GARANTA UM FUTURO SEM PREOCUPAÇÕES**

A plena serenidade sente-se quando o amanhã dos que mais ama está protegido. Com o **PPR/E** da Garantia Seguros garanta uma **rentabilidade mínima de 2,75%** e a certeza de um reforço financeiro para a sua reforma ou um apoio para a educação dos seus filhos. Porque uma vida tranquila começa com soluções de poupança que nos trazem paz de espírito.

**Contacte-nos e saiba mais sobre este produto.**

Em 2024, a taxa efetiva anual foi de 4.04% em resultado da taxa mínima garantida de 2.50% e acrescida da taxa de participação nos resultados de 1.54%.

**GARANTIA PPR/E**

garantia.cv    

Esta informação não dispensa a consulta da informação pré-contratual e contratual legalmente exigida.

Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. - Matricula N.º 13 - Sede: Chã de Areia, C.P. 138 - Praia, Cabo Verde • NIF: 200110322 • Capital Social: 400.000.000 CVE • www.garantia.cv  
Telefone: (238) 260 86 00

 **FIDELIDADE SEGUROS**  
DESDE 1808

# Classificados



## ANÚNCIO DE CONCURSO

1. A Agência Nacional de Água e Saneamento (ANAS) faz saber que se encontra aberto um concurso para a contratação de um Engenheiro Civil, ramo hidráulica, para integrar a Unidade de Gestão do Projeto de Desenvolvimento do Sistema de Abastecimento de Água na Ilha de Santiago (PDSAAIS), em regime de prestação de serviço.
2. Informações mais detalhadas são fornecidas nos Termos de Referência (TdR) que poderão ser obtidos através dos seguintes endereços:  
**Correio Eletrónico:** [anas@anas.gov.cv](mailto:anas@anas.gov.cv) / [concurso.anas@gmail.com](mailto:concurso.anas@gmail.com)  
**Facebook:** Agência Nacional de Água e Saneamento  
Telefones: 2614214/333 88 38
3. As candidaturas deverão ser entregues, o mais tardar, até às **17:00 horas** do dia **22 de julho de 2025**, pelos seguintes endereços:
  - **Em suporte eletrónico: através do email:**  
[concurso.anas@gmail.com](mailto:concurso.anas@gmail.com)
  - **Em suporte papel através do seguinte endereço:**  
**AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUA E SANEAMENTO(ANAS)**  
Tira Chapéu- C.P.Nº 567  
Cidade da Praia



Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas de Boa Vista e Maio, SA

## ANÚNCIO

### Exposição pública da alteração do Plano de Ordenamento Detalhado (POD) POD.CHS.01.A01 “TUI MAGIC LIFE”

A Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas de Boa Vista e Maio, SA (SDTIBM) informa que, em conformidade com o Artigo 19º da Lei nº 35/IX/2018, de 6 de Julho (que altera a Lei nº 75/VII/2010, de 23 de agosto, que estabelece o regime jurídico das Zonas Turísticas Especiais - ZTE), a proposta de alteração do Plano de Ordenamento Detalhado - POD.CHS.01.A01 “TUI MAGIC LIFE” - ZDTI de Chave – ilha da Boa Vista (Portaria nº 33/2018, BO nº 63, I Série, de 11 de outubro) está disponível para consulta pública.

Assim, convidamos o público em geral a apresentar observações e sugestões sobre as soluções propostas. O POD pode ser consultado nas instalações da SDTIBM, durante o horário normal de expediente, de [data de início] de julho a [data de fim] de julho de 2025.

Sal-Rei, xx de julho de 2025

O PCA da SDTIBM

/Miguel Silva Rosa/



Ministério da Agricultura  
e Ambiente  
Direção Nacional do Ambiente

## ANÚNCIO

### “A POUTADA”

#### ILHA DE SÃO VICENTE

A Direção Nacional do Ambiente torna público que no âmbito do Decreto – Lei 27/2020, de 19 de março, que estabelece o regime jurídico de Avaliação de Estudos de Impactes Ambientais dos projetos públicos ou privados suscetíveis de produzirem efeitos no ambiente, no seu artigo 15º - participação pública, encontra-se à disposição do público em geral o Estudo de Impacte Ambiental do projeto denominado “**A POUTADA**” do proponente **A POUTADA – CV, LDA** para conhecimento, consulta e comentários dos interessados. O referido Estudo encontra-se dentro das horas normais de expediente, de 26 de junho a 28 de julho nos seguintes locais:

- [www.maa.gov.cv](http://www.maa.gov.cv);
- Página de Facebook do Ministério da Agricultura e Ambiente;
- Direção Nacional do Ambiente – Localizado em Chã de Areia;
- Câmara Municipal De São Vicente;
- Delegação do Ministério da Agricultura e Ambiente São Vicente.

Obs: Os comentários, questões ou outros contributos escritos poderão ser entregues pessoalmente na Direção Nacional do Ambiente/Delegações ou enviados para o contato eletrónico: [rosiana.semEDO@maa.gov.cv](mailto:rosiana.semEDO@maa.gov.cv) com conhecimento de [Celestino.Barbosa@maa.gov.cv](mailto:Celestino.Barbosa@maa.gov.cv)

A Diretora Nacional do Ambiente

/ Ethel Fernandes Rodrigues /

Cidade da Praia, 03 de julho de 2025



Ministério da Agricultura  
e Ambiente  
Direção Nacional do Ambiente

## ANÚNCIO

### “FÁBRICA DE PRODUÇÃO DE PLÁSTICO - ALUCITY”

#### ILHA DE SANTIAGO

A Direção Nacional do Ambiente torna público que no âmbito do Decreto – Lei 27/2020, de 19 de março, que estabelece o regime jurídico de Avaliação de Estudos de Impactes Ambientais dos projetos públicos ou privados suscetíveis de produzirem efeitos no ambiente, no seu artigo 15º - participação pública, encontra-se à disposição do público em geral o Estudo de Impacte Ambiental do projeto denominado “**FÁBRICA DE PRODUÇÃO DE PLÁSTICO - ALUCITY**” do proponente **ALUCITY, ALUMÍNIO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA** para conhecimento, consulta e comentários dos interessados. O referido Estudo encontra-se dentro das horas normais de expediente, de 02 de julho a 31 de julho nos seguintes locais:

- [www.maa.gov.cv](http://www.maa.gov.cv);
- Página de Facebook do Ministério da Agricultura e Ambiente;
- Direção Nacional do Ambiente – Localizado em Chã de Areia;
- Câmara Municipal De São Domingos;
- Delegação do Ministério da Agricultura e Ambiente Santiago Sul.

Obs: Os comentários, questões ou outros contributos escritos poderão ser entregues pessoalmente na Direção Nacional do Ambiente/Delegações ou enviados para o contato eletrónico: [rosiana.semEDO@maa.gov.cv](mailto:rosiana.semEDO@maa.gov.cv) com conhecimento de [Celestino.Barbosa@maa.gov.cv](mailto:Celestino.Barbosa@maa.gov.cv)

A Diretora Nacional do Ambiente

/ Ethel Fernandes Rodrigues /

Cidade da Praia, 08 de julho de 2025



**Food and Agriculture Organization  
of the United Nations**

Programme Assistant

Job Posting

: 26/Jun/2025

Closure Date

: 17/Jul/2025, 8:59:00 PM

Organizational Unit: FRCVI

Job Type

: Non-staff opportunities

Type of Requisition: PSA (Personal Services Agreement)

Grade Level: N/A

Primary Location

: Cabo Verde-Praia

Duration: 6 months with possibility of extension

Post Number: N/A

- **IMPORTANT NOTICE: Please note that Closure Date and Time displayed above are based on date and time settings of your personal device**
- FAO seeks gender, geographical and linguistic diversity in its staff and international consultants in order to best serve FAO Members in all regions.
- 
- FAO is committed to achieving workforce diversity in terms of gender, nationality, background and culture
- Qualified female applicants, qualified nationals of non-and under-represented Members and person with disabilities are encouraged to apply
- Everyone who works for FAO is required to adhere to the highest standards of integrity and professional conduct, and to uphold FAO's values
- FAO, as a Specialized Agency of the United Nations, has a zero-tolerance policy for conduct that is incompatible with its status, objectives and mandate, including sexual exploitation and abuse, sexual harassment, abuse of authority and discrimination□□
- All selected candidates will undergo rigorous reference and background checks
- All applications will be treated with the strictest confidentiality
- FAO staff are subject to the authority of the Director-General, who may assign them to any of the activities or offices of the Organization.
- Organizational Setting
- The FAO has been in existence since its founding in 1945, making it one of the oldest specialized agencies of the United Nations. FAO Indonesia serves as a vital force in the nation's agricultural development, committed to sustainability and food security. From more than 45 years operations, The FAO in Cabo verde focuses on enhancing agricultural productivity and food security through sustainable farming practices and improved access to resources. The institution collaborates with government agencies and local communities to promote resilience to natural disasters and climate change in the agriculture sector. Additionally, the FAO supports policies and capacity-building initiatives aimed at achieving long-term sustainable development and poverty reduction in Cabo Verde.
- Reporting Lines
- The Programme Assistant will work under the overall managerial administrative leadership and direct supervision of the Assistant FAO Representative (Programme) and FAO Representative, Programme Assistant.
- Technical Focus
- The Programme Assistant plays a key role in diverse agriculture and blue economy projects, from concept development to implementation oversight. The tasks include monitoring progress,

maintaining documentation. The role extends to integrating key aspects like gender equality, youth involvement, and private partnerships into project proposals.

- Tasks and responsibilities
- Assist in developing and preparing the draft of concept notes of agriculture-related projects to be reviewed by the direct supervisor.
  - Ensure timely and effective support implementation of ongoing projects.
  - Monitor project progress, identify challenges, and propose solutions to ensure project goals are met.
  - Maintain project documentation and records, including budgets, work plans, and progress reports.
  - Conduct field visits to project sites to monitor activities, assess impact, and identify areas for improvement.
  - Prepare monitoring reports highlighting key findings, achievements, and recommendations for project improvement.
  - Serve as the primary point of contact for consultants
  - Coordinate with consultants to ensure deliverables are met according to project timelines and quality standards.
  - Support communication between consultants, project teams, and relevant stakeholders to ensure smooth project implementation.
  - Assist in the development of project proposals, including conducting background research, drafting project concepts, and preparing budgets.
  - Act as focal point for several key aspects such as gender, youth, human rights, and private partnership.
  - Perform any other related tasks as per requested.

**CANDIDATES WILL BE ASSESSED AGAINST THE FOLLOWING**

<b>Minimum</b>	<b>Requirements</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Advanced university degree in Agriculture or relevant field</li> <li>• At least 5 years of professional experience in project management, preferably in the field of agriculture or rural development, or any other field related to the work of the Organization.</li> <li>• Working knowledge(C1) of English, French or Spanish</li> <li>• Knowledge of Portuguese language, Creole would be considered as a strong asset</li> <li>• National of Cabo Verde.</li> </ul>	

**FAO Core Competencies**

<ul style="list-style-type: none"> <li>•</li> <li>•</li> <li>•</li> <li>•</li> <li>• Knowledge Sharing and Continuous Improvement</li> </ul>	Results Focus Teamwork Communication Building Effective Relationships
--	---

**Technical/Functional Skills**

- Excellent verbal and writing skills.
- Work experience in more than one location or area of work is desirable.
- Extent and relevant of experience in implementation of technical assistance projects, preferably in the areas of work of the Organization.
- Extent and relevant in providing technical reports.

**Selection Criteria**

- Prior experience to work with UNAgencies entities will be advantage.
- In-depth knowledge of project management principles, including planning, monitoring, and evaluation especially in agriculture-related projects.
- Strong experience writing, developing, and presen-



ting technical content for external audiences.

- Excellent communication and interpersonal skills, with the ability to interact effectively with diverse stakeholders.
- Able to work independently.

Please note that all candidates should adhere to FAO Values of Commitment to FAO, Respect for All and Integrity and Transparency.

#### ADDITIONAL INFORMATION

- FAO does not charge a fee at any stage of the recruitment process (application, interview meeting, processing).
- Incomplete applications will not be considered. If you need help or have queries, please contact: [Careers@fao.org](mailto:Careers@fao.org)
- Applications received after the closing date will not be accepted.
- Only language proficiency certificates from UN accredited external providers and/or FAO language official examinations (LPE, ILE, LRT) will be accepted as proof of the level of knowledge of languages indicated in the online applications.
- For other issues, visit the FAO employment website: <http://www.fao.org/employment/home/en/>
- Appointment will be subject to certification that the candidate is medically fit for appointment, accreditation, any residency or visa requirements, and security clearances.

#### HOW TO APPLY

- To apply, visit the recruitment website at [Jobs at FAO](#) and complete your online profile. We strongly recommend that your profile is accurate, complete and includes your employment records, academic qualifications, and language skills
- Candidates are requested to attach a letter of motivation to the online profile
- Once your profile is completed, please apply, and submit your application
- Candidates may be requested to provide performance assessments and authorization to conduct verification checks of past and present work, character, education, military and police records to ascertain any and all information which may be pertinent to the employment qualifications
- Incomplete applications will not be considered
- Personal information provided on your application may be shared within FAO and with other companies acting on FAO's behalf to provide employment support services such as pre-screening of applications, assessment tests, background checks and other related services. You will be asked to provide your consent before submitting your application. You may withdraw consent at any time, by withdrawing your application, in such case FAO will no longer be able to consider your application
- Only applications received through the FAO recruitment portal will be considered
- Your application will be screened based on the information provided in your online profile
- We encourage applicants to submit the application well before the deadline date.

If you need help or have queries, please create a one-time registration with FAO's client support team for further assistance: <https://fao.service-now.com/csp>

- **FAO IS A NON-SMOKING ENVIRONMENT**



## ANÚNCIO

O Escritório Comum do PNUD, UNFPA e UNICEF em Cabo Verde leva ao conhecimento do público que tem aberto um concurso para o preenchimento da seguinte vaga:

“Programme Analyst – Social Behavior Change (SBC)/Risk Communication Analyst”

**link:** [https://estm.fao.org/oraclecloud.com/hcmUI/CandidateExperience/en/sites/CX\\_1/job/27601](https://estm.fao.org/oraclecloud.com/hcmUI/CandidateExperience/en/sites/CX_1/job/27601)

Os “Termos de Referência” podem ser acessados no site indicado acima. As candidaturas deverão ser **submetidas online** no mesmo site.

Data provável do recrutamento: **01 Outubro 2025**

Duração do contrato: **9 meses**

Tipo de contrato: **NPSA – National Personnel Services Agreement**

Data limite de envio das candidaturas: **17 de Julho, 23H59 (GMT)**

**O TIPO DE CONTRATO É DESTINADO AO RECRUTAMENTO DE PESSOAL LOCAL NACIONAL (NACIONALIDADE CABO-VERDIANA).**

**O tipo de contrato é destinado ao recrutamento de pessoal local nacional (cidadãos de nacionalidade cabo-verdiana).**

O escritório tem uma política de tolerância zero em relação à exploração sexual e à má conduta, ao assédio sexual e ao abuso de autoridade. Todos os candidatos selecionados serão, por conseguinte, submetidos a um rigoroso controlo de referências e de antecedentes e deverão respeitar estas normas e princípios. Um empregador inclusivo e com igualdade de oportunidades que não discrimina com base na raça, sexo, identidade de género, religião, nacionalidade, origem étnica, orientação sexual, deficiência, gravidez, idade, língua, origem social ou outro estatuto. **Todos/as são fortemente encorajados/as a candidatar-se.**

**Serão apenas consideradas candidaturas enviadas online (as candidaturas em papel ou por email NÃO SERÃO ACEITES).**

**Todas as candidaturas são plenamente avaliadas reservando-se o direito de serem contactadas apenas as candidaturas pré-seleccionadas para agendar uma entrevista.**

**O não fornecimento da informação solicitada, ou se a informação é insuficiente para verificar a elegibilidade, pode resultar na desqualificação para este cargo.**

As Nações Unidas não cobram qualquer taxa de candidatura, processamento, formação, entrevista, teste ou outra taxa relacionada com o processo de candidatura ou recrutamento. Se receber um pedido de pagamento de uma taxa, ignore-o. Além disso, note-se que os emblemas, logótipos, nomes e endereços são facilmente copiados e reproduzidos. Por conseguinte, aconselha-se especial cuidado ao enviar informações pessoais através da Internet.

**Este espaço é para o seu  
pequeno anúncio!**



**Banco de Cabo Verde**  
DPAACP - Área de Contratação  
Pública e Apoio Geral

## Anúncio Público

### Concurso público nacional e internacional nº 07/2025, por lotes, para subscrição de software e aquisição de licenças, e prestação de serviço de suporte e manutenção, para o Banco de Cabo Verde.

1. **Entidade adjudicante:** Banco de Cabo Verde, BCV, com sede na Avenida OUA, n.º 2, C.P n.º 7954-094, Achada de Santo António, cidade da Praia, Santiago - Cabo Verde, telefone (+238) 260 70 00.
2. **Órgão competente para a decisão de contratar e órgão competente para autorizar a despesa:** Conselho de Administração do Banco de Cabo Verde, ao abrigo da alínea a) do nº1 do Art.º 4º da NAP 05/2016.
3. **Entidade responsável pela condução do procedimento:** Departamento de Património, Segurança e Administração, Área de Contratação Pública e Apoio Geral, Unidade de Estrutura a quem compete as aquisições no BCV, telefones (+238) 260 70 21, (+238) 260 73 22, e (+238) 260 73 72 e (+238) 260 71 00 e-mail: [contratacaopublicabcv@bcv.cv](mailto:contratacaopublicabcv@bcv.cv)
4. **Objeto do concurso:** Contratação de empresa para o fornecimento de subscrição de software e aquisição de licenças, e prestação de serviços de manutenção e suporte, em conformidade com as especificações anexas ao caderno de encargos, repartido da seguinte forma: **Lote 1** – Prestação de Serviço de Segurança - Subscrição de software de rating de cibersegurança - *Security Rating Service* – CYBERSECURITY; **Lote 2** – Fornecimento de licenças de *softwares* de Segurança de Rede - PAM (*Privileged Access Management*); e **Lote 3** – Fornecimento de licenças de *softwares* PAM - *Password Safe*.
5. **Local de execução do contrato:** Na sede do Banco de Cabo Verde, BCV, indicada no ponto 1 do presente anúncio.
6. **Prazo de execução do contrato:** 1 (um) ano, com a possibilidade de prorrogar até o limite de 3 (três) anos, a contar do período de vigência inicial, em caso de avaliação positiva dos serviços prestados.
7. **Obtenção dos documentos do concurso:** Os documentos relativos ao presente concurso devem ser solicitados através do endereço eletrónico: [contratacaopublicabcv@bcv.cv](mailto:contratacaopublicabcv@bcv.cv) devendo referir no **assunto** o descritivo: **Solicitação documentos concurso 07/2025**
8. **Requisitos obrigatórios para a apresentação de propostas:** Podem ser admitidas pessoas coletivas, nacionais, internacionais, que detenham capacidade para a execução do contrato a adjudicar e que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 70.º do Código da Contratação Pública; **Sob pena de exclusão das propostas**, apenas podem concorrer pessoas coletivas com capacidade financeira (Possuir solidez financeira, boa capacidade para prestação de serviços) e capacidade técnica, devendo ter para o **Lote 1**: i. Experiência, de no mínimo 3 (três) anos, comprovada, no fornecimento de soluções de *Security Rating*; ii. Experiência, de no mínimo 3 (três) anos, comprovada, no suporte técnico de serviços de *Security Rating*; e iii. Experiência, de no mínimo 3 (três) anos, comprovada, em segurança informática. Para os **Lotes 2 e 3** devem ter: i. experiência, de no mínimo 3 (três) anos, comprovada, no fornecimento de licenças de *softwares* da *BeyondTrust*; ii. Experiência, de no mínimo 3 (três) anos, comprovada, no suporte técnico de licenças de *softwares* da *BeyondTrust*; e iii. Com experiência, de no mínimo 3 (três) anos, comprovada, em segurança informática.
9. **Não são admitidas:** Propostas por pessoas singulares; Propostas variantes.
10. **Modo de apresentação das propostas:** Em envelope fechado e lacrado, entregue diretamente na sede da entidade adjudicante ou remetido por correio registado para a morada da entidade adjudicante; ou ainda, por correio eletrónico com anexos encriptados, ou mediante a disponibilização de um *link* (para que o *download* seja efetuado no momento da receção), desde que seja remetido dentro do prazo, devendo os documentos disponibilizados estar encriptados, e remetidos para o endereço: [contratacaopublicabcv@bcv.cv](mailto:contratacaopublicabcv@bcv.cv) devendo a chave de descriptação ser entregue no ato público de abertura das propostas, respeitando as indicações definidas no programa de concurso.
11. **Língua:** As propostas, bem como os documentos que as acompanham, devem ser apresentadas em língua portuguesa.
12. **Data de apresentação de propostas:** Os interessados devem entregar as propostas até ao dia **7 de agosto de 2025**, entre as 08h00 (oito horas) e as 16h30 (dezassex horas e trinta minutos).
13. **Prazo de manutenção das propostas:** Os concorrentes ficam vinculados à manutenção das propostas pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
14. **Critério de adjudicação:** O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa. A ponderação é de: **Para o Lote 1:** 70% para o fator qualidade técnica, e 30% para o fator preço. **Para os Lotes 2 e 3:** 30% para o fator qualidade técnica, e 70% para o fator preço.
15. **Ato público de abertura das propostas:** O ato público de abertura das propostas tem lugar na sede do Banco de Cabo Verde, no dia **8 de agosto de 2025, às 10 horas**, podendo os concorrentes participar presencialmente ou via videoconferência, e intervir todos os concorrentes e representantes dos concorrentes devidamente credenciados para o efeito.
16. **Cauções e garantias:** i) Caução para garantia do cumprimento das obrigações legais e contratuais assumidas perante a entidade adjudicante; ii) Caso a proposta adjudicada prever adiantamentos de preço, deve ser prestada caução de valor igual ao dos adiantamentos prestados, desde que não exceda 30% do valor total do contrato.
17. **Identificação do autor do anúncio:** Departamento de Património, Segurança e Administração, Área de Contratação Pública e Apoio Geral do Banco de Cabo Verde.
18. **Lei aplicável ao procedimento:** Código da Contratação Pública, aprovado pela Lei nº 88/VIII/2015, de 14 de abril de 2015, alterado pela Lei nº 69/IX/2019, de 31 de dezembro.

**Data do envio do anúncio**

Praia, 08 de julho de 2025.



**Banco de Cabo Verde**  
DPAACP - Área de Contratação  
Pública e Apoio Geral

## Anúncio Público

### Procedimento de concurso público nacional e internacional, por lotes nº 08/2025, para fornecimento de um sistema de alerta sonora, um sistema de tradução e um kit áudio-guias, incluindo serviços de assistência técnica e manutenção para o Banco de Cabo Verde.

**1. Entidade adjudicante:** Banco de Cabo Verde, BCV, com sede na Avenida OUA, n.º 2, C.P n.º 7954-094, Achada de Santo António, Cidade da Praia, Santiago - Cabo Verde, telefone (+238) 260 70 00.

**2. Órgão competente para a decisão de contratar e órgão competente para autorizar a despesa:** Conselho de Administração do Banco de Cabo Verde, através da deliberação CA 026/03/2025, de 31/01/2025, que aprova o Plano Anual de Aquisições do BCV.

**3. Entidade responsável pela condução do procedimento:** Departamento de Património, Segurança e Administração, Área de Contratação Pública e Apoio Geral, Unidade de Estrutura a quem compete as aquisições no BCV, telefones (+238) 260 73 72, (+238) 260 73 22 e (+238) 260 71 00, e-mail: [contratacaopublicabcv@bcv.cv](mailto:contratacaopublicabcv@bcv.cv)

**4. Objeto do concurso:** fornecimento de um sistema de alerta sonora, um sistema de tradução e um kit áudio-guias, incluindo serviços de assistência técnica e manutenção para o Banco de Cabo Verde, conforme requisitos técnicos anexos ao caderno de encargos, repartido da seguinte forma: **Lote 1** – Fornecimento de um Sistema de Alerta Sonora; **Lote 2** – Fornecimento de um Sistema de Tradução Portátil, e **Lote 3** - Fornecimento de um kit áudio-guias completo para o Museu. A visita será realizada no dia **17 de julho de 2025, pelas 14:30mm**. Os interessados em participar da visita deverão enviar a manifestação de interesse para o e-mail [contratacaopublicabcv@bcv.cv](mailto:contratacaopublicabcv@bcv.cv).

**5. Local de execução do contrato:** Banco de Cabo Verde, BCV, com sede na Avenida OUA, n.º 2, C.P n.º 7954-094, Achada de Santo António, Cidade da Praia, Santiago - Cabo Verde.

**6. Prazo de execução do contrato:** O contrato subjacente ao presente procedimento vigorará pelo período proposto na proposta adjudicada.

**7. Obtenção dos documentos do concurso:** Os documentos relativos ao presente concurso devem ser solicitados através do endereço eletrónico: [contratacaopublicabcv@bcv.cv](mailto:contratacaopublicabcv@bcv.cv) devendo referir no assunto o descritivo: **Solicitação documentos concurso público 08/2025**

**8. Requisitos obrigatórios para a apresentação de propostas (técnica e financeira):** Podem ser admitidas pessoas coletivas, nacionais, e internacionais, que detenham capacidade para a execução do contrato a adjudicar e que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 70.º do Código da Contratação Pública. **Sob pena de exclusão das propostas**, apenas podem concorrer pessoas coletivas com: **Lote 1 e 2 a)** Licenciamento comercial para comercialização dos equipamentos/bens em Cabo Verde, certificado emitido por autoridades competentes; **b)** Experiência comprovada, mínimo 3 anos, no fornecimento e instalação de bens semelhantes; **c)** Experiência na prestação de serviço de assistência técnica pós-venda e manutenção de bens semelhantes; **Lote 3 a)** Licenciamento comercial para comercialização dos equipamentos áudio-guias em Cabo Verde, certificado emitido por autoridades competentes; **b)** detentor de licença de comercialização de softwares áudio-guias (objeto do presente concurso) emitido por uma entidade competente (owner, representantes oficiais, parceiros); **c)** Experiência comprovada,

mínimo 3 anos, no fornecimento bens e serviços semelhantes; **d)** Experiência comprovada na produção e inserção de conteúdos áudio, objeto do presente procedimento; **e)** Experiência na prestação de serviço de assistência técnica pós-venda de bens e serviços semelhantes.

**9. Não são admitidas:** No presente procedimento não é admitida a apresentação de propostas variantes.

**10. Modo de apresentação das propostas:** Em envelope fechado e lacrado, entregue diretamente na sede da entidade adjudicante ou remetido por correio registado para a morada da entidade adjudicante; ou ainda, por correio eletrónico, com anexos encriptados ou mediante a disponibilização de um link (para que o download seja efetuado no momento da receção), desde que seja remetido dentro do prazo, devendo os documentos disponibilizados estar encriptados, e remetidos para o endereço: [contratacaopublicabcv@bcv.cv](mailto:contratacaopublicabcv@bcv.cv) devendo a chave de descriptação ser entregue no ato público de abertura das propostas, respeitando as indicações definidas no programa de concurso.

**11. Língua:** As propostas (técnica e financeira), bem como os documentos que as acompanham, devem ser apresentadas em língua portuguesa.

**12. Data de apresentação de propostas:** Os interessados devem entregar as propostas até ao dia **11 de agosto de 2025**, entre as 08h00 (oito horas) e as 16h30 (dezassex horas e trinta minutos).

**13. Prazo de manutenção das propostas:** Os concorrentes ficam vinculados à manutenção das propostas pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

**14. Critério de adjudicação:** O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa. A ponderação é de: **para os Lotes (1 e 2):** 60% para o fator qualidade técnica e 40% para preço; para lote 3: 40% para o fator qualidade técnica e 60% para preço.

**15. Ato público de abertura das propostas:** O ato público de abertura das propostas tem lugar na sede do Banco de Cabo Verde, no dia **12 de agosto de 2025, às 10 horas**, podendo os concorrentes participar presencialmente ou via videoconferência, e intervir todos os concorrentes e representantes dos concorrentes devidamente credenciados para o efeito.

**16. Cauções e garantias:** i) Caução para garantia do cumprimento das obrigações legais e contratuais assumidas perante e entidade adjudicante; ii) Caso a proposta adjudicada prever adiantamentos de preço, deve ser prestada caução de valor igual ao dos adiantamentos prestados, desde que não exceda 30% do valor total do contrato.

**17. Identificação do autor do anúncio:** Departamento de Património, Segurança e Administração, Área de Contratação Pública e Apoio Geral do Banco de Cabo Verde.

**18. Lei aplicável ao procedimento:** Código da Contratação Pública, aprovado pela Lei nº 88/VIII/2015, de 14 de abril de 2015.

**Data do envio do anúncio**

Praia, 09 de julho de 2025.



**Ministério da Agricultura  
e Ambiente**

PROGRAMA DE PROMOÇÃO DE OPORTUNIDADES  
SOCIOECONÓMICAS RURAIS

Achada São Filipe – Edifícios DGASP-UCP/Poser – Ministério da Agricultura – Praia, C.P. 236  
Tel.238-264-00-24 / 8650 - 356-46-57; Fax:238/261-35-58

## (Anúncio) SOLICITAÇÃO PARA MANIFESTAÇÕES DE INTERESSE (Consultor individual)

### CABO VERDE PROGRAMA DE OPORTUNIDADES SOCIOECONOMI- CAS RURAIS (POSER)

**Título da missão:** Contratação serviço de consultoria de um Especialista Ambiental para apoiar o POSER na implementação do PESEC.

**Número de referência:** CPV-1604-0104-CS-ICS

**Data:** 10-07-2025

1. O Governo de Cabo Verde recebeu um Financiamento do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) para cobrir o custo de Programa de Oportunidades Socioeconómicas Rurais e planeia utilizá-lo parcialmente para adicionar serviços de consultoria. A utilização dos fundos do FIDA está sujeita à aprovação do FIDA, nos termos e condições estabelecidos no acordo de financiamento e de acordo com as regras, políticas e procedimentos do FIDA. O FIDA e os seus agentes, representantes e funcionários serão isentos de toda a responsabilidade no que respeita a quaisquer ações legais, procedimentos, reclamações, exigências, perdas e obrigações de qualquer tipo e natureza que qualquer parte possa invocar em relação ao POSER.

2. O Serviço de Consultoria (“o Serviço”), consiste na contratação de um consultor individual, **Especialista Ambiental para apoiar a Unidade de Coordenação do Programa (POSER) na implementação dos Procedimentos de Avaliação Social Ambiental e Climático “PESEC” (Procédures d’évaluation Sociale, Environnementale et Climatique)** nas Ilhas e Regiões de intervenção do POSER, nomeadamente, Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Maio, Santiago Sul e Santiago Norte, em conformidade com o termo de referência e as datas previstas para a execução. O Especialista ambiental enquanto responsável principal irá elaborar o Plano de Gestão Ambiental, Social e Climático do Programa, com suporte técnico de um especialista social.

3. Os critérios de pré-seleção são os seguintes:

- Formação académica;
- Experiência Profissional;
- Competências e conhecimentos técnicos.

4. Informações detalhadas são fornecidas nos termos de referência que deverão ser solicitados através dos endereços eletrónicos abaixo indicados das 08:30 às 16:30, ou ainda, através do site: [www.opportunidades.gov.cv](http://www.opportunidades.gov.cv)

5. O POSER (“o Cliente”) convida os candidatos elegíveis e qualificados a apresentarem as suas manifestações de interesse enviando **uma carta de manifestações de interesse devidamente assinada, Curriculum Vitae atualizado com a descrição de atribuição semelhantes, experiência e referência de contactos em funções semelhantes e documentos comprovativos de titularidade dos requisitos e/ou critérios exigidos no termo de referência.**

6. Chamamos a atenção dos consultores interessados para a Política do FIDA sobre o Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo<sup>1</sup> e sobre a Política Revisada do FIDA sobre a Prevenção da Fraude e da Corrupção nas suas Atividades e Opera-

<sup>1</sup> Esta política está definida no documento disponível no seguinte endereço: <https://www.ifad.org/fr/document-detail/asset/41942012>

ções<sup>2</sup>. Este último estabelece as disposições adotadas pelo FIDA relativas a práticas reprováveis. O FIDA esforça-se também por garantir que as suas atividades e operações são realizadas num ambiente de trabalho saudável, livre de qualquer assédio, incluindo assédio sexual, e de qualquer exploração ou abuso sexual, conforme especificado na sua Política de Prevenção e Resposta ao Assédio Sexual e à Exploração e Abuso Sexual<sup>3</sup>. Ao submeter este documento, certifica que leu e compreendeu a Política de Privacidade e concorda em obedecer à mesma<sup>4</sup>.

7. O contrato resultante do presente concurso será executado de acordo com os Procedimentos de Avaliação Social, Ambiental e Climática do FIDA (PESEC), consultáveis no endereço abaixo: <https://www.ifad.org/en/social-environment-assessment-procedures>

8. Os consultores serão selecionados de acordo com o método ICS (Individual Consultant Selection) explicado no Guia Prático de Aquisições disponível no site do FIDA no seguinte endereço: <https://www.ifad.org/fr/project-procurement>

9. O POSER reserva-se ao direito de não selecionar nenhum candidato, caso não sejam satisfeitos as condições requeridas.

10. Qualquer pedido de esclarecimento relativo ao presente anúncio à manifestação de interesse deverá ser feito por escrito e enviado nos endereços de correio eletrónicos abaixo das 08:30 às 16:30 (hora local) do dia 17 de julho de 2025 o mais tardar. O POSER responderá a todos os pedidos de esclarecimento até o dia 21 de julho de 2025.

11. As manifestações de interesse devem ser apresentadas em português e entregues por escrito dentro do prazo, com a menção **“Contratação Serviço de Consultoria de um Especialista Ambiental para apoiar o POSER na implementação do PESEC \_ Ref: CPV-1604-0104-CS-ICS”**, nos endereços abaixo indicados (pessoalmente ou por correio eletrónico), até o mais tardar o dia 24 de julho de 2025.

### PROGRAMA DE OPORTUNIDADES SOCIOECONOMI- CAS RURAIS | MINISTÉRIO DE AGRICULTURA E DO AM- BIENTE.

À atenção de: Jaime de Pina – Coordenador do POSER  
Achada São Filipe – Edifícios DGASP-UCP/POSER – Ministério da Agricultura –  
Praia, C.P. 236  
Tel.238-264-00-24 / 8650 - 356-46-57;  
Fax:238/261-35-58  
E-mail: [concursos.poser@ucp.gov.cv](mailto:concursos.poser@ucp.gov.cv)  
CC.: [lucilene.monteiro@ucp.gov.cv](mailto:lucilene.monteiro@ucp.gov.cv); [Jailson.o.bentub@ucp.gov.cv](mailto:Jailson.o.bentub@ucp.gov.cv);  
[jaime.pina@ucp.gov.cv](mailto:jaime.pina@ucp.gov.cv);

<sup>2</sup> Esta política está definida no documento disponível no seguinte endereço: <https://www.ifad.org/fr/document-detail/asset/40189695>.

<sup>3</sup> Esta política está definida no documento disponível no seguinte endereço: <https://www.ifad.org/fr/document-detail/asset/40738506>

<sup>4</sup> Esta política está definida no documento disponível no seguinte endereço: <https://ifad.org/fr/privacy>.



**Ministério da Agricultura  
e Ambiente**

PROGRAMA DE PROMOÇÃO DE OPORTUNIDADES  
SOCIOECONÓMICAS RURAIS

Achada São Filipe – Edifícios DGASP-UCP/Poser – Ministério da Agricultura – Praia, C.P. 236  
Tel.238-264-00-24 / 8650 - 356-46-57; Fax:238/261-35-58

## (Anúncio) SOLICITAÇÃO PARA MANIFESTAÇÕES DE INTERESSE (Consultor Individual)

### **CABO VERDE PROGRAMA DE OPORTUNIDADES SOCIOECONOMI- CAS RURAIS (POSER)**

**Título da missão:** Contratação serviço de consultoria de um Especialista Social para apoiar o POSER na implementação do PESEC.  
**Número de referência:** CPV-1604-0156-CS-ICS

**Data:** 10-07-2025

1. O Governo de Cabo Verde recebeu um Financiamento do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) para cobrir o custo de Programa de Oportunidades Socioeconómicas Rurais e planeia utilizá-lo parcialmente para adicionar serviços de consultoria. A utilização dos fundos do FIDA está sujeita à aprovação do FIDA, nos termos e condições estabelecidos no acordo de financiamento e de acordo com as regras, políticas e procedimentos do FIDA. O FIDA e os seus agentes, representantes e funcionários serão isentos de toda a responsabilidade no que respeita a quaisquer ações legais, procedimentos, reclamações, exigências, perdas e obrigações de qualquer tipo e natureza que qualquer parte possa invocar em relação ao POSER.

2. O Serviço de Consultoria (“o Serviço”), consiste na contratação de um consultor individual, **Especialista Social para apoiar a Unidade de Coordenação do Programa (POSER) na implementação dos Procedimentos de Avaliação Social Ambiental e Climático “PESEC”** (Procédures d’évaluation Sociale, Environnementale et Climatique) nas Ilhas e Regiões de intervenção do POSER, nomeadamente, Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Maio, Santiago Sul e Santiago Norte, em conformidade com o termo de referência e as datas previstas para a execução. O Especialista Social, dará o suporte técnico ao especialista Ambiental, (o responsável principal) na elaboração do Plano de Gestão Ambiental, Social e Climático do Programa.

3. Os critérios de pré-seleção são os seguintes:

- Formação académica;
- Experiência Profissional;
- Competências e conhecimentos técnicos.

4. Informações detalhadas são fornecidas nos termos de referência que deverão ser solicitados através dos endereços eletrónicos abaixo indicados das 08:30 às 16:30, ou ainda, através do site: [www.opportunidades.gov.cv](http://www.opportunidades.gov.cv)

5. O POSER (“o Cliente”) convida os candidatos elegíveis e qualificados a apresentarem as suas manifestações de interesse enviando **uma carta de manifestações de interesse devidamente assinada, Curriculum Vitae atualizado com a descrição de atribuição semelhantes, experiência e referência de contactos em funções semelhantes e documentos comprovativos de titularidade dos requisitos e/ou critérios exigidos no termo de referência.**

6. Chamamos a atenção dos consultores interessados para a Política do FIDA sobre o Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo<sup>1</sup> e sobre a Política Revisada do FIDA sobre a Prevenção da Fraude e da Corrupção nas suas Atividades e Opera-

ções<sup>2</sup>. Este último estabelece as disposições adotadas pelo FIDA relativas a práticas reprováveis. O FIDA esforça-se também por garantir que as suas atividades e operações são realizadas num ambiente de trabalho saudável, livre de qualquer assédio, incluindo assédio sexual, e de qualquer exploração ou abuso sexual, conforme especificado na sua Política de Prevenção e Resposta ao Assédio Sexual e à Exploração e Abuso Sexual.<sup>3</sup> Ao submeter este documento, certifica que leu e compreendeu a Política de Privacidade e concorda em obedecer à mesma.<sup>4</sup>

7. O contrato resultante do presente concurso será executado de acordo com os Procedimentos de Avaliação Social, Ambiental e Climática do FIDA (PESEC), consultáveis no endereço abaixo: <https://www.ifad.org/en/social-environment-assessment-procedures>

8. Os consultores serão selecionados de acordo com o método ICS (Individual Consultant Selection) explicado no Guia Prático de Aquisições disponível no site do FIDA no seguinte endereço: <https://www.ifad.org/fr/project-procurement>.

9. O POSER reserva-se ao direito de não selecionar nenhum candidato, caso não sejam satisfeitos as condições requeridas.

10. Qualquer pedido de esclarecimento relativo ao presente anúncio à manifestação de interesse deverá ser feito por escrito e enviado nos endereços de correio eletrónicos abaixo das 08:30 às 16:30 (hora local) do dia 17 de julho de 2025 o mais tardar. O POSER responderá a todos os pedidos de esclarecimento até o dia 21 de julho de 2025.

11. As manifestações de interesse devem ser apresentadas em português e entregues por escrito dentro do prazo, com a menção **“Contratação Serviço de Consultoria de um Especialista Social para apoiar o POSER na implementação do PESEC \_ Ref: CPV-1604-0156-CS-ICS”**, nos endereços abaixo indicados (pessoalmente ou por correio eletrónico), até o mais tardar o dia 24 de julho de 2025.

### **PROGRAMA DE OPORTUNIDADES SOCIOECONOMI- CAS RURAIS | MINISTÉRIO DE AGRICULTURA E DO AM- BIENTE.**

À atenção de: Jaime de Pina – Coordenador do POSER  
Achada São Filipe – Edifícios DGASP-UCP/POSER – Ministério da Agricultura –

Praia, C.P. 236

Tel.238-264-00-24 / 8650 - 356-46-57;

Fax:238/261-35-58

E-mail: [concursos.poser@ucp.gov.cv](mailto:concursos.poser@ucp.gov.cv)

CC.: [lucilene.monteiro@ucp.gov.cv](mailto:lucilene.monteiro@ucp.gov.cv); [Jailson.o.bentub@ucp.gov.cv](mailto:Jailson.o.bentub@ucp.gov.cv); [jaime.pina@ucp.gov.cv](mailto:jaime.pina@ucp.gov.cv);

<sup>1</sup> Esta política está definida no documento disponível no seguinte endereço: <https://www.ifad.org/fr/document-detail/asset/41942012>

<sup>2</sup> Esta política está definida no documento disponível no seguinte endereço: <https://www.ifad.org/fr/document-detail/asset/40189695>.

<sup>3</sup> Esta política está definida no documento disponível no seguinte endereço: <https://www.ifad.org/fr/document-detail/asset/40738506>

<sup>4</sup> Esta política está definida no documento disponível no seguinte endereço: <https://ifad.org/fr/privacy>.



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO VICENTE  
1º JUÍZO CÍVEL  
= ANÚNCIO JUDICIAL =

Processo: Ação Declarativa Comum Ordinária nr. 36/2025.

Autor: MARIA HELENA ANDRADE PIRES.

Réus: DORA ORIANA GOMES PIRES, VLADEMIRO ALÍPIO GOMES PIRES, LILIANA CRISTINA GOMES PIRES ALMEIDA e esposo FERNANDO MÁRIO BARROSO DE ALMEIDA e LÍDIA SILVA GOMES ROCHETEAU PIRES.

-0-

O Dr. Nidianino Romerito Santana de Brito, Juiz de Direito, colocado no 1º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de São Vicente, **faz saber** que no processo e Juízo acima referidos, são citados os réus **VLADEMIRO ALÍPIO GOMES PIRES**, natural de São Vicente, **LILIANA CRISTINA GOMES PIRES ALMEIDA**, natural de São Vicente e esposo **FERNANDO MÁRIO BARROSO DE ALMEIDA**, natural de Vila Nova de Gaia - Portugal, todos residentes em parte incerta de Portugal, para no prazo de **VINTE DIAS**, finda a dilação de **TRINTA DIAS**, contados da data da segunda e última publicação deste anúncio, contestarem, querendo, os supra citados autos, **cujo pedido consiste em que seja declarada a nulidade do negócio jurídico de compra e venda datado de 06.11.1991, celebrado entre Vlademiro Lenine Rocheteau Pires e os réus Dora Oriana Gomes Pires e Vlademiro Alípio Gomes Pires, por incidir sobre bem imóvel (terraço do segundo andar), sem observância da forma legal exigida - escritura pública, nos termos dos artigos 1508º, 875º e 219º do Código Civil; caso assim não se entenda, que seja, subsidiariamente, declarada a anulabilidade do mesmo negócio, por se tratar de transmissão onerosa entre ascendentes e descendentes, efectuada sem consentimento da autora, igualmente descendente e herdeira legitimária, nos termos do art. 877º, nº 2 do Código Civil; que seja declarada a nulidade dos negócios jurídicos instrumentados na escritura pública de 23.10.2014, nomeadamente os alegados contratos de doação e de compra e venda de direitos de superfície sobre o rés do chão e o primeiro andar do prédio urbano sito em Chã de Cemitério, a luz do disposto no artº. 280º, nº 1 do Código Civil; que seja reconhecida, a título subsidiário, a anulabilidade desses mesmos negócios jurídicos, por configurarem, igualmente, transmissões patrimoniais entre ascendente e descendentes, realizadas sem o consentimento da autora, em violação do disposto no artº. 877º, nº 2 do Código Civil; que sejam ordenados o cancelamento dos registos correspondentes as frações B, D e E, actualmente inscritos a favor dos réus, bem como de todos os actos e inscrições deles derivados, com as competentes averbações; que, em consequência da procedência dos pedidos anteriores, sejam os réus condenados a restituírem ao acervo hereditário indiviso, aberta por óbito de Vlademiro Lenine Rocheteau Pires – do qual a autora é herdeira legitimária - as frações autónomas identificadas pelas letras B, D e E, por se encontrarem ilegitimamente subtraídas da universalidade da herança;** com as advertências de que é obrigatória a constituição de advogado; que deverão no prazo de **Cinco Dias**, a contar da apresentação da contestação, efetuarem o pagamento do preparo inicial no valor de **13.000\$00** e, não o fazendo no prazo legal, serão notificados para o fazerem acrescido de taxa de justiça igual ao dobro da sua importância, e que a falta deste pagamento implica a instauração de execução para a sua cobrança coerciva.

**Faz saber**, ainda, de que os réus gozam da faculdade de requererem a delegação da OACV, desta cidade, sita à rua Senador Vera Cruz, o benefício da assistência judiciária, no prazo de dois dias úteis, a contar da citação e, caso contestarem, deverão solicitar na secretaria deste Juízo o Documento Único de Cobrança (DUC), para pagamento do preparo inicial referido supra, via rede vintí4 ou depósito bancário e, se assim o fizerem, têm o prazo de dois dias para entregar ou remeter a secretaria o referido DUC, sob pena de execução.

Mindelo, 05 de junho de 2025.

O Juiz de Direito,  
/ Nidianino Romerito Santana de Brito  
A Ajudante de Escrivão,  
/ Soraia Cristina Fortes da Graça



Ministério  
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



**EXTRATO**

**FATIMA ANDRADE MONTEIRO, Certifico**, para efeitos de **Segunda** publicação, nos termos no disposto no numero 3 do artigo 100 do código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, publicado do BO nº 50/I Série, que no dia dez do mês de Junho do ano de dois mil e vinte e cinco, no Cartório Notarial de Primeira classe do Sal, foi lavrado no livro de notas para escrituras diversas número 281 de folhas 40 a 41, uma Escritura de **JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL**, onde se declara que, **ADÉLIO BASILIO TAVARES MONIZ LOPES**, casado sob o regime de comunhão de bens adquiridos com Maria Alcina Teixeira Lopes Gomes, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça Ilha de Santiago, residente em França, NIF 150291230; **b) CARLOS ALBERTO TAVARES MONIZ**, casado sob o regime de comunhão de bens adquiridos com Orquídea do Livramento da Cruz Silva Moniz, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça - Ilha de Santiago, residente na Cidade dos Espargos - Ilha do Sal, NIF 120898268; **c) EUNICE LOIDE TAVARES MONIZ SPINOLA**, casada sob o regime de comunhão de bens adquiridos com José Manuel Barbosa Spínola, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça - Ilha de Santiago, residente em Fazenda, Cidade da Praia Ilha de Santiago, NIF 118755773, **d) LUIS CARLOS TAVARES NEVES**, casado sob o regime de comunhão de bens adquiridos com Dulce Neia Baessa Gonçalves Neves, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça - Ilha de Santiago, residente em Agua de Gato, São Domingos - Ilha de Santiago, NIF 112156584, representados pela Dra Vania Cunha, Advogada, NIF 105368920, titular da cédula Profissional numero 199/08, neste acto herdeiros de Maria Gracinda Tavares Moniz, habilitada neste Cartório no dia 15.07.2016, a folhas 02/03 do Livro de Notas para escrituras diversas no 185, declararam quem, com exclusão de outrem, que donos e legítimos possuidores de um Prédio Urbano, coberto de colmo, composto de dois andares e pavimento cimentado, com uma área levantada de 164.3m2, situado na Zona de Preguiça - Cidade dos Espargos, Ilha do Sal, com o Numero de Identificação Predial (NIP) 6400029660000 (cadastro diferido), em nome de Herdeiros de Maria Gracinda Tavares Moniz.

Que o referido prédio urbano, lhes veio a posse por herança da mãe Maria Gracinda Tavares Moniz, que por sua vez o adquiriu por compra feito na Sra. **Maria da Cruz Soares**, pelo valor de 70.000\$00 (setenta mil escudos), no ano de 1976, sem que, no entanto, ficasse a dispor de qualquer título formal, mas desde logo entrou na posse e fruição do referido Prédio, posse que a justificante possui há mais ou menos **49 anos**, e sempre foi exercida pela falecida acima referida e agora por eles justificantes sem a menor oposição, de quem quer que seja, desde o seu início, posse que a falecida sempre exerceu a vista de todos e sem interrupção, usufruindo todas as utilidades do prédio, de forma pacífica, contínua e publica.

Que, assim adquiriram o referido Prédio Urbano por usucapião, não tendo, todavia, dado o modo de aquisição documentos que lhe permite fazer a prova do direito de propriedade, pelo que vem justificar o direito de propriedade para efeitos de primeiro da inscrição.

Mais se informa que, nos termos do nº 2 do artigo 101.º do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, interpor recurso hierárquico ou impugnação judicial da ora referida escritura de justificação notarial, no prazo de 45 dias a contar da segunda publicação do extrato no jornal.

Cartório Notarial de Primeira Classe do Sal, aos 17 dias do mês de Junho do ano de 2025.

Art.º 20º, 4.2: .....1.000\$00.

Selo.....200\$00.

Importa o presente extrato em: 1.200\$00(mil e duzentos escudos).

Conta nº 967239/2025.

DGRNI, Cartório Notarial de 1ª Classe do Sal, Moro Cural Espargos - Sal, CP \*, Cabo Verde, Telefone +(238) 241 37 26, +(238) 241 37 25/ VOIP (333) 4102, (333) 4104, Email: CartorioSal@gov.cv



REPÚBLICA DE CABO VERDE  
Tribunal da Relação de Sotavento  
- ANÚNCIO - 2.ª Publicação-

**Autos:** Ação Especial de Revisão e Confirmação da Sentença Estrangeira n.º 21/2025. **Requerente:** Eunice de Jesus Monteiro Pereira.

**Requerido:** Ailton de Jesus de Brito Dias, maior, divorciado, filho de José António Dias

Furtado e de Maria Odete de Brito Martins, natural da freguesia de São Salvador do Mundo, residente em França, sendo a última residência conhecida no país, na Cidade de Assomada, na localidade de Achada Lém, na zona de "Lém Pereira", na casa de Maria Alice Dias Pereira.

000000

A **Dr.ª Rosa Carlota Martins Branco Vicente**, Juiz Desembargadora do Tribunal da Relação de Sotavento.

Faz saber que, no processo e no Tribunal acima indicado, correm éditos contados da segunda e última publicação do anúncio, citando requerida **AILTON DE JESUS DE BRITO DIAS** residentes em parte incerta em França, para no prazo de 10 (dez) dias, que começa a correr depois de finda a dilação de **30 (trinta) dias**, querendo, deduzir a sua oposição ao presente pedido de Revisão e Confirmação de Sentença Estrangeira, (Divórcio Decretado pelo Tribunal Judicial do Meaux), pelos factos e fundamentos

constantes na P.I., depositada nesta Secretaria para levantamento nas horas normais do expediente.

Mais ainda fica advertido o requerido de que é obrigatória a constituição de Advogado nesta ação, que no caso de se oporem, deverão pagar o preparo inicial, no prazo de cinco dias a contar da data da apresentação da oposição na Secretaria, no montante de **13.000\$00**, sob pena do seu pagamento, acrescido de uma taxa de sanção igual ao dobro da sua importância (**26.000\$00**), nos termos das conjugações dos artigos 5º, 55º, al. b), 61º, al d) e 66º do CCJ, com advertência de que a falta deste pagamento (**39.000\$00**), implica a imediata instauração de execução especial para sua cobrança coerciva, nos termos do CCJ, e que, querendo, poderão requerer o benefício da Assistência Judiciária.

Para constar se passou o presente e mais um de igual teor, que será legalmente publicado. Cidade de Assomada, aos onze dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco.

A Juíza-Desembargadora,

*Rosa Vicente*  
/Dr.ª Rosa Carlota Martins Branco Vicente/

A Ajudante de Escrivão,

*Maria Moreno*  
/Maria Moreno/



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTA CRUZ  
JUÍZO CÍVEL  
ANÚNCIO  
(2.ª Publicação)

Pelo Cartório do Juízo Cível do Tribunal da Comarca de Santa Cruz, correm termos uns autos de **Ação Ordinária, nr.61/22-23**, intentada pelo autor, **Jeremy José Lima Rosa**, filho de Anastácio Lima Rosa e de Maria José Varela Dias, natural da freguesia e Concelho de Santa Catarina, residente em Achada- Além, contra os réus, **David Jorge Gonçalves o "Txibali"** maior, trabalhador, com última residência conhecida em Canelo, atualmente ausente em parte incerta de Portugal e **Veiga Car, Ld"**, com sede na Avenida de Liberdade- Cidade de Assomada, é o réu, **David Jorge Gonçalves**, citado, para no prazo de **20 (vinte) dias**, contados depois de decorridos os 30 (trinta) dias da data da segunda publicação deste anúncio, contestar, querendo, o processo supra, que o autor supra identificado, lhes move neste Juízo, pelos fundamentos constantes da petição inicial, cujo pedido consiste no seguinte: "**Seja a ação considerada por provada e o réu condenado a indemnizar o autor a quantia de 1.840.679\$00 (um milhão, oitocentos e quarenta mil e seiscientos e setenta e nove escudos), resultante dos danos provocados na viatura de autor, acrescida de juros de mora à taxa legal e ainda seja condenado nas custas processuais e procuradoria condigna**".

O duplicado da petição inicial e documentos apresentados se encontram depositados neste Cartório para ser entregues ao réu, caso assim o solicitar, ficando advertido de que

caso não conteste a ação significa que confessa como sendo verdadeiros os factos afirmados pelo autor.

Faz-se saber ao réu, ainda, que caso apresentar o seu requerimento de contestação é obrigatório constituir advogado, deverá no prazo de 05 (cinco) dias efetuar o preparo inicial, sob da sua cobrança, acrescido de taxa de justiça igual ao dobro do montante nos termos do artº 66º do Código de Custas Judiciais e que em caso de insuficiência económica poderá requerer a assistência judiciária ao tribunal, mediante a formulação em requerimento autónomo, entregue juntamente com a contestação/oposição; ou ainda requerer a assistência judiciária à Ordem de advogados de Cabo Verde (OACV), telefone n.ºs 2619755/56 e fax 11º2629754, respetivamente ou à uma delegação da OACV mais próximo, solicitando a designação de um advogado, no prazo máximo de DOIS DIAS, a contar da citação. Em ambos os casos deverá juntar ao pedido de assistência judiciária os elementos comprovativos da insuficiência económica (cf.artº 5º e 6º do Dec. Regulamentar nº 10/04, de 08 de novembro)

Cartório do Juízo Cível do Tribunal da Comarca de Santa Cruz, 28 de fevereiro de 2025.



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA PRAIA  
3º JUÍZO CÍVEL  
Campus de justiça, Palmarejo -Praia  
C.P. nº 99 - Tel.: 2619700 - 3336434 e Fax: 2613880

ANÚNCIO Nº 33/2025

\*\*\*

**Pelo Cartório** do Terceiro Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca da Praia, correm termos os autos de **Reclamação de Crédito** registados sob o número **25/2024**, movida pela autora **Pergula - Construção, Restauração e Obras Publicas Lda.**, contra a ré **devedora Sambala Investimentos, Sociedade Unipessoal, SA**, com sede nesta Cidade na Estrada da Prainha, representada pelo seu Administrador Único, Sr. Jonathan Daniel Cristian Grepne, atualmente ausente em parte incerta, é **esta CITADA**, para, no prazo de vinte (**20) dias**, que se contará depois de finda a dilação de **30 (trinta) dias**, contados da segunda e última publicação do anúncio, querendo, **CONTESTAR**, os autos acima referidos cujos pedidos da autora supra identificada são: 1) que seja a ré condenada a pagar a quantia de 62.519.357\$00 (sessenta e dois milhões, quinhentos e dezanove mil, trezentos e cinquenta e sete escudos), de capital, acrescido dos juros de mora vencidos no montante de 26.529.047\$00 (vinte e seis milhões, quinhentos e vinte e nove mil e quarenta e sete escudos), e juros vincendos até o integral pagamento; 2) que seja a ré condenada no pagamento das custas, procuradoria, bem como nas custas de parte, com advertência de que a falta de contestação importa a confissão dos factos articulados pela autora (art.º207º, 207º

A, 208º nº 1, 221º nºs1 e 2, 214º nºs1 e 2, do CPC - 444º nº 1,445º, a contrario, do CPC).

Faz saber ainda a ré que e obrigatória a constituição de advogado nestes autos, atento ao valor da causa indicada, que, caso apresentar contestação, deverá efetuar o pagamento do preparo inicial, no prazo de **05 (cinco) dias**, a contar da sua entrega nesta secretaria, sob pena da cobrança desse preparo acrescida de taxa de justiça igual ao dobro da sua importância, nos termos do nº1 do artº 66º do Código das Custas Judiciais, e que poderá requerer o benefício de assistência judiciária.

O duplicado da petição inicial e os respetivos documentos encontram-se a sua disposição na Secretaria deste Juízo, podendo ser levantados em qualquer dia e hora normais do expediente.

Para constar, se lavrou este anúncio, que será entregue a autora, na pessoa do mandatário constituído, para efeito de proceder a sua publicação.

Secretaria do Terceiro Juízo Cível do tribunal Judicial da Comarca da Praia, aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco.

*Rafaela Martins Paiva*  
A Ajudante de Escrivão,  
*Domingos Sanchez*



República de Cabo Verde  
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO VICENTE  
Juízo de Família, Menores e do Trabalho  
Caixa Postal nº 63 telefone nº 333 34 40

= ANÚNCIO JUDICIAL =

**Proc.:** Acção de Regulação do Exercício do Poder Paternal nº 83/2024-25.

**Requerente:** CURADOR DE MENORES NESTA COMARCA, em representação do menor **Ethan Júnior Spencer dos Santos**, nascido a 15/02/2021, filho de Elmer da Cruz dos Santos e de Suzimara Gertrudes Spencer, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Luz, Concelho de São Vicente, residente em São Vicente.

**Requeridos:** ELMER DA CRUZ DOS SANTOS e SUZIMARA GERTRUDES SPENCER.

-0-

**FAZ SABER** que no processo e Juízo acima indicados, é citado a Requerida **SUZIMARA GERTRUDES SPENCER**, maior, solteira, desempregada, filha de João Pedro Spencer e de Felismina da Cruz Gertrudes, natural da Freguesia de Santo André, Concelho do Porto Novo, residente em parte incerta, para no prazo de **DEZ DIAS**, que começa a correr depois de finda a dilação de **TRINTA DIAS**, contados da data da segunda e última publicação deste anúncio, contestar, querendo os referidos autos, **cujo pedido consiste em que seja atribuída a guarda do menor ao pai; fixar-se alimentos para o menor, determinar o direito de visitas em função da conveniência do menor e dos pais**", com a advertência de que caso contestar deverá

oferecer logo os meios de prova e requerer quaisquer diligências necessárias; de que não é obrigatório a constituição de advogado, salvo na fase de recurso (cfr. Artigo 68.º do Decreto n.º 17/83, de 2 de Abril).

**FAZ SABER AINDA** que goza da faculdade de requerer o benefício de assistência judiciária à Ordem dos Advogados de Cabo Verde (O.A.C.V.), com sede na Cidade da Praia, Rua Serpa Pinto, nº 9, 3º andar, Plateau, telefone nº (238)2619764/2619756 e Fax (238)2619754 - caixa postal nº782, ou à sua Delegação de Barlavento, sito na Cidade do Mindelo, Rua Senador Vera-Cruz, nº39, 1º andar, telefone nº (238)2312810 e fax nº (238)2322772, email: delegacaooa-cvsv@cvtelecom.cv, no prazo máximo de dois dias úteis, a contar da citação.

Para constar se passou o presente anúncio que será legalmente publicado.

Mindelo, 18 de Junho de 2025.  
A Juiz de Direito,

*Daylen Livramento*  
/Daylen Livramento/

O Ajudante de Escrivão,  
*Arie Coelho*  
/Arie Coelho/



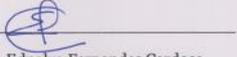
### CONVOCATÓRIA

Assembleia-Geral Ordinária

Nos termos do artigo 296.º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 9.º dos Estatutos da Empresa de Electricidade e Água (ELECTRA), SA, é convocada a Assembleia-Geral Extraordinária de acionistas para o dia 23 de julho de 2025 (quinta-feira), pelas 10h00, na sede da empresa, em Mindelo, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apresentação, discussão e deliberação sobre o Relatório de Gestão e Contas de 2024;
2. Apreciação e deliberação da proposta de afetação dos Resultados apurados em 2024;
3. Apreciação da administração e da fiscalização da Sociedade;
4. Apreciação e deliberação sobre a admissão à negociação na Bolsa de Valores de Cabo Verde, de emissão de uma nova série obrigacionista de uma Oferta Particular, roll-over da obrigação série E, no valor de 1.798.335 mCVE, nos termos e condições da Ficha Técnica, anexo à presente convocatória;
5. Alteração do Artigo 3o dos Estatutos, Objeto Social;
6. Diversos.

Cidade de Mindelo, 02 de julho de 2025  
A Presidente da Mesa da Assembleia-Geral



Dra. Ednalva Fernandes Cardoso



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA PRAIA  
1.º JUÍZO CÍVEL

### ANÚNCIO Nº 25 /2025-1.ª PUBLICAÇÃO

O Sr. Dr. FILOMENO ROCHA AFONSO, JUIZ DE DIREITO, DO PRIMEIRO JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA PRAIA;

\*

FAZ SABER, que pela Secretaria do Primeiro Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca da Praia, nos autos de **Ação Executiva Ordinária, (para pagamento da quantia certa) reg. sob o nº 31/2024**, em que é Exequente, GARANTIA, COMPANHIA DE SEGUROS DE CABO VERDE, SA, correm éditos de **30 (trinta) dias**, contados da segunda e última publicação do anúncio, **citando os Credores Desconhecidos** dos Executados, HYDROMETRYA, CONSTRUÇÃO, CONSULTORIA E FISCALIZAÇÃO, LD e NILTON CORREIA, para no prazo de **10 (dez) dias**, posterior aos dos éditos, (cfr. art.o 212º no 3, 226º e ss e 742º nº 2, 2º parte, 231º nº 2 al. d) CPC), **reclamarem o pagamento dos seus créditos, que gozem de garantia real**, respeitante ao seguinte móvel:

VERBA I

**Uma viatura de marca CHEVROLET, modelo EQUINOX LS, categoria LIGEIRO; Tipo- PASSAGEIROS; cor BRANCO, Ano de fabrico: 2015; Número de Chassis: 2GNFLEEK0J6157978; com NURA: ST20RB1105117032017; INC.702 AP.9/04-09-2018; O carro tem a chapa matrícula com as letras e números ST-20-RB;**

Para constar, se lavrou este anúncio, que será entregue á exequente, na pessoa dos mandatários constituídos, para efeito de 1.ª publicação; (nº 2 do art.º 747º, do novo Código do Processo Civil);

Secretaria do Primeiro Juízo Cível da Praia, aos 26 dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e cinco;

Juiz de Direito  
Filomeno Rocha Afonso



A Oficial de Justiça  
Ilyene Cabral

Campus de Justiça - Palmarejo - Praia, tel. 333 64 59/ 333 64 18/9580296  
Email: juizocivelcpria@gmail.com



### TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTA CRUZ

JUÍZO CÍVEL  
ANÚNCIO  
(1.ª Publicação)

Pelo Cartório do Juízo Cível do Tribunal da Comarca de Santa Cruz, correm termos uns autos de Ação Declarativa de Simples Apreciação Positiva com Processo Comum sob a forma Ordinária, reg. sob o **nr. 57/21-22**, movida pelo autor, **Gracelino Mendes Varela Monteiro**, mcp “Tchotchí de Talvina ou Tchotchí advogado”, maior, solteiro, natural da freguesia de Santiago Maior, Concelho de Santa Cruz, residente em Achada Fátima, contra os réus Ronilson Lopes Furtado, mcp “Bazezu, maior e Josiane Semedo, mcp “Ró de Kunka”, maior, ambos com última residência conhecida em Achada Fátima Pedra Badejo e **Interessados Incertos, representados pelo Ministério Público, estes últimos são citados** para no prazo de **20 (vinte) dias** contados depois de decorridos os **30 (trinta) dias**, da data da segunda publicação de anúncio, contestarem, querendo, o processo supra, que o autores supra identificados move neste Juízo, pelos fundamentos constantes da petição inicial, cujo pedido consiste no seguinte:

a) Ser o autor reconhecido, o direito de propriedade sobre o imóvel:

Uma parcela de prédio rural de sequeiro, em Ponta Alto- localidade de Santa Cruz, medindo 8.081.56 m2, confrontando com Estrada Pública que dá acesso ao Monte Rebelado, com localidade de Monte Rebelado e com terrenos de desconhecidos, adquirido por via de usucapião;

b) Serem os Réus condenados a reconhecerem o direito de propriedade do autor e absterem-se de praticar atos que perturbam o seu direito;

c) Serrem os Réus, Sr. Renildo e Sr.ª Roseane condenados a limpar o enchimento da sapata feita na parte ocupada por eles que integra a parcela em causa;

d) Ser ainda cancelado qualquer inscrição matricial e registo predial do referido terreno, caso exista a favor de qualquer pessoa;

e) Ordenar a inscrição matricial do terreno em causa a favor do autor, bem como o registo predial do mesmo

f) Serem ainda os réus condenados nas custas processuais, na procuradoria condigna, esta em valor nunca inferior a 10% do valor da causa e bem como demais encargos processuais.

O duplicado da petição inicial e documentos apresentados, se encontram depositados neste Cartório para lhes serem entregues, caso assim o solicitarem, ficando advertidos que caso não contestarem a ação consideram-se confessados os factos articulados pelo(s) autor (es).

Faz saber aos réus supra citados, ainda que caso apresentem os seus requerimentos de contestação é obrigatória a constituição de advogado, deverão, no prazo de **05 (cinco) dias**, efetuar o preparo inicial, sob pena da sua cobrança acrescido de de justiça igual ao dobro do montante nos termos do artº 66º do Código de Custas Judiciais e que em caso de insuficiência económica, poderão requerer o benefício de assistência judiciária, ao tribunal, mediante a formulação de em requerimento autónomo, entregue juntamente com a contestação/oposição, ou ainda requerer a assistência a Ordem de Advogados de Cabo Verde (OACV), telefone nºs 2619755/56 e fax 2619754, respetivamente ou a delegação da OACV mais próximo, solicitando a designação de um advogado, no prazo máximo de DOIS DIAS, a contar da citação. Em ambos os casos deverá juntar ao pedido de assistência judiciária os elementos comprovativos da insuficiência económica (cf. artº 5º e 6º do Dec. Regulamentar nº 10/04, de 08 de novembro).

Para constar-se passou o presente e mais dois de igual teor, que serão legalmente afixados.

Cartório do Juízo Cível do Tribunal da Comarca de Santa Cruz, 04 de abril de 2025.

A Juiz de Direito,  
Ruth Helena Barros Lima Santos



Secretária Judicial  
Edna Elizabeth Lopes Correia



Ministério  
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



Conservador/Notário por substituição, Emanuel Rocha Alves

## EXTRACTO

**CERTIFICO**, narrativamente, para efeito da **primeira** publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, nesta Conservatória e Cartório Notarial do Maio, sito na Cidade do Porto Inglês – Ilha do Maio, a meu rogo, no dia **dois** de **julho** de dois mil e **vinte e cinco**, e no Livro de notas para escrituras diversas nº **23-F**, de folhas **05-V** a **07-F**, foi exarada uma escritura de habilitação de herdeiros, por óbitos de **PEDRO VICENTE CORREIA SILVA**, **CRISTINA TAVARES SILVA**, **MÁRIO CORREIA SILVA**, **LÍDIA GONZAGA ROSA CORREIA SILVA**, e **JOSÉ PEDRO FERNANDES CORREIA** nos termos seguintes:

### PRIMEIRA HABILITAÇÃO

Que no dia **sete** de **junho** de **dois mil novecentos e setenta e oito**, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho do Maio, faleceu sem testamento ou disposição de última vontade, **PEDRO VICENTE CORREIA SILVA**, no estado de casado com Cristina Tavares Silva, no regime de comunhão geral de bens, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Luz, Maio, e com última residência habitual na Calheta, Ilha do Maio.

Que **lhe** tendo sucedido como únicos e universais herdeiros, seus filhos: **GENOVEVA CORREIA SILVA**, casada com José Francisco Silva, no regime de bens adquiridos, da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho do Maio, residente em Morro, ilha do Maio; **JOÃO BATISTA CORREIA SILVA**, casado com Domingas Mendes, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, Maio, residente em Calheta, ilha do Maio; **AGOSTINHO CORREIA SILVA**, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho do Maio, residente em Calheta, ilha do Maio; **JUSTA CORREIA SILVA ROCHA**, casada com Manuel João Rocha, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, maio, residente em Calheta, ilha do Maio e **MÁRIO CORREIA SILVA**, já falecido e que foi natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, Maio.

### SEGUNDA HABILITAÇÃO

Que no dia **vinte e sete** de **julho** de **dois mil e três**, faleceu sem testamento ou disposição de última vontade, **CRISTINA TAVARES SILVA**, no estado de viúva, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho do maio, e com última residência habitual na Calheta, ilha do Maio, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros, seus filhos: **GENOVEVA CORREIA SILVA**, **JOÃO BATISTA CORREIA SILVA**, **AGOSTINHO CORREIA SILVA**, **JUSTA CORREIA SILVA ROCHA** E **MÁRIO CORREIA SILVA**, já falecido.

### TERCEIRA HABILITAÇÃO

Que no dia **quatro** de **junho** de **dois mil e dois**, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho do Maio, faleceu sem testamento ou disposição de última vontade, **MÁRIO CORREIA SILVA**, no estado de casado com Merry Fernandes Benoliel, no regime de comunhão

geral bens, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho do Maio, e com última residência habitual na Calheta, ilha do Maio, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros, seus filhos, **CRISTINA BENDIEL CORREIA SILVA**, divorciada, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, Concelho do maio, residente nos Estados Unidos da América; **JOSÉ LUIS FERNANDES CORREIA SILVA**, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho do Maio, residente em Calheta, ilha do Maio; **DESY FERNANDES BENOLIEL CORREIA**, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho do Maio, residente na Cidade da Praia, **ADELINO CORREIA SILVA**, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho do Maio, residente em Portugal; **JOÃO LUIS CORREIA SILVA**, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho do Maio, residente em Holanda; **JOSE PEDRO FERNANDES CORREIA** e **LÍDIA GONZAGA ROSA CORREIA SILVA**, já falecidos e que foram naturais da freguesia de Nossa Senhora da Luz, Maio.

### QUARTA HABILITAÇÃO

Que no dia **vinte e um** de **junho** de **dois mil e vinte e três**, em Dakar, Senegal, faleceu sem testamento ou disposição de última vontade, **LÍDIA GONZAGA ROSA CORREIA SILVA**, no estado de casada com Hilario Dos Santos Silva, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho do Maio, e com última residência habitual em Dakar, tendo-lhe sucedida como única herdeira a filha, **MIREILLE GONZAGA SILVA**, solteira, maior, natural e residente em Senegal.

### QUINTA HABILITAÇÃO

Que no dia **dois** de **outubro** de **dois mil e vinte e quatro**, na freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, faleceu sem testamento ou disposição de última vontade, **JOSÉ PEDRO FERNANDES CORREIA**, no estado de solteiro, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho do Maio, e com última residência habitual ilha do Maio, não tendo deixado descendentes vivos e que **lhe** sucede como única herdeira a sua mãe **MERRY FERNANDES BENOLIEL**, viúva, natura da freguesia de Nossa Senhora da Luz, Maio, residente em Calheta, Ilha do Maio.

E, que não existem outras pessoas que, segundo a lei, possam concorrer à herança dos “de cujos”.

Podem os interessados, querendo, impugnar, judicialmente, a referida escritura, nos termos do nº 5 do Art.º 86-A e do art.º 87º, ambos do Código Notariado.

Esta Conforme.

Conservatória e Cartório Notarial do Maio, a dois dias do mês de julho de 2025.

Art.º 20º,4.2: -----1.000\$00.

Selo; -----200\$00.

Importa o presente extrato em: 1.200\$00 (mil e duzentos escudos).

Conta nº 202507264.

O Conservador/Notário por substituição  
Emanuel Rocha Alves  
/Emanuel Rocha Alves/  
MAIO

Ministério  
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**-EXTRATO-**

**CERTIFICO**, para efeito de **segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 100.º do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50 – 1ª Série, que no dia vinte e seis do mês de Junho do ano dois mil e vinte e cinco, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, perante mim, Lic. Manuel António Pina Rodrigues Rosa, Conservador/Notário em Acumulação, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número sessenta e oito, de folhas setenta e cinco a setenta e sete, a escritura de Justificação Notarial, na qual **MANUEL ROQUE SILVA JÚNIOR**, contribuinte fiscal número um, dois, sete, seis, oito, quatro, seis, quatro, seis, natural da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, e cônjuge **VERA LÚCIA MONTEIRO SILVA**, contribuinte fiscal número um, um, dois, quatro, quatro, zero, sete, zero, três, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, casados entre si, sob o regime da comunhão de adquiridos, ambos residentes em cidade de São Filipe, se declaram donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrem, do prédio urbano de dois pisos, correspondentes ao rés-do-chão com sala de estar, dois quartos, uma cozinha, wc e quintal, e o primeiro andar com sala de estar, três quartos, cozinha, wc e quintal, construído no terreno com a área de **cento e sessenta e um vírgula seis metros quadrados**, situado em Achada São Filipe, ilha do Fogo, confrontando do Norte com lote número 159, do Sul com lote número 161, do Este com lote número 154 e do Oeste com via pública, com valor matricial de nove milhões, duzentos e cinquenta mil escudos, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Nossa Senhora da Conceição sob o número **3260/0**, omissos nesta Conservatória/Cartório.

Que, o referido prédio foi construído de raiz por eles justificantes, com recursos próprios, num lote de terreno adquirido por compra à José de Barros Santos Pina pelo preço de sete mil escudos, celebrada por documento particular em meados do ano dois mil, cujo original se extraviou. Que, todavia, a natureza meramente particular do contrato, impossibilita-os de fazer a primeira inscrição do dito imóvel no registo predial, visto que não há título que comprove a correspondente transmissão.

Que, após a compra do terreno, eles justificantes entraram na posse do mesmo, iniciando imediatamente a construção do prédio urbano acima identificado, posse essa que dura há cerca de vinte e cinco anos, e sempre exercida pelos justificantes sem a menor oposição, de quem quer que seja, desde o seu início, à vista de todos e sem interrupção, usufruindo de todas as utilidades do prédio, de forma pacífica, contínua e pública, suportando todos os encargos daí decorrentes, pagando as respetivas contribuições e impostos, pelo que adquiriram o seu direito de propriedade por usucapião, o que invocam para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

**ESTÁ CONFORME.**

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, aos vinte e seis de Junho de dois mil e vinte e cinco.

Art. 20.º 4.2.....1.000\$00

Selo do acto.....200\$00

**Soma: .....1.200\$00**

Processo n.º 957565. Conta sob o n.º 202518195



DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de 2ª Classe de São Filipe, Avenida Amílcar Cabral - São Filipe - Fogo, CP 13, Cabo Verde, Telefone +(238) 281 11 54, +(238) 281 11 54/VOIP (333) 8101, Email: Conservatoria.CartorioFogo@gov.cv

Ministério  
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**EXTRATO**

**CERTIFICO**, para efeito de **segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50- 1ª Série, que no dia doze do mês de maio do ano dois mil e vinte e cinco, no Segundo Cartório Notarial de São Vicente, sito em Monte Sossego, perante mim, **Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva**, respetivo Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número sessenta e dois, de folhas setenta e seis à setenta e sete, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

No dia doze do mês de janeiro do ano dois mil e dezoito, no banco de urgência, freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, onde teve a sua última residência em Espia, faleceu **ANTÓNIO MANUEL DOS SANTOS**, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, concelho de Ribeira Grande, ilha de Santo Antão, no estado de casado com Antónia Leopoldina Monteiro Matias dos Santos, sob o regime da comunhão geral de bens.

O falecido não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiros legítimos, os seus filhos, a saber: **a) Edilene Joana Gonçalves dos Santos;**

**b) Marlene da Graça dos Santos;** estes naturais da freguesia de São Pedro Apóstolo, concelho de Ribeira Grande, ilha de Santo Antão; **c) Marcio António Matias dos Santos**, natural da Itália, de nacionalidade cabo-verdiana; **d) Marco António Matias dos Santos**, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente; todos solteiros, maiores, residentes em Fonte Inês.

Não existem outras pessoas, que segundo a lei, prefiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão à herança do referido **ANTÓNIO MANUEL DOS SANTOS**.

**ESTÁ CONFORME.**

Segundo Cartório Notarial de São Vicente, em Monte Sossego, aos treze de maio de dois mil e vinte e cinco.

Art. 20.º 4.2.....1.000\$00

Selo do acto.....200\$00

**Soma: .....1.200\$00**

Processo n.º 931114

Conta n.º 202577322

O Notário,  
*Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva*  
/Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva /

DGRNI, Segundo Cartório Notarial de São Vicente, Rua Abílio Duarte no 9º, Monte Sossego, São Vicente, CP \*, Cabo Verde, Telefone +(238) 231 31 00 / VOIP (333) 3108, (333) 3110, Email: SegundocartorioSV@gov.cv

Ministério  
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**NOTÁRIO P/S: Daniel Lopes Ferreira****EXTRATO**

Certifica narrativamente para efeitos de **segunda** publicação, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º-A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, lavrada no dia vinte e quatro de Junho de dois mil e vinte e cinco, de folhas 127F e 128F, no livro de notas para escrituras diversas número 01/B, deste Cartório, a cargo do Notário p/s, **Daniel Lopes Ferreira**, se encontra exarado uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **Gregória Vaz Mendes**, falecida em Ponta Gato, no dia dezois de Março de dois mil e vinte e cinco, no estado de viúva, natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, com sua última residência em Tarrafal, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus filhos:

**Dias Semedo**, solteira, n de Santo Amaro Abade, Tarrafal, residente em Ta

via **Vaz Dias Semedo**, sc natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Tarrafal, **Ana Vaz Dias Semedo**, solteira, maior, natural da Santo Amaro

**O NOTÁRIO P/S,***Daniel Lopes Ferreira*  
/ Daniel Lopes Ferreira /

Abade, concelho do Tarrafal, residente em França, **Pascoal Mendes Dias Semedo**, solteiro, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em França e **Gracinda Vaz Dias Semedo**, solteira, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Tarrafal.-

Não existem outras pessoas que segundo a lei possam concorrer à herança do **“de cujus”**.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Tarrafal de Santiago, aos trinta dias do mês de Junho do ano dois mil e vinte e cinco.

Custa.....1.000.00

Imp. de selo.....200.00

Total 1.200.00 (São mil e duzentos escudos)

Registada sob o n.º 960510/2025.

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Tarrafal de Santiago, Palácio da Justiça RC/-Cidade do Tarrafal - Santiago, CP\*, Cabo Verde, Telefone +(238) 266 11 24/VOIP (333) 6617, (333) 6627, Email: Conservatoria.CartorioTS@gov.cv

Ministério  
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



NOTÁRIO P/S: Daniel Lopes Ferreira

**EXTRATO**

Certifica narrativamente para efeitos de **segunda** publicação, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º-A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, lavrada no dia vinte e um de Maio de dois mil e vinte e cinco, de folhas 100F e 101V, no livro de notas para escrituras diversas número 01/B, deste Cartório, a cargo do Notário p/s, **Daniel Lopes Ferreira**, se encontra exarada uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **Anicete dos Santos Borges**, que também usa o nome de **Aniceto Borges dos Santos**, falecido em França, no dia onze de Outubro de dois mil e vinte e três, no estado de casado sob o regime de comunhão de adquiridos com **Maria Helena Lopes Tavares**, natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, com sua última residência em França, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus filhos: **Vera Lúcia Semedo Borges**, solteira, maior, natural de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Biscainhos, **Eveline de Jesus Lopes dos Santos**, solteira, maior, natural da freguesia de Santo Amaro

Abade, concelho do Tarrafal, residente em França, **Neusa Helena Lopes dos Santos**, solteira, maior, natural da Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em França, **Sonia da Conceição Lopes dos Santos**, solteira, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em França.

Não existem outras pessoas que segundo a lei possam concorrer à herança do “de cujus”.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Tarrafal de Santiago, aos vinte e um dias do mês de Maio do ano dois mil e vinte e cinco.

Custas..... 1.000.00

Imp. de selo.....200.00

Total..... 1.200.00 (São mil e duzentos escudos)

Registada sob o n.º 937928/2025.

O NOTÁRIO P/S,

/ Daniel Lopes Ferreira /

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Tarrafal de Santiago, Palácio da Justiça RC/ - Cidade do Tarrafal - Santiago, CP\*, Cabo Verde, Telefone +(238) 266 11 24/VOIP (333) 6617, (333) 6627, Email: Conservatoria.CartorioTS@gov.cv

Ministério  
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

Primeiro Cartório Notarial da Praia  
Notária: Joselene Safira do Souto Andrade Gomes**-EXTRATO-**

**CERTIFICO** narrativamente para efeitos da **Segunda** publicação, nos termos do artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de agosto, que no dia 01.07.2025, de folhas 23 a 24 do livro de notas para escrituras diversas número 353 deste Cartório Notarial, a meu cargo, foi exarada uma **Escritura de HABILITAÇÕES DE HERDEIROS por óbitos de António Carlos Pereira Monteiro e Beatriz da Moura Pereira**, nos termos seguintes:

**Primeira Habilitação**

1. Que que no dia **sete de setembro de dois mil e dez**, em Boa Entrada, freguesia e concelho de Santa Catarina de Santiago, faleceu **António Carlos Pereira Monteiro**, aos trinta anos de idade, no estado civil de solteiro, maior, natural que foi da freguesia e concelho de Santa Catarina de Santiago, filho de Mário Lopes Monteiro e de Beatriz da Moura Pereira, que teve a sua última residência habitual em Boa Entrada, Santa Catarina de Santiago.

2. Que o falecido não fez testamento, nem qualquer outra disposição de última vontade, e deixou como únicos herdeiros, os seus ascendentes, **Beatriz da Moura Pereira** e **Mário Pereira de Brito**, ambos já falecidos e ela identificada na segunda habilitação.

3. Que não existem outras pessoas que segundo a lei prefiram os mesmos herdeiros ou com eles possam concorrer a sucessão do falecido.

**Segunda Habilitação**

1. Que no dia **sete de junho de dois mil e vinte e três**, na freguesia e concelho de Loures, Portugal, faleceu **Beatriz da Moura Pereira**, aos sessenta e oito anos de idade, no estado civil de solteira, maior, natural que foi de Angolares, São Tomé e Príncipe, filha de Jovencio Pereira e de Maria de Moura, que teve a sua última residência habitual na rua 25 de outubro, nº 133A, 2º, Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto, Loures, Portugal.

2. Que a falecida não fez testamento, nem qualquer outra disposição de última vontade, e deixou como únicos herdeiros. os seus filhos:

a) **António Jorge Pereira Monteiro**, casado com Arcelinda da Costa Vieira Monteiro, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina de Santiago, residente em Suíça.

b) **Natalina de Jesus Pereira Correia**, solteira, maior, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina de Santiago, residente em França.

c) **Adilson de Jesus Pereira Correia**, divorciado, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina de Santiago, residente em Palha Sé, Praia.

d) **Solange Sofia Pereira Martins**, solteira, maior, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina de Santiago, residente em Portugal.

e) **António Carlos Pereira Monteiro**, pré falecido, identificado na primeira habilitação.

3. Que não existem outras pessoas que segundo a lei prefiram os mesmos herdeiros ou com eles possam concorrer à sucessão da falecida.

Os interessados, querendo, podem proceder a impugnação judicial da escritura em referencia, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo Decreto-lei n.º 9/2010, de 29 de março.

CONTA:961316/2025

Art. 20º 4.2.....1000\$00

Selo do Acto.....200\$00

Total.....1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos

Primeiro Cartório Notarial da Praia, Telefone-Fax-2617935-CP-184, Avenida da China, Encosta de Achada Santo António, Notaria, Lic.: Joselene Safira do Souto Andrade Gomes NIF- 353331112

www.govenodecabo Verde caboverde gov

A Notária,

/Joselene Safira do Souto Andrade Gomes/

Ministério  
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**-EXTRATO-**

Certifico narrativamente para efeito da primeira publicação nos termos do disposto no artigo 100.º do Código do Notariado, que, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, se encontra exarada uma escritura de Justificação Notarial no livro de notas para escrituras diversas n.º 82, de folhas 03 a 03 verso, outorgada no dia 19-06-2025, na qual **António Andreassi**, casado com, Maria Teresa Vezzoni, natural de Gavardo (BS) Itália, de nacionalidade Italiana, residente nesta cidade da Ponta do Sol, alega com exclusão de outrem, dono e legítimo possuidor de um trato de terreno, n.º 92, situado em Ponta do Sol, ilha de Santo Antão, medindo 80 m2, (oitenta metros quadrados), inscrito na matriz predial da freguesia de Nossa Senhora do Livramento, sob o n.º 1034/0, confrontando do Norte, Este e do Oeste com Ruas e de Sul, com lote n.º 91, com valor matricial de 170.000\$00 (cento e setenta mil escudos), descrito nesta Conservatória sob o numero 179/20160516, aí registado, a favor de Herminio da Cruz Monteiro, pela respetiva inscrição.

O Justificante alega que o referido tracto de terreno lhe veio a posse por compra ao senhor **Herminio da Cruz Monteiro**, por documento particular, e após a compra fez a inscrição na matriz camaria em seu nome próprio, e não tendo título aquisitivo válido para efeitos de primeira inscrição no registo predial vem invocar

o usucapião como forma de aquisição do Reatamento do trato sucessivo, uma vez que exerce uma posse em seu nome próprio, pública, pacífica, continua e sem oposição de quem quer que seja.

Que a posse foi adquirida e mantida, sem violência, sem oposição. sem interrupção e ostensivamente com conhecimento de toda agente, agindo sempre por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, com aproveitamento de todas as utilidades do prédio, usufruindo e suportando os respetivos encargos, pelo que, adquiriu o direito de propriedade por usucapião, o que invoca para efeitos de inscrição no registo predial.

Os potenciais interessados têm um prazo de quarenta e cinco dias a contar da primeira e senda publicação para eventual impugnação.

Está conforme

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Ribeira Grande, aos 02-07-2025.

Conta n.º 45262/2025

O Notário,  
António Alexs Martins

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2ª Classe de Ribeira Grande, Santo Antão, CP\*, Cabo Verde, Telefone

Ministério  
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**-EXTRATO-**

**CERTIFICADO** narrativamente para efeito de segunda publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de agosto, B.O. n.º 50- 1ª Série, que foi outorgada no dia 16-06-2025, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, no livro de notas para escrituras diversas n.º 82, de folhas 99 verso a 100, a escritura de Habilitação de Herdeiros, na qual foi declarado que, têm pleno conhecimento de que no dia catorze do mês de Junho do ano de dois mil e vinte e dois, faleceu na sua residência em 1 Allée du Château/ARS- Laquenexy (Moselle) - França, **António Nascimento dos Santos**, que era casado em primeiras núpcias com Filomena Joana dos Santos, filho de Joana Mariana dos Santos Pires, natural que foi da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho de Ribeira Grande, com última residência em França/Moselle/Talange, tendo deixado como únicos herdeiros legitimários os seus filhos: **Nataniel dos Santos**, casado com Ghislaine Ramos, natural e residente em França; **Jeannette dos Santos**, solteira, maior, natural e residente em França; **Elisette dos Santos**, solteira, maior, natural e residente em França; **Raquel**

**dos Santos**, solteira, maior, natural e residente em França; **Edgard Emanuel**, casado com Christiane Marcelle Woziwoda, natural e residente em França e **Anthony dos Santos**, pré-falecido em dezasseis de Agosto do ano de dois mil e dois, em Pont du Canal, rua do Metz em Talange (Moselle) – França.

Que o falecido não deixou testamento ou qualquer disposição de última vontade.

Que, não há quem com os indicados herdeiros possa concorrer a sucessão na herança do falecido.

Mais se informa que, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º -A e do artigo 87.º do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar a referida escritura de habilitação de herdeiros.

**ESTÁ CONFORME**

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande Santo Antão, aos 02-07-2025.

Reg. sob o n.º 951478/2025



DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2ª Classe de Ribeira Grande, Santo Antão, CP\*, Cabo Verde, Telefone

Ministério  
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**-EXTRATO-**

Certifico narrativamente para efeito da segunda publicação nos termos do disposto no artigo 100.º do Código do Notariado, que, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, se encontra exarada uma escritura de Justificação Notarial no livro de notas para escrituras diversas n.º 82, de folhas 02 a 02 verso, outorgada no dia 16-06-2025, na qual **Jorge Filipe Duarte**, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, concelho da Ribeira Grande, residente no Luxemburgo, declara com exclusão de outrem, dono e legítimo possuidor de um prédio urbano de 2.º andar, construído de pedra, argamassa e blocos de cimento, coberto de betão armado, sendo no rés-do-chão com um armazém, no 1.º andar com três quartos de dormir, duas casas de banho, uma cozinha e uma sala de visita e no 2.º andar com três quartos de dormir, duas casas de banho, uma cozinha/copa, uma sala de jantar e uma sala comum, situado em Penha de França - Cidade da Ribeira Grande, medindo 140 m2, inscrito na matriz predial da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, sob o n.º 3024/0, confrontando do Norte, com Borda; Sul, com Rua; Este e de Oeste com Herdeiros de Maria Antónia da Cruz;

O Justificante alega que o tracto de terreno onde foi edificado o prédio urbano lhe veio a posse por compra feita no dia 21 de Fevereiro de 1987, à senhora **Maria Antónia da Cruz**, por documento particular, e após a compra fez a inscrição na matriz camaria em seu nome próprio, e não tendo título aquisitivo válido para efeitos de primeira inscrição no registo predial, vem invocar a usucapião como forma de aquisição, para estabelecimento de trato sucessivo, uma vez que exerce uma posse em seu nome próprio, pública, pacífica, continua e sem oposição de quem quer que seja.

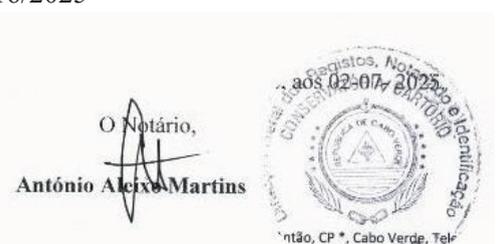
Que a posse foi adquirida e mantida sem violência, sem oposição, sem interrupção e ostensivamente com conhecimento de toda agente, há mais de trinta anos, agindo sempre por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, com aproveitamento de todas as utilidades dos prédios, usufruindo e suportando os respetivos encargos, pelo que, adquiriu o direito de propriedade por usucapião, o que invoca para efeitos de inscrição no registo predial.

Os potenciais interessados têm um prazo de quarenta e cinco dias a contar da primeira e segunda publicação para eventual impugnação.

**Está conforme**

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Ribeira Grande aos 02-07-2025.

Conta n.º 952516/2025



DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2ª Classe de Ribeira Grande, Santo Antão, CP, Cabo Verde, Telefone

Ministério  
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**-EXTRATO-**

Certifico narrativamente para efeitos de **segunda publicação**, nos termos do artigo 100 do Código do Notariado, que no dia 30 de junho de 2025, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, foi lavrada, no livro de notas para escrituras diversas número 41, de folhas 46 a 46 verso, uma escritura de justificação notarial, na qual **Silvestre Miguel da Luz e Trijntje Van Der Kuil da Luz**, casados entre si sob o regime de comunhão de bens adquiridos, ele natural da freguesia de Santo André - concelho do Porto Novo e ela natural da Holanda, de nacionalidade holandesa, residentes em Holanda, **declaram**, com exclusão de outrem, donos e legítimos possuidores de um prédio urbano de primeiro andar com sala de visita, casa de banho, cozinha, dois quartos de cama e pátio no rés-do-chão e sala de visita, casa de banho, cozinha, dois quartos de cama, corredor e varanda no primeiro andar, situado em **Chã de Dragoeiro – 3º Povoado Alto Mira**, com uma área de terreno de **266,97 (duzentos e sessenta e seis vírgula noventa e sete)** metros quadrados, confrontando do Norte com António Monca, Sul com João José da Luz e António Miguel da Luz, Este com Caminho Vicinal e Oeste com António Miguel da Luz e Caminho, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Santo André concelho do Porto Novo sob o número **555/0**, omissos no Registo Predial. Que o dito prédio foi construído pelos justificantes, num terreno que adquiriram por compra à mãe do justificante varão, Mariana Antónia Monteiro, no ano **1996**, sem que, no entanto, ficassem a dispor de título formal suficiente que lhes permite

fazer o respetivo registo na Conservatória competente. Que desde logo entraram na posse, uso e fruição do prédio, posse essa que detêm sem interrupção ou ocultação de quem quer que seja, há mais de **vinte e cinco anos**. Que a sua posse, apesar de não titulada, foi adquirida e mantida de boa fé, sem violência e sem oposição, ostensivamente, com conhecimento de toda a gente, em nomes próprios e com o aproveitamento de todas as utilidades do prédio, agindo sempre por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, quer usufruindo como tal o imóvel, quer suportando os respetivos encargos, pelo que adquiriram o seu direito de propriedade por **usucapião**, o que invocam para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

Mais se informa que nos termos do artigo 101 do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar a referida escritura.

**ESTÁ CONFORME**

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Porto Novo, 27 de junho de 2025.

Conta n.º 202526602

Processo n.º 959624

Importa em mil e duzentos escudos.

A Conservatória-Notária,  
  
/ Alicia Patricia da Cruz da Luz/

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Porto Novo, Alto Peixinho - Cidade do Porto Novo, CP \*, Cabo Verde, Telefone +(238) 222 11 41 / VOIP (333) 2202, (333) 2201, Email: Conservatoria.CartorioPN@gov.cv  
www.governo.cv/governodecaboverde/caboverde.gov

Ministério  
da Justiça

NOTÁRIO P/S: Daniel Lopes Ferreira

**EXTRATO**

Certifica narrativamente para efeitos de primeira publicação, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º -A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, lavrada no dia um de Julho de dois mil e vinte e cinco, de folhas 131F e 132F, no livro de notas para escrituras diversas número 01/B, deste Cartório, a cargo do Notário p/s, **Daniel Lopes Ferreira**, se encontra exarada uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **Cirilo Semedo Jorge**, falecido em França, no dia onze de Fevereiro de dois mil e vinte e cinco, no estado de casado sob o regime de comunhão de adquiridos com **Olívia Mendes da Graça**, natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, com sua última residência em França, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus filhos: **Quivânia da Graça Jorge**, solteira, maior, natural de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em França, **Edmilson da Graça Jorge**, solteiro, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Chão Bom, **Marisia da Graça Jorge**, solteira, maior,

natural da Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Chão Bom, **Vailson Gomes Jorge**, solteiro, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Chão Bom e **Orivalda Gomes Jorge**, solteira, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Chão Bom.

Não existem outras pessoas que segundo a lei possam concorrer à herança do "de cujus".

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Tarrafal de Santiago, aos sete dias do mês de Julho do ano dois mil e vinte e cinco.

Custas..... 1.000.00  
Imp. de selo..... 200.00  
Total..... 1.200.00 (São mil e duzentos escudos)

Registada sob o n.º 966414/2025.

O NOTÁRIO P/S,  
  
/ Daniel Lopes Ferreira /

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Tarrafal de Santiago, Palácio da Justiça RC/-Cidade do Tarrafal - Santiago, CP \*, Cabo Verde, Telefone +(238)2661124/VOIP(333)6617,(333)6627,Email:-[Conservatoria.CartorioTS@gov.cv](mailto:Conservatoria.CartorioTS@gov.cv)

Ministério  
da Justiça

Direcção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**EXTRATO**

**CERTIFICO**, narrativamente, para efeitos da **Segunda** publicação, que no dia trinta de junho de dois mil e vinte e cinco, com início de folhas 7 a 7vº do livro de notas número C/82, deste Cartório Notarial, a meu cargo, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiros por óbito de, **Antónia Júlia Ramos dos Reis**, - que no dia um de novembro de dois mil e dezassete, no Hospital Doutor Baptista de Sousa, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, onde teve a sua última residência habitual em Alto Fortim, cidade do Mindelo - São Vicente, faleceu, **Antónia Júlia Ramos dos Reis**, de sessenta e oito anos, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora das Dores, concelho e ilha do Sal, no estado de divorciada.

Que, a falecida não deixou testamento ou escritura de doação por morte e lhe sucederam como herdeiros legítimos, os seus filhos: - a) - ele outorgante, **Marco César dos Reis Rodrigues**, já acima identificado; - b) - **Rogério Paulo dos Reis Rodrigues**, casado com **Eunice Helena Rocha Silva Rodrigues** sob o regime de comunhão geral de bens, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha

de São Vicente, residente em São Vicente.

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, preferiam aos indicados herdeiros ou com eles possam concorrer na sucessão à herança da referida, **ANTÓNIA JÚLIA RAMOS DOS REIS**.

Os interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo DL n.º 9/2010, de 29 de março.

Primeiro Cartório Notarial de São Vicente, aos trinta e junho de 2025.

Art.º 20.4.2..... 1.000\$00  
Imposto de Selo..... 200\$00  
Total..... 1.200\$00 (Importa em mil e duzentos escudos)

Conta n.º **202540866**  
Processo n.º **960018**

O Notário por Substituição,  
  
Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva /  
..... escudos)

DGRNI, 1º Cartório Notarial de São Vicente, Alto São Nicolau, Mindelo, São Vicente, CP \*, Cabo Verde, Telefone +(238) 232 63 77, Tel.Sec: 232 64 77/VOIP (333) 3104, (333) 3105, (333) 3106, (333) 3107, Email: [PrimeirocartorioSV@gov.cv](mailto:PrimeirocartorioSV@gov.cv)

Ministério  
da Justiça

Direcção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



Conservadora/Notária – Djamila Rocha Delgado

**EXTRATO**

CERTIFICO, narrativamente para efeitos de segunda publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei número 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia quatro de abril de 2025, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número 12, da folhas 24 a 25 frente, uma escritura de **Justificação Notarial**, no qual, **Maria de Fátima Lopes dos Santos Pires e José Augusto dos Santos Pires**, casados entre si sob o regime de separação de bens, residentes em França, alegam com exclusão de outrem que, são donos e legítimos possuidores, de um prédio urbano, medindo **oitenta e sete metros quadrados**, situado em Passo, Paul, confrontando do Norte com Caetano Pedro Sousa, Sul com Maria da Conceição Monteiro, Este e Oeste com Estrada, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Santo António das Pombas, sob o número **1293/0**, com o valor matricial de um milhão quinhentos mil escudos, omissos no registo predial.

Que, o referido prédio veio à posse dos justificantes, por doação feita pela Câmara Municipal do Paul, altura em que procederam ao registo da sua transmissão junto da Câmara Municipal do Paul.

Que, no entanto, não ficaram a dispor de título formal suficiente que lhes permite fazer o respetivo registo na Conservatória, mas desde logo entraram na posse e fruição do prédio, posse essa que detém sem inter-

rupção ou ocultação de quem quer que seja, há 31 anos.

Que, essa posse, foi adquirida e mantida, sem violência e sem a menor oposição, ostensivamente, com o conhecimento de toda gente, de boa fé usufruindo de todas as utilidades do prédio, de forma pacífica, contínua e pública, em nomes próprios e com o aproveitamento de todas as utilidades do prédio, quer usufruindo como tal o imóvel, quer suportando todos os encargos daí decorrentes, pelo que adquiriram os seus direitos de propriedade por usucapião, o que invocam para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

Os interessados querendo podem impugnar esta escritura no prazo de 45 dias a contar da data da segunda publicação.

**ESTÁ CONFORME**

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, aos 02 de julho de 2025.

Art.º 20.4.2.....1.000\$00  
Imposto de Selo .....200\$00  
Total.....1.200\$00  
(Importa em mil e duzentos escudos).  
Conta reg. sob o n.º 202508571

A Conservadora/Notária,  
  
Djamila Rocha Delgado

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, Largo Cândido Oliveira - Cidade das Pombas, CP \*, Cabo Verde, Telefone +(238) 223 16 83/VOIP (333) 2160, Email: [Conservatoria.CartorioPaul@gov.cv](mailto:Conservatoria.CartorioPaul@gov.cv)



Para sempre em nossos corações

*Marlene da Conceição  
Melo de Carvalho*

20 de Julho de 2021 - 20 de Julho de 2025

*20 de Julho de 2025*

**09H00**

Local: Capela de São João Baptista  
em Achada Grande Frente,  
(na Cidade da Praia).



## FARMÁCIAS DE SERVIÇO

### QUINTA - 10 de Julho

**SANTO ANTÓNIO**  
ASA - T: 262 11 86

**JOVEM**  
Mindelo - T: 232 45 30

### SEXTA - 11 de Julho

**AFRICANA**  
AV. Amílcar Cabral - T: 261 59 55

**MINDELO**  
Mindelo - T: 232 74 65

### SÁBADO - 12 de Julho

**AVENIDA**  
Fazenda - T: 261 36 90

**AVENIDA**  
Monte Sossego - T: 232 45 88 / 231 17 17

### DOMINGO - 13 de Julho

**SANTA ISABEL**  
Largo Europa - Tel: 262 37 47

**LEÃO**  
Mindelo - T: 232 66 04

### SEGUNDA - 14 de Julho

**SÃO FILIPE**  
Ach. São Filipe - T: 264 72 56

**NENA**  
Mindelo - T: 232 22 92 / 231 86 11

### TERÇA - 15 de Julho

**UNIVERSAL**  
Avenida Santiago - T: 262 93 98

**HIGIENE**  
Mindelo - T: 231 00 06

### QUARTA - 16 de Julho

**FARMÁCIA 2000**  
Achadinha Baixo - T: 261 56 55

**JOVEM**  
Mindelo - T: 232 45 30



## TABELA DE PREÇOS\*

### Classificados

- Anúncios com logos a cores para mais facilmente identificar o anunciante.
- Anúncios judiciais cuidadosamente publicados para serem legíveis

### IMPRESSO

Páginas	Dimensão	Valor (CVE)	
		Empresa	Particular
1	25,9 x 31,5 cm	35.000,00	26.000,00
1/2	25,9 x 16,2 cm	18.500,00	14.000,00
3/8	12,9 x 23,5 cm	12.500,00	9.800,00
1/4	12,9 x 16,2 cm	9.500,00	7.800,00
1/8	12,9 x 7,8 cm	5.000,00	4.500,00

\* Os preços incluem IVA

### ONLINE

Comunicados e anúncios: condições especiais podem ser negociadas.

Telefone: +238 260 26 90 (PBX)

[www.anacao.cv/como-anunciar](http://www.anacao.cv/como-anunciar)

email: [comercial.grupoalfacv@gmail.com](mailto:comercial.grupoalfacv@gmail.com)

### VENDE-SE

Terreno na localidade de Covão Lourenço no concelho de São Domingos – Santiago, com 406.10m<sup>2</sup>. Uso habitação Misto.



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS**  
PELOURO DE ORDENAMENTO TERRITÓRIO URBANISMO E OBRAS PÚBLICAS

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

Covão Lourenço

VISTO  
Vereador pelo pelouro  
Urbanismo e obra

CONFIRMADO  
Presidente da Câmara



OBS :

**G.TÉCNICO**  
C.M.S.DOMINGOS

URB.

DESEN.

ESC: 1/1000

PROP: Rui António Luís Lopes Umbelino

USO: Habitação Mista

Área Total: 406.10m<sup>2</sup>

Z	Q	L
HM	07	10

AFORZAMENTO DOAÇÃO

Compra

Ocupação Temporária

Nº de pisos: Cave, R/c

Contacto: (+238) 999 52 69